

MARIA EMILIA MARQUES ZIMMERMANN

no. 1370/1889

- O PRP e os fazendeiros de Café -

"Um estudo sobre a estratégia e as propostas do Partido
Republicano em São Paulo - 1870/1889" *no. 1370/1889*

*Este exemplar corresponde a redação final
da tese defendida pela Maria Emilia Marques
Zimmermann e aprovada pela Comissão julgadora*

Peter Eisenberg

23/III/84

Dissertação de Mestrado apresen-
tada ao Departamento de História
do Instituto de Filosofia e Ciên-
cias Humanas da Universidade de
Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Peter Louis Eisenberg

Campinas

1984

Para

Natalia - Luis Gustavo

Lara - Rafael

Gustavo

Meus pais

A G R A D E C I M E N T O S

Esta tese não é fruto somente da pesquisa individual mas é também/ do apoio, incentivo e sugestões de amigos dedicados e pessoas atenciosas . Quero agradecer inicialmente ao Prof. Odilon Nogueira de Matos, a quem devo o interesse por este tema.

Ao Departamento de História da Unicamp, devo agradecimentos pelos/ ensinamentos e experiências adquiridas.

Aos funcionários da Faculdade de Direito da USP também agradeço as atenções que me dispensaram quando lá estive pesquisando os Anais da Assembléia Provincial de São Paulo.

A FAPESP que, pelo apoio pecuniário e sugestões para o andamento / da pesquisa tornou possível a realização deste trabalho, expresse meus agradecimentos.

Devo um agradecimento muito especial ao Dr. Silvio Luciano de Campos e Sra. que me permitiram a consulta ao Arquivo Bernardino de Campos e que me receberam em sua casa com um carinho que muito me comoveu. À dedicação de Dr. Silvio e Sra., por terem perdido horas preciosas auxiliando -me na busca de documentos, deixo registrada a minha homenagem.

Às minhas colegas Zélia Lopes da Silva e Maria Alice Ribeiro, que em momentos críticos me auxiliaram discutindo o trabalho e fornecendo valiosas sugestões, agradeço profundamente o apoio e a amizade.

Agradeço ainda à Maria Luiza Silveira de Moura Ribeiro, do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas, que com sua dedicação incansável / muito me auxiliou na pesquisa de jornais e livros de interesse para esta tese.

Devo também meus agradecimentos ao Prof. Jonas Soares de Souza que, com todos os transtornos da restauração do Museu Convenção de Itu, ainda / assim me recebeu com simpatia e paciência, permitindo-me consultar a valiosa documentação ali existente.

Ao meu orientador Peter Eisenberg devo muito pelas horas preciosas que roubou de seu próprio trabalho, dedicando-as à leitura e discussões / desta tese. Ao Peter devo meus maiores agradecimentos por críticas e sugestões feitas e por muito que aprendi com êle.

Meus agradecimentos a Teca pela paciência e empenho na revisão dos originais.

Por fim, agradeço ao Gustavo, companheiro de todas as horas, que/ também muito me ajudou com sua leitura e críticas ao trabalho e suportou / todos os momentos de "mau humor", e aos meus filhos, Natalia, Luis Gustavo e Lara, que heroicamente suportaram uma mãe pesquisadora.

Quero também declarar que todas as opiniões, análises, interpretações e erros deste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

A autora

C.3 - Separatismo.....	116
Notas.....	120
CONCLUSÃO.....	126
Notas.....	132
Anexo.....	133
Bibliografia.....	139

I N D I C E

INTRODUÇÃO	F1.
A. - Objetivo do trabalho.....	01
B. - Historiografia.....	03
C. - O que pretendemos realizar.....	13
D. - Documentação.....	14
Notas.....	15
CAPÍTULO I - A Estratégia do PRP	
A. - O surgimento do PRP.....	21
B. - A organização do PRP.....	27
B.1 - Formação do Partido Republicano em São Paulo 1870/1878	27
B.1.1 - 1870 a 1874.....	28
B.1.2 - 1875 a 1878.....	32
B.2 - Propaganda e atuação do Partido Republicano Paulista /	
1878/1887	35
B.2.1 - O PRP e os partidos monárquicos.....	35
B.2.2 - O PRP nas Assembléias Provincial e Geral.....	41
B.3 - O período de agitação - 1887/1889.....	43
C. - Os objetivos do PRP.....	49
Notas.....	51
CAPÍTULO II - O PRP e a Reorganização do Mercado de Trabalho.	
	58
A. - Republicanos "escravocratas".....	61
B. - O PRP e o trabalho livre.....	73
Notas.....	83
CAPÍTULO III - O Princípio Federativo	
A. - O Conceito de Federação.....	91
B. - Críticas a centralização Monárquica.....	95
B.1 - Aspecto político-jurídico de domínio do Poder Moderador	95
B.2 - O domínio do Norte sobre o Sul.....	97
B.3 - O aparelho administrativo provincial.....	103
C.- As propostas republicanas.....	108
C.1 - 1872 a 1888.....	109
C.2 - 1888 a 1889.....	113

I N T R O D U Ç Ã O

A. - Objetivo do Trabalho

A história de um partido político deve ser compreendida quando este é inserido no âmbito do processo histórico geral do país. No entender / de Gramsci:

"... escrever a história de um partido / significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista / monográfico, destacando um seu aspecto / característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso na medida em / que a sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país." (1)

Para compreender o significado do partido político na história de um país é necessário analisar a composição interna do partido, a existência deste como representativo de interesses de determinado grupo social e a sua participação em um momento histórico determinado. (2)

Emília Viotti da Costa, em seu artigo "O Movimento Republicano em Itú", já demonstrou a necessidade de estudos monográficos principalmente / sobre os partidos republicanos - que permitiriam uma análise mais aprofundada do movimento republicano no Brasil:

"Para a explicação da gênese do movimento republicano muito contribuiriam as monografias sobre o mecanismo das atividades republicanas locais. São depois dessas visões parciais, poder-se-á, um dia, proceder à uma síntese verdadeiramente / científica, que deixe de ser simples / construção do espírito, sem base documental firme - fruto de generalizações, para tornar-se num conhecimento solidamente fundamentado na pesquisa." (3)

A autora assim justifica o seu estudo sobre o movimento republicano em Itú e, parece-nos, justifica também um estudo sobre o Partido Republicano Paulista.

Este partido, no entender da maioria dos estudiosos, cumpriu importante papel no movimento de propaganda republicana e posteriormente durante a Primeira República. Para que tal papel possa ficar mais evidente, é necessária a análise da organização, da estrutura interna e do ideário/ defendido pelo partido, bem como do momento histórico que permitiu seu / surgimento. Pensamos assim porque nos parece que é a partir da organização e das discussões internas que se elaboram um programa e uma política/ aceita e defendida pelo partido enquanto instituição. (4)

O estudo do Partido Republicano Paulista poderia ser dividido em dois grandes períodos. Primeiro, o da propaganda republicana, quando o / partido se organiza como oposição ao regime monárquico, e segundo período, de concretização de suas lutas, manifestando-se no estabelecimento da República Federativa. Optamos pelo estudo do primeiro período - compreendido entre 1870 a 1889 - inicialmente por sabermos que, numa única tese, não seria possível um estudo tão abrangente; em segundo lugar, porque este período é muito pouco estudado pela historiografia; e em terceiro, pelo fato de que, para se entender o predomínio ou não do PRP durante a primeira república, é necessário esclarecer o período anterior, ou seja, o período de sua organização e definição de uma linha política.

O objeto do nosso estudo será, portanto, a organização do Partido Republicano Paulista. Especificamente, pretendemos estudar o programa do partido, suas discussões e organização internas e as formas de difusão / desse programa, para demonstrarmos a existência deste partido como representante de um setor da classe dominante com objetivos definidos e em oposição ao regime monárquico brasileiro.

A historiografia é unânime ao afirmar que o PRP era o único partido republicano realmente coeso e organizado, não só porque não chegou a existir dentro dele rupturas profundas, como o ocorrido em outras províncias, onde o partido muito se enfraquece, mas também porque tinha quadros e chefes políticos e uma disciplina que permitia concorrer nas eleições e se defrontar com os partidos monárquicos. Esta historiografia refere-se / a ele como representante dos fazendeiros de café de S. Paulo. (5) Mas para que isso fique mais evidenciado, e esta agremiação realmente se integre no processo histórico do período, é necessário este estudo interno. Mesmo porque o partido tinha interesses específicos na mudança de regime político e não deve, portanto, permanecer como mais um fato simplesmente citado no processo global que eclodiu em 15 de novembro de 1889, mas deve ser visto como agente integrante deste processo e que terá sua parcela de contribuição na transformação das instituições vigentes na época, como procu -

raremos demonstrar.(6) O estudo das discussões internas - através das atas de seus congressos - dos manifestos, pronunciamentos políticos e da própria linha de conduta política aprovada pelo partido permitirá analisarmos a representatividade deste, seus objetivos e até que ponto havia oposição à estrutura de governo e ao próprio Estado monárquico brasileiro.

B. - Historiografia

O interesse da historiografia, no que diz respeito ao aspecto político do período final do século XIX, centra-se na mudança de regime político concretizada em 15 de novembro de 1889. Quanto a este tema - Proclamação da República - Emilia Viotti da Costa elaborou dois trabalhos que julgamos essenciais para se iniciar um estudo do período. (7) Nesses artigos, a autora faz uma análise exaustiva da historiografia sobre o assunto. Nota-se que é quase ausente nesta historiografia estudos sobre o movimento republicano. (8)

Quanto ao Partido Republicano Paulista, encontramos também o problema da limitação de obras: poucos autores desenvolveram estudos sobre o tema. Verificamos, através dos próprios artigos de Viotti da Costa, a não preocupação com os partidos republicanos; no geral, a historiografia sobre o período não considera importante a atuação dos partidos. (9) Só muito recentemente estão aparecendo trabalhos demonstrando a preocupação em explicar o Partido Republicano inserido no processo histórico do período. (10)

Ao analisar a historiografia, Emilia Viotti detecta um problema, que a nosso ver é de importância: a interpretação dada pelos contemporâneos do fato acabam por se fixar e permanecer em quase todas as obras. A hipótese seria de que as questões militar, religiosa e da abolição, bem como os conflitos de superfície ocorridos na monarquia, acabaram por levar à proclamação da república:

"Na opinião de Calógeras a questão religiosa, a abolição, a questão militar, a luta entre os partidos visando a conquista do poder, a incapacidade dos políticos, a subserviência da maioria ao Imperador e finalmente a propaganda republicana tinham sido os principais fatores da queda da Monarquia.

Fixava-se assim um esquema que foi repetido daí por diante...

Se analisarmos melhor o esquema, veremos que sob as roupagens da erudição e da / crítica disfarçava-se a versão que os mo-
narquistas tinham dado em 1889 aos aconte-
cimentos." (11)

Desnecessária se faz qualquer crítica nossa a essa interpretação, pois a própria autora já o fez muito bem:

"É menos importante para compreensão da instalação da República do Brasil conhecer as inclinações pessoais do Marechal Deodoro e de Benjamin Constant do que analisar as contradições existentes na so-
ciedade que propiciaram a penetração das idéias republicanas em certos meios conduzindo a Monarquia ao colapso e permitindo aos homens atuar de determinada ma-
neira.

(...) Para tanto é preciso mudar o enfoque e procurar uma documentação que informe sobre as tensões econômicas e sociais existentes nos fins do Segundo Reinado. É preciso conhecer as mudanças que se operaram na sociedade e que propiciaram a solução revolucionária e o golpe."

(12)

Não entendemos que se deva minimizar a importância da questão militar ou da abolição (13), mas sim compreendê-las num contexto histórico / mais amplo que necessariamente passou pela redefinição tanto do mercado / de trabalho como da estrutura de poder do Estado Brasileiro. Essas questões são melhor explicitadas quando inseridas no processo de transformação da sociedade brasileira que culminou com a mudança de regime político no final do século passado. (14)

Tal perspectiva de análise - a Proclamação da República como resultado de profundas mudanças econômicas e sociais pelas quais passou a / sociedade brasileira no final do séc. XIX -, nos já a encontramos em Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e Emilia Viotti. (15) Mas, no nosso entender, existe nessa colocação um primeiro problema a ser explicitado. Referimo-
nos à mediação entre as mudanças econômicas e sociais (16) e sua representatividade no Estado. Essas mudanças passam necessariamente pelo nível do

Estado; elas se legitimam na sua maior ou menor representatividade no jogo político. E a forma de representação das novas forças sociais seria o Partido Político. É ele que fornece a legitimação de determinado setor de / classe a nível do poder, e sua importância está em expressar as reivindicações e as aspirações de setores da sociedade.

Recentemente, as análises sobre a Proclamação da República preocupam-se em explicitar o processo de transformação da sociedade brasileira / que culminou com o 15 de novembro de 1889, inserindo nessas análises o Partido Republicano. Mas as generalizações que ocorrem nos estudos sobre o partido impedem uma maior compreensão do seu papel no processo histórico, acarretando confusões entre o Partido Republicano do Rio de Janeiro e o de São Paulo, como acontece nas análises de Vamireh Chacon, que confunde o Manifesto de 03 de dezembro de 1870, feito pelos republicanos do Rio, com a Convenção realizada em Itu, em abril de 1873. (17) Tais generalizações / acabam por diluir ou minimizar o Partido Republicano como sujeito do processo a nosso ver, para se compreender este partido, é preciso compreender também que ele difere de província para província. (18)

Para nós, o Partido Republicano Paulista adquire importância na medida em que se expressa como representante de um setor da classe dominante surgido no bojo das transformações da sociedade brasileira. Essa dimensão / do Partido Republicano como expressão de determinado setor de classe - os fazendeiros de café do oeste paulista - não aparece de forma clara nos estudos sobre o período. (19)

Emilia Viotti salienta, em seus artigos, o surgimento de um novo / setor de classe dominante em São Paulo, que seriam os fazendeiros do oeste paulista; mas, ao fazer a mediação entre este setor e o Partido Republicano como sua expressão política, a análise minimiza o partido, valorizando / só a idéia republicana. Quer dizer, a interpretação não institucionaliza / as idéias em forma de partido:

"O fato de as idéias republicanas só se concretizarem em 1889 só pode ser explicado pelas mudanças ocorridas na estrutura econômica e social do país, que levaram uma parcela da nação a se converter / às idéias republicanas e outra a aceitar com indiferença a queda da monarquia.

(...) Sem as mudanças ocorridas na estrutura, o Partido Republicano provavelmente não teria conseguido atingir os seus

objetivos." (Grifo nosso) (20)

Para a autora, as mudanças estruturais fizeram surgir o Partido Republicano. No entanto, ai está a questão; concretamente, o PRP é parte das mudanças e consegue os objetivos a que se propôs porque será um de / seus agentes condutores, quer dizer, ele se comporta de modo a também provocá-las.

Esse problema se coloca em quase toda a historiografia por nós consultada. Nelson Werneck Sodré vai mais longe, negando a importância do Partido Republicano nos acontecimentos que culminaram com a queda do regime / monárquico, apesar de considerar o PRP o único realmente coeso e se manifestando como partido:

"No processo político do segundo império, o partido republicano tem um papel tão a pagado e tão secundário que poderia mesmo ser esquecido, que não se alteraria a ordem de raciocínios em que se pretendes se explicar os motivos da desagregação / do regime." (21)

José Maria dos Santos tem uma interpretação diferenciada dos autores anteriores. Este autor atribui importância ao PRP, mas, imbuído da interpretação monarquista da proclamação da República, entende - através / de sua ideologia liberal - o partido como um elemento de ação do conjunto / da sociedade. Nessa colocação, desaparecem os conflitos entre os vários se tores da sociedade e, por outro lado, sobressai, na história, o homem, e não os vários setores que compõem o quadro social. (22)

No trabalho de Ademir Gebara, define-se de forma mais clara a existência do Partido Republicano como expressão de um setor de classe - o fazendeiro de café de São Paulo - , e inserido no quadro de mudanças que o - corriam no Império:

"(...) era o único grupo social (o fazendeiro) no qual os projetos políticos se explicitavam nítida e coerentemente voltados para o lucro crescente. Quando se dá então a organização efetiva dos republicanos, a "interferência" das idéias da comuna já estava plenamente / controlada. A própria organização do partido, após esse depuramento ideológico , dá-se à medida que a redefinição ou defi

nição do que seria a república e principalmente do que não seria, permitem o desenvolvimento político da oposição ao império apenas dentro daqueles quadros. Em síntese, pode-se afirmar que para o Partido Republicano havia necessidade de mudar o Império, mas antes de mudar é necessário saber que tipo de mudança não / interessa." (23)

A proposição de que o Partido Republicano surge como expressão de determinado grupo social vinculamos um segundo problema que é o da coesão / do partido, ao menos em São Paulo. A coesão partidária no seio do PRP é uma colocação unânime na historiografia. Era este o único partido republicano realmente organizado, visto que era o único entre os PR capaz de competir nos pleitos eleitorais e contava na província com um quarto do eleitorado. Assim se exprime George Boehrer:

"(...) O partido era forte, contava talvez com um quarto do eleitorado, e estava em crescimento. (...) Organizados, / disciplinados, controlados, era pequeno / o perigo de discordia dentro do Partido / e havia sólidas garantias de um futuro / triunfante." (24)

José Maria dos Santos refere-se também à coesão partidária, mas coloca um aspecto não considerado por Boehrer sobre as divergências internas quanto à questão da abolição. O autor não se aprofunda nelas, explicando a coesão pela conciliação das idéias. (25) Parece-nos que este autor tem ração porque quando surgia a ameaça de fracionamento por divergência na condução do problema servil, predominava a conciliação das idéias em nome da unidade partidária; mas, no nosso entender, a coesão era viável na medida / em que se concretizava na defesa de interesses comuns daqueles que se filiavam ao partido. Mesmo porque o programa do PRP não se resumia na solução do problema da abolição; havia tantos outros pontos de interesse para os fazendeiros paulistas que tornava-se possível manter a sua unidade.

Outro problema que nos surge, no estudo da historiografia, é quanto aos interesses do PRP. Para Boehrer o partido era amplo o suficiente para agrupar vários setores da sociedade:

"Contornava evidentemente a questão da

escravidão, pois, embora não se opusesse a idéia da abolição, não se pronunciava, definitivamente, em favor desta. Ficava deste modo a porta aberta tanto aos abolicionistas declarados como aos fazendeiros de Campinas, escravagistas extremados." (26)

O autor conclui no final do capítulo:

"Na questão da escravidão, o Partido servia para turo e para todos, pois acolhia / gente de todos os matizes. Era suficientemente grande para abraçar todos os tons de opinião e, portanto, não sofreu os cismas / que ocorreram no Rio. (...)

A posição dos republicanos em relação ao separatismo foi igualmente flexível. (...)

Os chefes republicanos de São Paulo salientavam-se pelo fato de serem essencialmente políticos." (27)

Estas citações nos levam a refletir sobre dois problemas. O primeiro é quanto à questão da abolição. Os autores discutem as divergências / e posicionamentos do Partido Republicano voltados somente para o problema / do escravo. (28) Parece-nos que o problema deva ser visto de modo mais amplo, porque o PRP estava preocupado com a reorganização do mercado de / mão-de-obra, e não com a eliminação ou não do trabalho escravo simplesmente. Acreditamos que é por este ângulo que deva ser estudada a relação entre os republicanos e o problema servil, o que também poderá auxiliar na / compreensão da unidade e coesão mantidas pelo partido.

O segundo problema que se nos apresenta é quanto à existência de um programa definido defendido pelo PRP. As afirmações de Boehrer, citadas acima, conduzem-nos à idéia de que o partido era amplo o suficiente para engajar grande parcela da população descontente com o encaminhamento político das questões que interessavam à sociedade, e não um partido com interesses específicos, portanto sem um programa realmente definido. Se se parte do pressuposto de que o partido formava uma coalizão de interesses diversos, não se pode perceber a existência de um programa.

Ao contrário de Boehrer, Nelson Werneck Sodré e Leoncio Basbaum afirmam ser o Partido Republicano Paulista o reduto dos fazendeiros paulis-

tas, mas também negam a existência de um programa definido, interpretando, juntamente com Emília Viotti, esse setor de classe como possuidor de um objetivo imediato de luta pela posição de mando:

"O fato de não haver sido a República uma aspiração popular se deve menos ao amor e respeito pela monarquia do que ao conteúdo vago - para não dizer vazio - do programa do Partido, (...).

(...) Sõmente o PRP em novembro de 1873 deu a conhecer as Bases para a Constituição do Estado de São Paulo, onde são por menorizadas algumas idéias de governo.

Além de algumas de caráter mais administrativo que político, (...)." (29)

Basbaum dá pouca importância à existência de um programa definido para o PRP; para este autor, o único avanço em relação ao manifesto de/1870, foram as Bases para a Constituição do Estado de São Paulo, não indo mais além do que isto. Mesmo Nelson Werneck Sodré afirma que São Paulo, era o reduto do republicanismo, existindo aí um verdadeiro partido com a "sua arregimentação organizada. Com tradições: com eleitorado" mas este autor não se preocupa em analisar o programa do partido, mesmo porque Sodré não atribui importância ao partido republicano nos acontecimentos que geraram o 15 de novembro. (30)

Boehrer também deixa de fazer uma análise do Programa dos Candidatos de 1881, (31) documento em que estavam definidos os principais pontos/ de interesse do partido republicano em São Paulo, caracterizando-o como apenas uma:

"declaração plena do credo republicano e na realidade a plataforma dos candidatos republicanos." (32)

A pouca importância dada a documentos, tais como o Programa dos Candidatos, acarreta, no nosso entender, interpretações não muito aprofundadas sobre a atuação do PRP. Verificamos que a questão mais significativa / para a historiografia é a da mão-de-obra escrava. Esta questão também era importante para o partido que, no entanto, é definido como escravocrata, ou um partido onde predominavam os escravocratas. Em algumas interpretações, o crescimento do partido se dá quando em suas fileiras se agregam escravocratas descontentes com as leis que aboliam gradativamente o trabalho compulsório:

"Os que se sentiam feridos no seu direito de propriedade iam tratando de abrigar-se, quando mais não fosse, para a desforra (...)." .

Leoncio Bausbaum também considera o Partido como sendo de escravocratas:

"Ao contrário, o Clube Republicano de São Paulo desde logo se revelava um clube de senhores de escravos." (34)

Alguns autores chegam a explicar o ressurgimento do republicanismo como sendo, em parte, uma reação dos cafeicultores ao movimento emancipa

Já que esses autores não chegam a analisar o programa do partido - negam-no até -, parece-nos ser imediatismo da histografia concluir apressadamente sobre a "vocaçãõ escravocrata" do partido em São Paulo pelo fato / de ele ser constituído, aĩ, por fazendeiros que possuĩam escravos.

Outros autores não chegam a definir, como os anteriores, o partido como constituído fundamentalmente por escravocratas, mas tampouco a relação republicanismo e aboliçãõ fica explicitada. O partido é apresentado / com uma conduta cautelosa, e receoso de tocar no assunto. Emília Viotti / não define o partido como escravocrata porque, diz ela, preponderam aĩ os fazendeiros do Oeste Paulista que, sendo a região mais nova e se apresentando com potencial de desenvolvimento muito grande, já utilizava a mão-de-obra livre. Mas, ainda que faça essa colocação, a autora não avança em sua análise nem discute a relação fazendeiros do oeste, republicanismo e mão-de-obra, explicando as atitudes do PRP em relação à questão como de cautela para não ferir os interesses dos fazendeiros:

"A preponderância de fazendeiros explica a orientação assumida pelo partido paulista evitando manifestar-se a propósito da emancipação dos escravos." (36)

Nós entendemos que, para o PRP, a questão não era discutir simplesmente a emancipação do escravo. Sendo o oeste paulista uma região que se apresentava em expansão agrícola crescente e que se mostrava economicamente mais ativa, como afirma a própria Emília Viotti, (37) o problema era como suprir de mão-de-obra esta região, e não se se devia ou não fazer a emancipação do escravo. O problema que se apresentava para o Partido Republicano era o da reorganização do mercado de mão-de-obra.

Ademir Gebara é mais explícito quanto a este aspecto rejeitando a idéia da vinculação republicanism - escravidão. A questão a seu ver no / que concordamos, é muito mais ampla para os interesses cafeeiros: é de / mão-de-obra (escravo-imigrante), produção e preço, e não pode ser reduzi- / da à discussão da abolição do trabalho compulsório:

"Essas considerações apresentam as mesmas / linhas de argumentação (...) que entendem / o fazendeiro e as lideranças republicanas / locais como "escravistas extremados" e Campos Sales como o elemento que representa / va politicamente essa concepção escravista. (...)

Da documentação trabalhada, ficará claro / que o fazendeiro era antes de tudo um em- / presário amarrado pelos limites impostos / por um sistema que lhe dificultava a plena / realização de formas alternativas de lu- / cro." (38)

A colocação do fazendeiro do oeste paulista como um setor economi- / camente dos mais ativos da sociedade, interessado na solução dos seus pro- / blemas econômicos, destacando como um dos mais importantes, o da mão-de- / obra, essa colocação leva-nos a outro aspecto: a centralização do regime / monárquico brasileiro. Este é outro ponto não discutido na historiografia. / No nosso entender, as questões mão-de-obra e centralização não se sepa- / ram se levarmos em conta a conotação dada às propostas para a implantação / da federação desenvolvidas pelos propagandistas republicanos e às propos- / tas para a solução do problema mão-de-obra.

Emilia Viotti refere-se à descentralização quando discute a ques- / tão do separatismo em São Paulo:

"As idéias separatistas nasciam do profundo / desequilíbrio entre o poder político e o po- / der econômico que se observava nos fins do / Império, (...).

(...) e no próprio diretório do Partido Re- / publicano acabou prevalecendo a idéia fede- / rativa." (39)

Mas a autora não analisa em mais profundidade a questão da federa- / ção que era, no nosso entender, o objetivo principal do Partido Republica- / no de São Paulo: interessava a ele o controle político da província. Para

Viotti da Costa, interessava ao partido o controle do poder do Estado Nacional. (40) Parece-nos mais explícita a interpretação de Simon Schwartzman que, ao definir a ideologia republicana, coloca o federalismo como tema / central da propaganda; considera, a federação, como sendo de vital importância para os interesses econômicos de São Paulo. Para elaborar essa afirmativa, o autor faz uma análise do jornal "A Província de São Paulo", concluindo que o partido era contrário à solução militar, e a federação significava:

"... os fortes interesses daquele Estado ligados à expansão do café, que tinham / já naquela época, uma capacidade de agregação de interesses que suplantava a de todas as demais províncias," (41)

A centralização do regime monárquico brasileiro é objeto de vários estudos, (42) mas carece a historiografia de uma reflexão maior do significado da descentralização e da federação para o Partido Republicano Paulista. É no estudo das propostas federativas, como eram encaminhadas pelo PRP, que poderemos inserir este partido na conjuntura nacional e compreendê-lo também como agente histórico das mudanças que ocorreram no Brasil no final do século passado.

Todas as obras por nós citadas são ricas em interpretações e informações sobre o final do século XIX no Brasil, mas a historiografia ainda é pobre de monografias que permitam a ampliação de dados sobre o período. É certo que, a segunda metade do século XIX assistiu a profundas modificações na estrutura econômica do país. Recentemente, encontramos inúmeros / trabalhos, principalmente de economistas, (43) pesquisando e analisando / essas transformações, centralizando seus interesses sobretudo no papel cumprido pela agricultura cafeeira paulista. A preocupação, aí, é debater o final do século XIX no Brasil. Existem também trabalhos, como o de Simon / Schwartzman (44) e o de Maria Stella M. Bresciani (45), que analisam aspectos políticos e sociais da formação histórica de São Paulo.

Entendemos que é importante o estudo do Partido Republicano Paulista como parte integrante das transformações da sociedade brasileira. Esse tipo de interesse está começando a se manifestar entre os estudiosos da história do Brasil (46), o que só faz enriquecer a historiografia e o entendimento sobre o Brasil e São Paulo durante o século XIX.

C. - O que pretendemos realizar

Entendemos que o Partido Republicano Paulista é fruto e também a agente das mudanças pelas quais passou a sociedade brasileira no final do século XIX.

O Partido Republicano é o meio legal de participação, a nível do Estado, de determinado setor da classe dominante - os fazendeiros de café do oeste paulista - que procurava, através dele, encontrar soluções para / seus principais problemas. O partido surge como alternativa para esse setor de classe que, descontente com a política imperial, mostrava-se incapaz de absorver as mudanças que iam ocorrendo na sociedade.

Pretendemos, então, analisar quais eram os problemas significativos para o PRP, como o partido pretendia solucioná-los, como se posicionava frente aos partidos monárquicos e à própria monarquia, para resolver / as questões de seu interesse.

Os problemas significativos, a nosso ver, eram os da mão-de-obra e da centralização monárquica, já que eles determinaram a conduta política / dos republicanos. As propostas e soluções dadas a essas questões nos permitirão detectar o programa definido para a atuação do partido.

Para a questão servil, temos como pressuposto a análise de Ademir / Gebara que elimina a oposição escravagista e anti-escravagista, interpretando-a como o obstáculo ao crescimento da taxa de lucro dos fazendeiros / de café de São Paulo. (47) A questão era também a falta de regularidade no abastecimento de mão-de-obra, impondo um problema muito maior, o da reorganização do mercado de mão-de-obra, e não a simples discussão em torno da postura escravocrata ou não do fazendeiro de café.

Quanto ao tema centralização - descentralização, Simon Schwartzman deixa claro que a linha mestra da propaganda republicana em São Paulo era / a luta pela descentralização como forma de expansão da sua economia. (48) / A federação significava para os republicanos a descentralização política e administrativa do Estado Brasileiro. Acerca desse aspecto, pretendemos verificar quais eram os pontos de atrito entre o setor de classe dos fazendeiros e o regime monárquico que impunha essa reestruturação do poder.

O estudo dessas questões e as propostas para solucioná-las nos permitirão definir o partido como representativo dos fazendeiros de café do oeste paulista, bem como a existência de um programa definido, aglutinador dos interesses desse setor de classe dominante, a partir do qual se define o Partido Republicano Paulista.

Por esta razão, não podemos concordar com George Boehrer, quando diz que os republicanos paulistas eram essencialmente políticos. (49) Eram, sim, fazendeiros de café que buscavam institucionalizar suas reivindicações econômicas e, conseqüentemente, através de sua participação nos mecanismos de poder, obter o controle político na província de São Paulo. Isso nos permitirá demonstrar que o PRP deve ser visto como peça essencial no jogo político que acabou por derrubar a Monarquia Brasileira.

Acreditamos por esses motivos, ser importante o estudo do PRP numa tentativa de acrescentar mais alguns dados para a compreensão do final do século XIX no Brasil, período considerado expressivo pelas mudanças que ocorreram na sociedade brasileira.

D. - Documentação

Como o objeto deste trabalho é o estudo de um partido político, e numa tentativa de evitar confusões entre as opiniões pessoais de determinado elemento do mesmo, colocando suas idéias como sendo as do PRP, procuramos analisar principalmente os documentos que expressem a opinião do partido. Estes documentos são aqueles em que o discurso é feito em nome do partido.

Consideramos documentos do partido:

1. - Atas dos Congressos do Partido Republicano Paulista.
2. - Manifestos e Circulares do Partido Republicano Paulista
3. - Anais da Assembléia Provincial de São Paulo.
4. - Anais da Assembléia Geral - Câmara dos Deputados.
5. - Programa eleitoral do Partido Republicano Paulista.

Utilizaremos outros tipos de documentos quando estes servirem para reforçar as idéias expostas, ou quando se tratar de assuntos que motivaram divergências internas no partido e não estão explicitados em suas atas.

São eles:

1. - Jornal "A Província de São Paulo"
2. - Jornal "A Epocha" - folha republicana.
3. - Livros da época.
4. - Cartas e anotações do Arquivo Bernardino de Campos.

N O T A S

- (1) - GRAMSCI, Antonio; Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976) pp. 24-25..
- (2) - Por representatividade, estamos entendendo os interesses comuns / que fazem com que um setor de classe ou alguns setores de classe / se unam, defendendo um programa-base comum como forma de atuação / política.
- (3) - COSTA, Emilia Viotti (da); "O Movimento Republicano em Itú. Os fazendeiros do Oeste Paulista e os Pródromos do Movimento Republicano", Revista de História, - (São Paulo)(Out.-Dez. 1954) p. 379.
- (4) - Idem; idem; p. 379.
VIOTTI da Costa, neste artigo, já se preocupa em levantar questões que obriguem a reflexões sobre o assunto.
- (5) - Cf. BOEHRER, George C.A.; Da monarquia à República - História do Partido Republicano do Brasil(1870-1889), (Rio de Janeiro: MEC, / 1954).
BAUSBAUM, Leoncio; História Sincera da República de 1889 a 1930, / (São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1968), 3a. edição, 3 volumes.
HOLANDA, S. Buarque (de); História Geral da Civilização Brasileira: Do Império à República, (São Paulo: Difusão Européia do Livro, / 1972), Tomo II, 5º volume.
- (6) - Todos os autores por nós consultados afirmam a coesão e organização existentes no PRP. Mas nem sempre é avaliado de forma mais sistemática seu papel na mudança de regime político no Brasil.
CF. SODRÉ, Nelson Werneck; Panorama do Segundo Império, (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939).
SANTOS, José Maria (dos); Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista, (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora , / 1960).
- (7) - COSTA, Emilia Viotti (da); "Sobre as Origens da República", em Da Monarquia à República: Momentos Decisivos (São Paulo: Editorial / Grijalbo, 1977), pp. 243-290.
_____ ; "Proclamação da República", em Da Monarquia..., pp. 291-326 .
- (8) - O trabalho mais exaustivo que conhecemos sobre os Partidos Republicanos é o de:
BOEHRER, George C.A.

Sobre movimento republicano temos:

LUZ, Nícia Villela; "O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano", Revista de História (São Paulo) Ano: XV, Volume XXVIII (jan.-março de 1964) Nº 57, pp. 13 a 27.

SILVA, Raul de Andrada (e); "Os republicanos de 1870 e as realidades nacionais", Revista de História, (São Paulo) Ano: XXI, Volume/ XLI (Out.-dez.1970) Nº 84, pp. 439 a 447.

PESSOA, Reynaldo Carneiro; "O primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1870", Revista de História, (São Paulo) Ano XXI, Volume XLI (Out.-dez. 1970), nº 84, pp. 401 a 437.

_____ ; A Idéia Republicana no Brasil, através/ dos documentos, (São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1973).

Este último autor dedica seu trabalho ao estudo do movimento republicano, e sua linha de interpretação se aproxima da de Emilia Viotti.

HOLANDA, Sergio Buarque (de).

CASALECCHI, José Enio; A Proclamação da República, (São Paulo: Editora Brasiliense, 1982).

MELO FRANCO, Afonso Arinos (de); História e Teoria dos Partidos / Políticos no Brasil, (São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980).

CHACON, Vamireh; História dos Partidos Brasileiros, (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981).

São estudos posteriores aos trabalhos de Emilia Viotti.

(9) - Cf. COSTA, Emilia Viotti (da); Da Monarquia..., pp. 243-290.

(10) - GEBARA, Ademir; Campinas - 1869-1875 Republicanismo - Imprensa e Sociedade, São Paulo, tese de Mestrado, 1975.

SALLES, Iraci Galvão; Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada - O Partido Republicano Paulista e a Política de mão-de-obra -1870 /1889; São Paulo, - tese de mestrado, 1980.

(11) - Viotti da Costa; Da Monarquia..., p. 267

Devemos ressaltar que a própria autora faz a exceção para a "História Nova", cf. p. 267.

(12) - Viotti da Costa; Da Monarquia..., p. 296

A mudança de enfoque na análise da Proclamação da República ocorre mais recentemente - posterior aos trabalhos de Emilia Viotti, que consideramos inovadora nos estudos sobre a temática da Proclamação

da República, e os anos finais do Império.

Cf. Holanda, S. Buarque (de)

Pessoa, Reynaldo X.C.; "O Congresso do Partido Republicano Paulista de 1873 e seu significado", Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo - ANPUH, (São Paulo) 1974, pp. 65 a 74.

Casalecchi, José Enio .

- (13) - Não consideramos relevante a questão religiosa para se explicar os/ acontecimentos do final do Império, ou mais explicitamente, que ela pudesse ter interferido na Proclamação da República, visto que o / III Reinado poderia ter acolhido nos meios católicos, em função do evidente clericalismo da Princesa Isabel ou não sendo muito forte a religiosidade brasileira só faria aumentar o apoio a Monarquia contra a Igreja.

Viotti da Costa; Da Monarquia..., pp. 298-299.

Sodré, Nelson Werneck.

- (14) - Cf. Holanda, Sérgio Buarque (de).

Salles, Iraci Galvão.

- (15) - Prado, Caio (Jr.); Evolução Política do Brasil e Outros Estudos Cap. IV - "O Império", (São Paulo: Editora Brasiliense Ltda.,) 1953.

Sodré, Nelson Werneck.

Viotti da Costa; Da Monarquia à República..., pp. 243-326.

- (16) - Entendemos por mudanças econômicas e sociais o fim do tráfico Negro, os debates sobre abolição da escravatura, o crescimento da participação do trabalho livre, o deslocamento do eixo econômico do Norte para o Centro Sul do Império, o desenvolvimento da agricultura cafeeira, com os seus desdobramentos tais como transporte, urbanização, comercialização, e o surgimento de novos grupos sociais em decorrência da maior urbanização e da própria agricultura cafeeira.

Sobre este tema:

Cf. Cano, Wilson; Raízes da Concentração Industrial em São Paulo , (São Paulo: Difel, 1977).

Furtado, Celso; Formação Econômica do Brasil, (São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971) 11a. Edição.

- (17) - Cf. Chacon; pp. 47, 50, 54.

- (18) - Cf. Chacon; principalmente pp. 33 e 49.

CASALECCHI; principalmente pp. 48 e 96.

BUARQUE de Holanda, pp. 256 a 270; este autor diferencia o partido/ de São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul, mas não avança em sua análise para a compreensão do partido republicano de São Paulo nos acontecimentos do final do século XIX no Brasil.

O único autor que conhecemos que procura integrar o PRP como agente do processo de transformação da sociedade brasileira, e isto o diferencia de Viotti da Costa, é Reynaldo Pessoa; "O Congresso do Partido Republicano..."

- (19) - Podemos verificar este problema na própria historiografia analisada por Emília Viotti nos seus trabalhos já citados. Mesmo em obras mais recentes, o problema ainda sofre alguma persistência.

cf. Sales, Iraci Galvão;

A autora transfere muitas vezes o discurso do PRP para o conjunto/ dos proprietários rurais paulistas, ainda que apesar de muitos problemas comuns, existissem divergências sérias entre estes proprietários quanto à forma de solucioná-los.

- (20) - Viotti da Costa; Da Monarquia..., p. 300.

- (21) - SODRÉ, Nelson Werneck; p. 370.

- (22) - SANTOS, José Maria (dos); Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista

SANTOS, José Maria (dos); Os Republicanos Paulistas e a Abolição, / (São Paulo: Livraria Martins, 1942)

- (23) - cf. Gebara; p. 70.

cf. também: Salles, Iraci Galvão.

Mesmo, algumas vezes, esta autora, diluindo para o conjunto da sociedade paulista o programa do PRP, define muito bem seu papel como representante de proprietários rurais paulistas e inserido no momento histórico vivido por eles.

Já Casalecchi levanta em seu trabalho todo o leque de transformação da sociedade brasileira no final do século passado e define o Partido Republicano como representativo dos fazendeiros do oeste paulista. Mas fica faltando em seu trabalho um aprofundamento na participação mais efetiva do Partido Republicano, que só aparece nos anos/ finais, ou mais precisamente em 1889.

cf. Casalecchi, José Enio.

- (24) - cf. Boehrer; p. 119.

Segundo este autor, o PRP "contava talvez com um quarto do eleitora

do". Autores mais recentes afirmam a existência deste eleitorado .
Diz Casalecchi: "Em 1889, o Partido Republicano Paulista controla /
1/4 dos votos em São Paulo: republicanos, 3.593 eleitores; liberais,
6.537 e conservadores, 3.957 eleitores".

- (25) - Santos, José Maria (dos); Bernardino de Campos..., pp. 41-42.
Mesmo do livro Os Republicanos Paulista e a Abolição, o autor não/
chega a explicitar as divergências. Coloca somente a oposição entre
escravocratas e liberais humanistas defensores da abolição.
- (26) - Boehrer; p. 76.
- (27) - Boehrer; p. 118.
- (28) - Cf. Basbaum, Leoncio.
Conrad, Robert; Os últimos anos da escravatura no Brasil, (Rio de /
Janeiro: Civilização Brasileira, 1978).
No trabalho de Iraci Galvão Salles, a interpretação se dá de forma/
contrária. A autora se preocupa em explicar a inserção do trabalha-
dor livre na sociedade brasileira, não atribuindo importância à re-
lação entre os republicanos e abolição da escravatura.
Cf. Salles, Iraci Galvão.
- (29) - Cf. Basbaum, Leoncio; p. 216, também pp. 227-228.
- (30) - Sodré, Nelson Werneck; p. 370.
Viotti da Costa, Da Monarquia..., p. 318.
- (31) - Cf. Partido Republicano; Programa dos Candidatos - Eleição na Pro-
víncia de São Paulo, (São Paulo: Typografia de Jorge Seckeler , /
1881)
- (32) - Boehrer, George A.C.; p. 96.
O autor afirma ter o partido propostas para o encaminhamento de seu
programa político, mas não se aprofunda na análise destas propostas.
Sua preocupação é acompanhar a ascensão do partido, principalmente/
através das lutas eleitorais.
- (33) - Santos, José Maria (dos); Os Republicanos Paulistas..., p. 102.
- (34) - Basbaum, Leoncio; p. 211.
- (35) - Cf. Conrad, Robert; pp. 117-118.
- (36) - Viotti da Costa; Da Monarquia..., p. 318.
- (37) - Viotti da Costa; Da Monarquia..., p. 312.
- (38) - Gebara, Ademir; p. 8.

- (39) - Viotti da Costa; Da Monarquia..., pp. 311 a 317.
- (40) - Idem; idem, p. 318.
A tese de que interessava ao PRP o controle do poder a nível nacional também é esposada por Iraci Galvão, posição esta contrária à / nossa, já que entendemos a luta do PRP pela federação como forma de obter o controle do poder a nível provincial principalmente.
Cf. Salles, Iraci Galvão; pp. 25 a 45.
- (41) - SCHWARTZMAN, Simon; São Paulo e o Estado Nacional, (São Paulo: Difel, 1975) p. 112.
- (42) - Cf. FAORO, Raimundo; Os Donos do Poder; (Porto Alegre: Editora Globo, 1976) 2a. Edição.
IGLÉSIAS, Francisco; Política Econômica do Governo Provincial Mineiro, (Rio de Janeiro: MEC, 1958) .
- (43) - CANO, Wilson
MELLO, J. M. Cardoso (de); O Capitalismo Tardio, Tese de doutoramento, Unicamp, 1975.
SILVA, Sérgio; Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil , (São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976).
- (44) - SCHWARTZMAN, Simon .
- (45) - BRESCIANI, Maria Stella M.; Liberalismo; Ideologia e Controle Social (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910) Tese de doutoramento, - São Paulo, 1976.
- (46) - GEBARA, Ademir.
SALLES, Iraci Galvão.
- (47) - Cf. GEBARA, Ademir; pp. 8-14.
- (48) - SCHWARTZMAN, Simon; Capítulo V, item 2 - "Regionalismo e Centralização no Movimento Republicano", pp. 109-115.
- (49) - BOEHRER, George C.A.; p. 118

CAPÍTULO I

A ESTRATÉGIA POLÍTICA DO PRP

A. - O Surgimento do PRP

A formação e organização do Partido Republicano Paulista ocorrem / em um momento crítico para a história da monarquia brasileira. Na década / de 1860, afloram na sociedade uma série de fatos que marcaram profundamente a política nacional, acarretando problemas que o governo imperial não / conseguirá resolver de modo a minimizar satisfatoriamente as contradições / emergidas desses acontecimentos. Consideramos de maior relevância questões como aquelas que envolviam uma forma de governo defendida como parlamenta- / rista convivendo com o Poder Moderador - estabelecido pela própria Consti- / tuição Brasileira -, os resultados financeiros da guerra do Paraguai e a / própria economia nacional, às voltas com o problema mão-de-obra e com a / produção agrícola exportadora.

Em 1868, D. Pedro II usa de suas prerrogativas enquanto Poder Mode- / rador para demitir o Gabinete Liberal de Zacarias de Goes. A queda do Gabi- / nete teve sua origem no conflito entre este ministério, descontente com o / encaminhamento da guerra do Paraguai, e o comandante em chefe das forças / brasileiras, também descontente com as críticas feitas ao seu comando. Es- / se impasse entre Caxias - filiado ao Partido Conservador - e o Gabinete Li- / beral fez com que D. Pedro, utilizando-se das atribuições de seu poder, op- / tasse pela permanência do primeiro como chefe do exército brasileiro em lu- / ta no sul do continente, fato que determinou a queda do Gabinete. O episó- / dio é significativo porque marcou de forma acentuada a interferência do Po- / der Moderador no sistema representativo. Do episódio resultará a subida do / Partido Conservador ao poder, permanecendo nele até 1878. O Partido Libe- / ral sofreu nova ruptura entre sua ala mais radical e a mais moderada. (1)

Parece-nos, então, que o fato de o Imperador ter saído fora das re- / gras do jogo político colocou o Poder Moderador totalmente a descoberto, / demonstrando, de forma evidente, que a Constituição Brasileira garantia um / poder capaz de intervir por qualquer motivo no sistema representativo, in- / dependente da vontade da maioria. O mais importante a salientar é a exis- / tência de um poder acima dos demais poderes e que poderia não ser expres- / são da vontade Nacional. Seria o mesmo que coexistir um regime absolutis- / ta com um regime parlamentar. E essa contradição não será resolvida na Mo-

narquia por nenhum partido, sobretudo pelo Partido Liberal que não conseguirá internamente chegar a um acordo quanto ao papel do Imperador, pois/ o partido encontrava-se dividido entre os que aceitavam e os que negavam/ a permanência, na Constituição, do Poder Moderador. (2)

Outra questão, também séria, enfrentada pelo governo neste período, era a financeira. Os gastos com a Guerra do Paraguai obrigaram o governo brasileiro a fazer empréstimos no exterior, aumentando a dívida externa; a situação é agravada pela emissão de grande quantidade de dinheiro inconversível, fato que provocou a queda no valor da moeda nacional. / Os empréstimos externos se sucederão até o final do império, na tentativa de equilibrar a receita e despesa do orçamento público. Quanto ao papel / moeda, só terá alguma solução no final do regime monárquico.

A grande quantidade de dinheiro inconversível provoca a desvalorização da moeda; conseqüentemente, para saldar os compromissos da dívida / externa, será necessário muito mais dinheiro, o qual entra na receita do Estado através de impostos, não só internos mas também os de importação e exportação. O aumento de impostos sobre a importação e exportação acarreta um aumento no valor do produto. Esse é um problema significativo, nos anos finais da década de 1860, para os produtores de café pois, na época, ocorre a baixa no preço do produto no mercado externo, o que se repetirá na década de 1880. Isso quer dizer que a massa de dinheiro que entrava no país era menor, mantendo em desequilíbrio a receita nacional. (3)

Devemos lembrar, também, que a situação econômica torna-se mais / sensível neste período em função da lei de 1871 que, ao libertar o ventre escravo, não só ameaçava a manutenção do regime de trabalho escravo como/ gerava intranquilidade quanto ao fornecimento dessa mão-de-obra fundamental para a continuidade da economia exportadora nacional; por outro lado, não havia, por parte do governo, um programa definido de substituição do trabalho escravo pelo livre que interessasse à grande lavoura. (4)

Essas questões agitaram tanto o cenário político nacional quanto/ a sociedade como todo até o fim da monarquia a 15 de novembro de 1889, acarretando sérios problemas, como a reorganização do mercado de trabalho/ e a intranquilidade do setor agrícola exportador. A excessiva centralização do regime monárquico obstaculizava os desenvolvimentos regionais e provocava/ descontentamento das elites regionais, além do que favorecia eleições não representativas da vontade nacional. O regime monárquico não conseguirá, de forma satisfatória, dar respostas a essas questões, fazendo com que setores da classe dominante se sentissem descontentes com a política imperial. (5)

Tal situação afetava, sobremaneira, a província de São Paulo, visto que, nesta época, era ela uma das principais regiões exportadoras do país. Em 1870, o café, principal produto da exportação brasileira, já estava em expansão pela região do "Oeste Velho" da província, representando, na década, um quarto da produção nacional. (6)

Enquanto São Paulo emergia como principal centro da economia exportadora, as regiões do nordeste - outrora o pólo da riqueza nacional - entram em declínio. Os principais produtos dessas regiões - açúcar e algodão -, sofrendo a concorrência de outros centros produtores destas mercadorias, têm sua capacidade de exportação diminuída, acarretando lentamente a decadência econômica e o empobrecimento da região que se estende desde o Maranhão até a Bahia. Por essa mesma época, a província de São Paulo desenvolve a cultura cafeeira; a região não só tinha um clima favorável ao produto, como também possuía grande quantidade de terras férteis que permitiram sua rápida expansão e um mercado externo capaz de absorver essa produção.

Mas para a continuidade da expansão cafeeira em São Paulo não bastava a existência de terras férteis e clima propício; era necessária também uma estrutura política e econômica que permitisse ao fazendeiro investir no produto e viabilizar seu consumo no mercado externo. O sucesso da produção cafeeira dependia da existência de mão-de-obra em quantidade tal que garantisse a sua expansão, bem como de transportes e máquinas que agilizassem a produção e distribuição do produto. Exigia ainda uma política/econômica e orçamentária que desse condições de estabilidade e de circulação da produção. No que diz respeito a transportes e maquinaria, a própria província se encarregará de resolver o problema, introduzindo máquinas (as de beneficiamento, por exemplo), que melhoraram a qualidade do café. Quanto aos transportes, ocorreu o aumento de estradas de ferro, às vezes com o capital do próprio fazendeiro, como foi o caso da Companhia Mogiana. (7) Mas questões financeiras como a do déficit público e da desvalorização do dinheiro, e de mão-de-obra escapavam de resoluções provinciais, em função da excessiva centralização do regime monárquico, impedindo soluções mais rápidas na província e salientando o caráter de dependência / não só política como administrativa ao governo do Rio de Janeiro.

São problemas, entretanto, que o governo imperial estava sendo obrigado a enfrentar nos anos finais da década de 1860 e início dos anos / 70, e que interessavam diretamente à província de São Paulo, principalmente aos fazendeiros paulistas das áreas em expansão que viam obstaculizada a produção, não só pela excessiva centralização monárquica mas também pela intranquilidade quanto à condução de problemas como mão-de-obra e fi -

nanças públicas. Devemos considerar, ainda, que a província, da década de 1870 em diante, embora contribuisse em grande parte para a riqueza nacional, não tinha o retorno desse benefício, como veremos no terceiro capítulo deste trabalho.

Será nesse contexto que surgirá o Partido Republicano, não só na província de São Paulo mas também em outras, a partir do Manifesto Republicano publicado no Rio de Janeiro a 03 de dezembro de 1870.

Para o Partido Republicano surgido em São Paulo, essas questões interessavam bem de perto, visto que a análise da documentação sobre o partido nos remete a elas. Podemos mesmo afirmar que a situação nacional e emergida após 1868 acabou por apontar a organização do Partido Republicano como alternativa para um setor da classe dominante - os fazendeiros de café de São Paulo - não satisfeita com a condução da política governamental no sentido de solucionar estes problemas. (8)

Pretendemos, então, demonstrar que o PRP se organiza como porta-voz de uma parcela dos fazendeiros paulistas descontente com a política do regime monárquico e buscava na República Federativa a alternativa para a solução de seus problemas. Sendo esse setor da classe dominante o detentor da parcela mais rica da produção nacional - o café no Oeste paulista -, tinha de solucionar dois graves problemas: a reorganização do mercado de trabalho e a participação política. Em ambos os casos, esbarravam na política imperial: no primeiro, não se sentiam satisfeitos com a orientação do governo do Rio de Janeiro, e no segundo, a forte centralização impedia uma maior participação política do setor, tolhendo o desenvolvimento provincial.

O estudo da organização do partido e suas propostas nos permitirá, então, demonstrar que ele tinha objetivos bem claros a atingir quanto à política nacional e provincial; contrapondo-se à política imperial, tinha um programa definido e que atendia às necessidades dessa parcela dos fazendeiros de São Paulo, descontentes com a política do Império.

Neste capítulo inicial, pretendemos verificar o surgimento desse partido, sua organização e evolução, para detectar-lhe a atuação política e oposição ao regime monárquico e para demonstrar quais eram seus objetivos.

O Partido Republicano Paulista surge das divergências entre o grupo mais moderado e o mais exaltado do Partido Liberal.

Com o episódio de 1868, desfez-se a Liga Progressista - de liberais e conservadores moderados -, em consequência da queda dos liberais e ascensão do Partido Conservador ao poder. O Partido Liberal tenta se unir

novamente, mas não consegue trazer para si a ala mais exaltada porque "a muitos repugnava a aliança com os progressistas, que no seu entender traziam ainda marcas visíveis da origem saquarema." (9) Essa ala extremada / do Partido Liberal passa a formar o Clube Liberal Radical mas, apesar do nome "radical" e de condenar a monarquia e o poder pessoal como os responsáveis por todos os males do país, não chega ao extremo de se opor ao regime. "Só em 1870 é que boa parte dos componentes da agremiação se decide finalmente a cortar o nó górdio", formando o Partido Republicano, que tem como marco de seu surgimento o Manifesto Republicano vindo a público a 03 de dezembro de 1870, no Rio de Janeiro. (10)

Da mesma forma que na capital do Império, após o episódio de 1868, em São Paulo formou-se também o Clube Radical em várias localidades. Com o surgimento do Manifesto de 1870, esse clube transformou-se em Clube Republicano, dando sua adesão ao documento do Rio de Janeiro. A transformação de vários Clubes Radicais em Clubes Republicanos e o surgimento de novos imediatamente após o aparecimento do Partido no Rio nos fazem supor / que a idéia republicana já era assunto em debate na província. Corroborar esta idéia o relato de George Boehrer sobre as inúmeras adesões ao Manifesto que irão aparecendo em São Paulo desde 1870 até 1872. (11)

Há uma corrente na historiografia que interpreta o surgimento do Partido em São Paulo como um ato de descontentamento dos fazendeiros pouco favoráveis às discussões em torno do problema servil. (12) Essa questão, no entanto, vinha sendo adiada desde 1868 com a desculpa de se esperar pelo fim da guerra, e mesmo em 1870 ainda se falava, na Corte, com uma certa cautela sobre a escravidão. Portanto, a questão servil não nos parece tão expressiva em 1870 a ponto de justificar a organização de um partido que pretendia extinguir a Monarquia do Brasil.

Parece-nos, ao contrário, que a situação nacional, no momento, era muito mais séria: o Brasil vivia o final de uma guerra que, do ponto de / vista financeiro, foi desastrosa e enfrentava uma queda no preço do principal produto de exportação brasileiro - o café - o que agravava ainda mais a situação.

Quanto a situação política, o Poder Moderador, que havia demitido / um ministério, nas últimas consequências significava o tolhimento das representatividades regionais e o fortalecimento do mecanismo de centralização do regime. Por todas essas razões, acreditamos que o Partido Republicano em São Paulo surge como alternativa à política imperial, que não satisfazia ao setor de classe economicamente dominante na província - aos / fazendeiros de café das regiões mais novas, onde a produção desenvolvia -

-se de forma crescente.

Em 1870, São Paulo despontava como uma das principais zonas cafeeiras. Terras ainda jovens permitiam que o café se espalhasse pela província produzindo boas colheitas. Nesse período, os cafezais estavam se espalhando por toda região compreendida entre Jundiaí, Campinas, Mogi-Mirim, Piracicaba, Porto Feliz, Itú, Sorocaba, Itapetininga, a que chamaremos / "Oeste Paulista". Eram essas, na época, as novas regiões em que os fazendeiros irão aplicar seu capital e desenvolver a cultura cafeeira em grande quantidade. Será também dessas regiões que sairão os homens representativos do PRP.

Quando falamos em representatividade, estamos pensando em dois aspectos. Primeiro, o da representatividade interna, isto é, as regiões onde existiam clubes ou mesmo partido republicano local e políticos escolhidos nessas regiões para representá-las nos Congressos do Partido. Verificada a lista dos representantes republicanos no primeiro Congresso do / PRP, vemos que na sua quase totalidade são políticos da região do "Oeste Paulista". Segundo, o da representatividade política, isto é, os políticos que se tornaram lideranças no partido, aqueles que mais atuavam, constantemente lembrados para representar o partido nas Casas Legislativas, e que também se destacavam no âmbito interno do mesmo, conseguindo impor / sua ação. Homens como Campos Salles, de Campinas, Prudente de Moraes, de Piracicaba, Martinho Prado Jr., de Araras, Moraes Barros, de Botucatu, representavam essas regiões e eram fazendeiros de café. (13)

Sabemos que isso não é suficiente para indicar os interesses representados pelo PRP. Mas também nos parece que é sintomático o surgimento de um partido de oposição ao regime vigente, numa época delicada para a economia nacional, composto de homens da região onde mais se desenvolvia o café, portanto, uma das mais afetadas pelos problemas nacionais. Veremos ainda, no decorrer deste trabalho, que a representatividade não estava somente na região, mas também no próprio discurso do partido onde / mais claramente aparecem os interesses de classe dos fazendeiros paulistas. Todos os assuntos discutidos pelos políticos do PRP, seja nas Assembléias, nos jornais ou nas conferências, eram temas voltados para os fazendeiros, eram claramente, propostas para se repensar a estrutura de poder / monárquico - não só nos seus mecanismos de controle econômico, mas também políticos -que prejudicava a expansão do capital cafeeiro de S.Paulo. Ao repensar o poder monárquico contrapunham-lhe também uma nova forma de poder, muito clara, que seria a República Federativa. Para atingir esse objetivo, o discurso republicano é inteiramente perpassado do liberalismo, que deverá se realizar sob o controle dos fazendeiros de café. Isso se dá

através de uma estratégia política bem definida no âmbito do partido; e / toda a sua organização obedecerá a tal intuito.

B. - A organização do PRP

A organização do Partido Republicano Paulista obedece a uma certa evolução que nos permite evidenciar a sua estratégia política. Para tornarmos mais claro esse nosso propósito, dividiremos em três etapas a história do partido, no período da propaganda:

- 1a.) - 1870 a 1878 - é o período inicial de / formação e definição do partido. É o momento em que os vários núcleos e idéias republicanas espalhadas pela província / irão se unir, permitindo uma direção mais coesa e maior unidade de ação por / parte do partido.
- 2a.) - 1878 a 1887 - é o período em que os republicanos participam das Câmaras Provincial e Geral. O fato é muito significativo porque a estratégia do partido, nesse momento, era a de, através das representações nos vários corpos legislativos, realizar as reformas por ele desejadas até atingir a mudança do regime / político e combater os partidos monárquicos e o regime que eles representavam.
- 3a.) - 1887 a 1889 - é o período em que os republicanos, que continuavam a trabalhar no legislativo provincial, abandonam / sua conduta moderada e legalista - adotada nos dois momentos anteriores - e passam a se utilizar de uma linguagem / mais radical. Esse período é marcado, / também, por maior agitação social em todo o país.

B-1 . Formação do Partido Republicano em São Paulo - 1870/1878

Neste período inicial, o Partido Republicano, em busca de uma orientação mais coesa, procura criar condições para unificar os vários clu-

bes locais. Tais esforços começam a se concretizar em 17 de janeiro de / 1872 quando alguns republicanos se reúnem em São Paulo para delinear as / medidas a serem tomadas nesse sentido. Na reunião, fica decidida a convo- / cação de um congresso que pudesse deliberar sobre o caminho a ser tomado / para efetivar-se a unidade dos vários clubes locais e para imprimir uma / direção uniforme ao Partido Republicano Paulista.

Com o objetivo de estabelecer as normas e regulamentos para a or- / ganização do partido a nível provincial, realizou-se, em abril de 1873, a / reunião dos representantes de várias localidades da província. Uma consul- / ta aos clubes locais norteou o estabelecimento do local e da data. Pela / vontade da maioria, o encontro aconteceria em Itu e, para facilitar a ida / de numerosos correligionários, escolheu-se o dia da inauguração da linha / férrea da Companhia Ituana. Dessa forma, a 18 de abril de 1873, realizou- / -se a reunião conhecida como Convenção de Itu. (14)

Em 1873, já com algumas propostas definidas, tem início a fase de / propaganda para tornar o partido unificado na província. Para isso, a reu- / nião de Itu aprovou os regulamentos que deveriam nortear o partido, prepa- / rando as bases para uma maior coesão e unidade entre os vários núcleos lo- / cais.

Em Julho de 1873, realiza-se o primeiro congresso do Partido Repu- / blicano na cidade de São Paulo; em 1874, realiza-se o segundo Congresso , / também em São Paulo; o terceiro congresso só se realizará em 1878. Se to- / marmos essas datas como referência, poderemos dividir a etapa inicial do / Partido Republicano em dois períodos menores: o primeiro, compreendendo / os anos de 1870 a 1874, e o segundo, de 1875 a 1878. Os primeiros, seriam / anos de definição do partido para a sua organização interna, e os últimos, / de ação no sentido de consolidar essa organização.

B-1.1 - 1870 a 1874

Chamaremos este período de definição do Partido Republicano Pau- / lista.

Durante os anos de 1870 a 1873, alguns cidadãos de idéias republi- / canas - homens filiados ao Clube Radical ou ao Partido Liberal - procura- / ram organizar o partido, dando certa unidade aos vários clubes espalha- / dos pela província. Isso ocorre através de reuniões entre esses cidadãos, / até chegar-se à realização da Convenção de Itu em 1873 com intuito de fa- / zer a ligação entre os republicanos da província, através de algumas ba- / ses que pudessem estabelecer um princípio de organização partidária.

Logo após a Convenção, foi expedida uma circular, a todos os repu-

blicanos da província, apresentando as resoluções adotadas na reunião de Itu "para servirem de base à organização e representação do partido.

E são as seguintes:

- 1a.) - Será constituída para funcionar na capital da Província uma assembléa de representantes de / todos os municípios.
- 2a.) - Funcionará a primeira vez no dia 19 de Julho / próximo futuro, e posteriormente como e quando / for determinado pelos meios adoptados em sua constituição.
- 3a.) - Cada município elegerá um representante.
- 4a.) - O systema de eleição será o suffragio universal, tendo direito de votar o republicano maior de 21 annos e que não estiver condemnado por sentença criminal.
- 5a.) - A assembléa de representantes, no fim de cada sessão, nomeará uma commissão na capital para no intervallo das reuniões dirigir os negócios / do partido, entender-se com os clubs municipaes e tomar as providências urgentes, ficando porém seus actos sujeitos à approvação da assembléa."

A partir dessas bases irão se realizar os Congressos do Partido Republicano Paulista até 1889, sendo que o primeiro deles, pela resolução da reunião de Itu, ocorrerá nesse mesmo ano de 1873.

Já nestes anos iniciais de 1873 e 1874 o PRP tornará público o / seu pensamento, manifestando-se sobre questões nacionais, definindo algumas características que irão marcar sua conduta no período de propaganda. Após os dois Congressos desses anos, fizeram publicar pela imprensa dois / manifestos: o primeiro, de 1873, referia-se à questão servil, e o de 1874 tratava da questão religiosa. No ano de 1873, a Comissão Permanente do / partido, de acordo com deliberação do Congresso, redigiu e fez circular, para debates entre republicanos, as Bases para a Constituição do Estado / de São Paulo.

O manifesto de 1873 sobre o elemento servil, bem como uma comunicação de 1872 (16) sobre o mesmo assunto, são respostas dadas pelo partido às acusações de que ele pretendia, por um lado, a emancipação do elemento servil e, por outro, a manutenção da escravidão. (17) A resposta /

dada pelo PRP já define um tipo de conduta que será adotado pelo partido pelo menos até 1887/1888.

Primeiro, sua posição de um partido, qualificando seus próprios membros de democráticos de defensores da soberania popular:

"E quando porventura ao partido republicano viesse a tocar a responsabilidade de um acto tão importante, a sua própria organização seria uma garantia efficaz de que / ellê não se afastaria das vistas da nação, que neste caso seria chamada a pronunciar-se livre e soberanamente." (18) (grifo/nosso)

Outro aspecto muito significativo para se definir o Partido Republicano de São Paulo é a forma de agir quanto a assuntos - tais como : / mão-se-obra e mudança de regime político - que poderiam envolver tipos de mudanças mais radicais. Essas transformações deveriam ser graduais para se evitar a anarquia. As palavras "ordem" e "moderação" são uma constante, desde o início, nos discursos do PRP:

"..., quanto a questão do estado servil, fita desassombrado o futuro, confiado na índole do povo e nos meios de educação, os quaes unidos ao todo harmonico de suas reformas e do seu modo de ser hão de facilitar-lhe a solução mais justa, mais pratica e moderada, sellada com o cunho da vontade nacional." (19) (grifo nosso)

O manifesto de 1874, sobre a questão religiosa, é também um discurso liberal, é a defesa do cidadão enquanto agente social e de suas liberdades políticas e de consciência:

"O Partido democrático, como qualquer outro que pretenda uma organização social / fundada nos bons princípios de direito público, não pôde desconhecer a diversidade / profunda entre os direitos e obrigações / que constituem as relações sociaes de homem a homem, e os deveres do homem para / com Deus, que são os do fôro exclusivo da

consciência individual e que por isso mesmo escapam a alçada dos governos." (20) /
(grifo nosso)

Os republicanos defendiam a idéia da separação entre a Igreja e o Estado, a limitação entre os poderes temporal e espiritual. Conjuntamente a essa proposta, defendiam a idéia de que ensino, casamento, registro civil e de óbitos, cemitérios, deveriam ser encargos do poder civil e não / estar sob a administração da Igreja.

A defesa da separação entre Igreja e Estado era um objetivo bem / definido no intuito de alargar os direitos da sociedade civil, permitindo -lhe a participação ou engajamento do imigrante. Esse é um tema onde o / PRP não concilia e sobre o qual mantém uma postura definida até alcançar / o objetivo de separação entre os dois poderes - o temporal e o espiritu - al-, o que ocorre logo após a Proclamação da República.

Essas propostas interessavam tanto a São Paulo quanto ao PRP, pois este tinha uma posição de luta a favor da imigração e a província necessitava de mão-de-obra, que poderia ser suprida através da imigração. / Esta no entanto, via-se obstaculizada, principalmente a de países não católicos, pela aliança entre Igreja e Estado no Brasil.

Acreditamos que esses dois manifestos já podem definir alguns traços do PRP. Este considerava-se um partido liberal democrático porque defendia os direitos do cidadão na sociedade, a soberania popular como sendo o único poder legítimo e, como verificamos no próprio regulamento do / partido, a prática do sufrágio universal.

O Partido Republicano de São Paulo estava de perfeito acordo com as doutrinas então vigentes na Europa, onde a democracia era entendida como sendo a soberania popular, o único poder legítimo, e o sufrágio universal como verdadeiramente representativo. Essas eram reivindicações da sociedade em países europeus cuja burguesia irá fazer concessões e transformar essas aspirações em produto ideológico a favor de sua classe, absorvendo essas idéias e mantendo sob seu controle a população que lutava por tais direitos. (21)

O Partido Republicano Paulista assume esse discurso democrático / como uma forma de cooptar os setores da sociedade que não tinham participação no poder, pois este, no nosso entender, era controlado pelos senhores da terra e de escravos da região norte do país, (22) não permitindo uma maior representatividade da região Sul, economicamente mais ativa. O partido, entretanto, toma o cuidado de manter esse discurso sob seu con -

trole na medida em que as reformas liberais necessárias deveriam se realizar sem comprometer a ordem social, sem criar conflitos que degenerassem/ em anarquia. Outro aspecto que demonstra a preocupação do PRP em manter / as reformas liberais sob seu controle, nós o encontramos nas Bases para a Constituição do Estado de São Paulo. Nesse projeto de Constituição, ao / mesmo tempo em que os republicanos defendem as eleições diretas, o sufrá- gio universal, verificamos que o Chefe do Poder Executivo seria "de li - vre nomeação e demissão da Assembléia Geral", composta da Câmara dos depu- tados e do Senado Estadual. (23)

B-1.2 - 1875 a 1878

Nesta fase, o Partido Republicano procura dar ã sua ação um cunho mais concreto no sentido de solidificar sua organização partidária, con - correndo ãs eleições para cargos municipais e preparando-se para eleições provinciais e gerais, procurando também se definir frente aos partidos mo - nárquicos. As eleições de 1876 seriam os primeiros testes para avaliar / sua unidade e organização na província.

Consideramos significativo o papel das eleições para se entender/ a estratégia do PRP, porque este entendia que na ocupação de cargos eleti - vos estava a forma de se atingir os objetivos desejados por ele, ou seja, pretendia realizar as reformas necessárias através de mudanças nas leis . Isso demonstra, mais uma vez, a postura republicana em realizar suas pro - postas sem radicalização, mantendo a ordem e a moderação.

O debate em torno da participação do partido nas eleições dar-se- -ã desde o início da agremiação, como podemos constatar pelas atas do Par - tido Republicano de Itu. (24)

Nessa localidade pelo menos, a maioria era contra a participação/ nas eleições, nos primeiros anos do partido, por ser ele ainda muito novo e não ter condições de concorrer com os partidos monárquicos. A partir de 1876, o PRP concorre aos pleitos eleitorais em várias localidades da pro - víncia, mas as vitórias são poucas. Segundo explicações de Américo Brasi - liense, o partido não esperava outro resultado visto ser um partido novo, ainda em período de organização. (25)

A atuação mais concreta dos republicanos através das disputas e - leitorais obrigará o partido se definir e posicionar frente aos partidos/ monárquicos e manter sua autonomia para não se ver absorvido por eles. Em 1876, o Partido Republicano indicará o nome de Américo Brasiliense, como/ seu candidato, a uma cadeira na Câmara dos Deputados. Essa candidatura, /

bem como as eleições municipais deste ano, fornecerão os motivos para um confronto entre o Partido Republicano e o Partido Liberal.

O PRP era acusado pelos liberais de fazer alianças e transações / com o Partido Conservador, e os republicanos acusavam o Partido Liberal / de fazer alianças com o Poder Moderador. Um dos motivos de atrito, entre / os dois partidos, era, portanto, o problema das alianças.

O confronto, em 1876, entre ambos os partidos, levou Rangel Pestana, sob o pseudônimo de Thomaz Jefferson, a escrever uma série de artigos na "Província de São Paulo" defendendo o candidato Américo Brasiliense e o Partido Republicano. Nesses artigos, que eram parte de uma polêmica a - berta, através dos jornais, entre o Partido Liberal e o PRP em função das alianças e das eleições de 1876, Pestana admite as alianças com liberais / e conservadores, defendendo os acordos como ato político, mas nunca como / transação de princípios. (26)

Nas eleições de 1877, quando os republicanos escolhem seus repre- sentantes para concorrer à Assembléia Legislativa Provincial (27) mais u- ma vez os Partidos Liberal e Republicano se confrontam por causa das ali- anças.

Os liberais incluíram em sua chapa dois nomes - Prudente de Mora- es e Cezário Nazianzeno - componentes da chapa republicana. O Partido Re- publicano negou que tivesse feito qualquer acordo com algum grupo políti- co, embora na orientação dada aos seus eleitores, tenha permitido os acor- dos ocasionais, nos seus respectivos colégios, para concorrer com a vitó- ria dos candidatos republicanos.

E, pela primeira vez, o PRP concorre e consegue eleger represen- tantes para a Assembléia Provincial: Prudente de Moraes, Cezário Nazianzeno e mais Martinho Prado Jr. que concorreu apenas pela chapa republicana; daí em diante, com exceção da legislatura 1880/1881, o partido estará sem- pre representado na Assembléia Provincial até 1889.

Acreditamos que esta segunda fase do primeiro período da organiza- ção republicana é importante porque, de alguma forma, o partido estava se consolidando, o que fica demonstrado na participação e na vitória de polí- ticos do PRP nas eleições municipais e provinciais. (28) A objeção à vi- tória republicana poderia estar no fato de que só a conseguiram graças a alianças com os partidos monárquicos. Mas tal fato também é importante, / porque o partido estava se organizando desde 1872 e são somente em 1876 / as primeiras disputas eleitorais de que participam os republicanos. Pare- ce-nos então, que o partido adquire, neste período um peso político razoá

vel, indo às urnas quando se vê capaz de fazer barganha com outros partidos. Se as alianças feitas com os partidos monárquicos, com o consentimento e orientação da Comissão Permanente do Partido, deram vitórias aos republicanos, isso só vem demonstrar que o mesmo já tinha uma importância / razoável, que os votos republicanos pesavam na contagem eleitoral, obrigando, em alguns lugares da província, os partidos monárquicos a considerarem essa nova agremiação e forçando-os a realizar alianças, como coloca Rangel Pestana em seus artigos:

"O pronunciamento das urnas está mostrando que o partido republicano na província de São Paulo não é tão insignificante como / muita gente pensa. (...) Hoje, está reconhecido em muitas localidades que, ou os liberais hão de reunir-se aos conservadores, ou terão infalivelmente de desaparecer trabalhando isoladamente. Neste caso, o campo da luta ficará circunscripto à acção dos monarchistas e dos republicanos. Essas alianças tornaram-se por conseguinte benéficas." (29)

O fato, então, de haver confrontos e atritos entre o Partido Republicano e os partidos monárquicos em nada impedia as alianças eleitorais / realizadas entre eles. Essas alianças visavam vantagens eleitorais, e a orientação dada pelo Partido Republicano a seus eleitores era no sentido / de fazer alianças que pudessem trazer vitórias aos candidatos republicanos, mas sem se fazer transações de princípios.

Os atritos entre republicanos e, principalmente, o Partido Liberal serão uma constante até o final da monarquia e permitirão ao PRP manter uma postura de distanciamento dos liberais; e para colocar uma linha / divisória entre os programas dos dois partidos, os republicanos fundamentavam esse antagonismo em questões de princípio, acusando o partido monárquico de não realizar seu programa quando era chamado a ser governo:

"É preciso, pois, que tenhamos a franqueza e a coragem de dizer alto aos liberaes que elles não devem contar connosco para a politica das sombrinhas, como o velho T. Ottoni qualificou a dos prudentes que, apregoando-se muito liberaes, adiam as reformas para não ficar compromettida a situa -

ção de 1863 a 1868." (30)

As lutas entre partidos surgem, então, em nome de princípios partidários e de orientação na condução da política nacional e provincial.

O mais importante para o PRP era conquistar espaço nas Câmaras Municipais e principalmente na Assembléia Provincial, porque a estratégia / política do partido, para atingir seus objetivos, estava baseada na ação de seus representantes nesta casa legislativa. E isto os republicanos conseguem, a partir de 1878, dando início ao segundo período na história do Partido Republicano Paulista, durante o Império, quando a propaganda torna-se mais concreta através de sua ação no legislativo.

B-2 - Propaganda e atuação do Partido Republicano Paulista -
1878/1887

Neste segundo período, podemos distinguir dois tipos de alteração política por parte do PRP. Um deles, de cunho partidário, diz respeito à definição de uma posição autônoma frente aos partidos monárquicos e de um pensamento frente à organização política monárquica. O outro seria a importância da participação no Legislativo Provincial.

B-2.1 - O PRP e os Partidos Monárquicos.

Durante os anos de 1875/1876/1877, o PRP não realizou nenhum congresso, visto que, por deliberação do partido, não ocorreu, nesses anos / nenhum fato de grande importância que obrigasse a convocação do mesmo. / (31) Mas os acontecimentos de 1878 fizeram com que o partido convocasse / um congresso.

Em 1878, cai o Gabinete Conservador, no poder desde 1868, e em / seu lugar são chamados os liberais para organizar um novo. Mais uma vez o fato é atribuído à atitude despótica do rei, que usa de sua vontade pessoal para demitir ministros e dissolver a Câmara temporária, chamando desta vez a oposição liberal para realizar a reforma eleitoral que, segundo / o pensamento de D. Pedro e dos Partidos Monárquicos, estava se fazendo necessária para se tentar acabar com as fraudes eleitorais e com as câmaras unânimes.

O novo Gabinete estaria incumbido de realizar a Reforma Eleitoral. Era esta uma questão muito delicada porque, para uma parcela política, a reforma implicaria uma constituinte - e isso, por sua vez, implicaria rever a Constituição inclusive no que dizia respeito ao Poder Moderador - e, para outros políticos, a reforma poderia ser feita através de /

Lei Ordinária. Esse problema levou o novo gabinete a hesitar na apresentação do projeto; e quando foi apresentado, originou uma profunda divisão / no Partido Liberal entre os que pretendiam a reforma através da constituinte e os que a preferiam através da Lei Ordinária. Por esta razão, o Gabinete se apresenta sem programa. (32)

O Gabinete de 5 de janeiro de 1878 foi organizado pelo liberal / João Lins Vieira Cansação de Sinimbu e entre os políticos escolhidos para formar o ministério é incluído o nome de Laffaiete Rodrigues Pereira, um dos signatários do Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870, como Ministro da Justiça. Em função da presença de um ex-correligionário como membro do gabinete, o PRP realiza em 1878, o seu terceiro Congresso, / para deliberar qual a atitude a ser tomada pelo partido, se deveriam ou não prestar sua adesão ao novo Gabinete. A Comissão Permanente do Partido julgou necessária a convocação de um congresso para que fosse discutido o assunto, para ele tão delicado, e que exigia uma definição de conduta em relação ao governo.

Dessa reunião resultou um manifesto onde o Partido Republicano expõe seu pensamento frente à questão do Gabinete 5 de Janeiro (33), negando-lhe seu apoio. A argumentação principal que justificava essa atitude era a própria forma de governo: toda a organização política brasileira estava na dependência da irresponsabilidade do Poder Moderador estava / baseada na vontade imperial, diante da qual os homens e os partidos se / nulificavam, seus programas e idéias - não tinham continuidade - quando / os partidos assumiam o poder, deixavam de ter programa porque eram por ela subjugados.

O Manifesto não se referia especificamente à pessoa de Laffaiete / Rodrigues Pereira, mas colocava que, o fato de existirem políticos distintos e liberais sinceros dentro do ministério não era razão para adesão à nova situação. A questão era de princípios: aderir a um gabinete constituído pela vontade imperial era negar o manifesto de 3 de dezembro de / 1870 que condenava o Poder Moderador. Esse novo gabinete, dizia o Manifesto não apresentou nenhum programa político, portanto não havia razão para o Partido Republicano apoiá-lo, o que negaria seus princípios:

"Não nos é lícito pois, tornarmo-nos solidários com a situação, por não nos inspirar confiança em virtude de sua origem que é a mesma solememente condenada por nosso partido no acto de sua organização, ao qual temos adherido.

Mantendo-nos firmes em nossos postos, esperemos que o ministerio se apresente perante as camaras e exponha suas idéas e medidas governamentaes para deliberarmos então sí poderemos apoiar as refórmas que facilitem a victoria da idéa capital do nosso / programma- a República Federativa." (34)

Boehrer tem razão ao afirmar que o Manifesto de 11 de Março de 1878 permitiu ao Partido Republicano se afastar do Partido Liberal. (35)/ A nosso ver, a questão não se esgota aí porque não se tratava de aderir / ou não a um antigo correligionário, mas sim de manter distanciamento desse partido em função de serem seus programas muito próximos. Além disso, o Partido Liberal sofreu um grande desgaste aceitando a formação de um gabinete imposto pelo Poder Moderador. E não será só neste caso que encontraremos confrontos entre republicanos e liberais; eles serão constantes durante o Império, e os debates e acusações serão mútuos, principalmente / nos anos finais do regime, quando os programas estarão cada vez mais próximos, obrigando o Partido Republicano a se definir constantemente para evitar o perigo de ver seu programa nulificado. (36).

Essa postura adotada pelo PRP, no Manifesto, de só apoiar as reformas que estivessem de acordo com os seus princípios e facilitassem a execução de seu programa, será o argumento sempre utilizado para se contrapor aos partidos monárquicos. Como para os republicanos os partidos existentes se nilificavam frente ao Poder Moderador, o PRP não teria porque apoiá-los, ou seja, o sistema monárquico brasileiro, fortemente centralizador - expresso no Poder Moderador - era o responsável pela fraqueza dos partidos.

Os anos de 1868 e 1878 foram dois marcos importantes para a política da época. No primeiro ano, ocorreu a queda do Gabinete Liberal de Zacarias de Goes, e o Imperador foi acusado de utilizar seu poder despótico para derrubar o gabinete e chamar os conservadores ao poder. Em 1878, D. Pedro foi acusado de usar seu Poder Moderador para derrubar o Gabinete Conservador de Duque de Caxias e chamar os liberais ao poder. Se, em 1868, os conservadores foram acusados de utilizarem todos os meios ao seu alcance - desde fraudes eleitorais até a violência física - para fazer uma Câmara unânime, com mais veemência foram acusados os liberais, em 1878, de chegarem ao poder pelos mesmos meios ilegais para fazer uma Câmara unânime que iria votar a reforma eleitoral.

Para os republicanos, o Partido Conservador era o "partido da or-

dem", aquele que tinha por bandeira manter o "statu quo" da sociedade brasileira, portanto sua atitude era de nada mudar. O partido Liberal, ao contrário, carregava uma bandeira onde se encontravam as reformas que eram aspiração nacional e, no entanto, tinham o mesmo comportamento dos conservadores. Esses atos do Partido Liberal forneciam argumentos para os ataques que os republicanos desferiam contra ele como uma forma de acentuar bem a distância entre os dois partidos:

"Mas, Sr. Presidente, o que é lamentável é que os liberaes, que tanto profligaram comigo essas violencias praticadas em 68 e 1869, que tanto gritaram em nome da justiça, (...), que tanto condemnaram esses actos commettidos pelos agentes do poder, esquecidos de seus princípios, viessem hoje, galgando as escadas do poder, reproduzir no paiz e na provincia actos de reacção e violencia, como aquelles que tanto condemnaram em 1868!

O ministério, pela voz auctorisada do seu chefe, declarou que o partido liberal não havia subido ao poder por força propria, mas que havia sido chamado pela corôa, de quem recebera, como unica missão a realisação dessa reforma ultra-conservadora, e nada mais - E assim o partido liberal rasgou a sua gloriosa bandeira de combate, com que grangeou tantas sympathias populares!/
(37)

Em 1881, o Partido Republicano de São Paulo novamente concorre às eleições para a Assemblêia Provincial. No Congresso desse ano, realizado nos dias 7 e 8 de maio, foi proposta, com vistas às eleições que se realizariam, a elaboração de um programa para o Partido com o objetivo de dar-lhe maior coesão, estabelecendo um conjunto de idéias comuns e que deveriam ser levadas como bandeira, por todos os candidatos republicanos.

A partir da indicação de Rangel Pestana surgiu, em agosto, um folheto expondo minuciosamente o programa do Partido Republicano Paulista:

"A Comissão Permanente do Congresso Republicano, em virtude da resolução do mesmo/

Congresso, em sessão de 8 de abril do corrente anno, organisou o programma dos candidatos do partido nas proximas eleições / para a assemblêa geral e a provincial, e , sendo elle aceito por estes, constitue hoje um compromisso solemne para o desempenho do mandato, si lhes fôr confiado pelo/ eleitorado de alguns districtos da província." (38)

Ao contrário do que coloca Boehrer (39), julgamos importante esse documento porque aí encontramos os principais temas e questões nacionais/ que interessavam ao PRP, bem como suas propostas para a realização das reformas necessárias. É importante, também, porque se tornará um compromisso de propaganda a que todos os republicanos da província deveriam aderir. Neste Programma dos Candidatos, os republicanos mais uma vez reafirmam / que seu programa era democrático e que não era novo no país, existindo / desde o período regencial. Para os republicanos, o verdadeiro programa de mocrático era o dos liberais de 1831 e 1834 e eles nada mais fizeram que tomar a responsabilidade desse programa que foi relegado ao esquecimento. (40)

Os republicanos de São Paulo consideravam os liberais de 1831 - fruto da revolução que obrigou D. Pedro I a abdicar do trono do Brasil - os verdadeiros democratas, porque estavam a serviço da liberdade e pretendiam a reforma da Carta Constitucional imposta à sociedade brasileira em 1824.

O programa e as reformas verdadeiramente liberais de 1831 nunca / foram levadas avante por nenhum partido da monarquia, porque os partidos/ monárquicos estavam mais interessados em alcançar o poder do que em realizar reformas e, quando um dos partidos era chamado a governar, seu programa ficava para trás, esquecido, já que os políticos ficavam a serviço do Poder Moderador e não de seus princípios. Era esta a argumentação mais uma vez utilizada pelo Partido Republicano Paulista para se distanciar e se posicionar frente aos partidos monárquicos. (41)

As razões apontadas pelos republicanos para afirmar seu distanciamento em relação aos políticos monarquistas eram duas. Primeira: o poder/moderador, centro de toda organização política imperial, nulifica os partidos quando são chamados a governar, passando a predominar a vontade do rei e não o programa do partido. Segunda: os próprios partidos monárquicos, na ânsia de serem governo, colocam as paixões partidárias acima de

seus princípios.

Os debates e confrontos entre os republicanos e os partidos monárquicos davam-se não só na imprensa como também na Assembléia Provincial. Para esta última, os republicanos procuravam levar todas as questões, até as mais simples denúncias de injustiça cometida contra o funcionário de / cartório de alguma cidade da província, nomeações de juizes para acomodar apadrinhados, mudanças de limites entre municípios, pois, para eles, esses atos eram cometidos pela paixão partidária, deixando de lado os interesses provinciais. São atos de injustiça ou de favores para atingir objetivos eleitorais. (42).

Ao mesmo tempo, os republicanos procuravam se defender das críticas monarquistas argumentando que sua conduta era baseada em princípios e não em conflitos partidários, desde que não eram governo e não almejavam / sê-lo dentro do regime monárquico. Para os republicanos, ser governo na monarquia era transigir nos princípios partidários e aceitar uma luta vio lenta e fraudulenta para ter as graças da coroa.

Especificamente quanto ao Partido Conservador, as críticas eram / mais gerais, não havendo nos debates da Assembléia um confronto mais dire to entre os dois partidos. O Partido Republicano entendia que o papel do Partido Conservador era o de conservar, manter o "statu quo", portanto / não tinha o que criticar. A crítica mais violenta recaía sobre o Partido / Liberal, cujo papel era o de modificar, fazer reformas e contudo, no po - der, se confundia com o Partido Conservador.

Durante todo o tempo em que os republicanos participaram da Assem bléia Provincial, o confronto entre ambos os partidos foi constante. O Partido Republicano acusava o Partido Liberal de não ter princípios, no / que , parece-nos, tinha razão já que os liberais não conseguiram realizar quase nenhuma reforma proposta em seu programa. No nosso entender, o Partido Liberal não terá nunca uma posição muito cômoda durante o segundo / reinado por não conseguir conciliar as reivindicações de sua ala mais ra dical com a mais moderada, o que não lhe permitia uma unidade mais sólida.

O Partido Liberal conseguia manter sua coesão no combate ao Poder Moderador que os desalojou do poder e na crença de que a monarquia era a forma ideal de governo; divergiam profundamente, entretanto, na organiza- ção dessa forma de governo e na condução das reformas necessárias à socie dade brasileira.

Os liberais, por sua vez, acusavam os republicanos de aliança com os conservadores. Parece-nos que também tinham razão, pois nos anais da

da Assembléia Provincial não encontramos nen-um tipo de atrito entre ambos. E, o fundamento desta crítica encontramos num discurso republicano :

"Em poucos annos se apresentou (o Partido/ Republicano) com uma vida real, sobretudo n'esta provincia, e tem encontrado, devo/ dizer com franqueza, não as sympathias do partido liberal mas as do partido conserva/ dor, do partido autoritario." (43)

Entendemos que os confrontos mais directos entre o Partido Republicano e o Partido Liberal têm duas razões. A primeira é que, durante quase todo este segundo período - 1878/1887 - da vida do partido em que ele teve representantes que atuaram principalmente na Assembléia Provincial, o Partido Liberal era governo. Se o PRP fizesse uma aliança com o governo, poderia comprometer os princípios republicanos que tinham como centro o princípio federativo; consequentemente, combatia o governo centralizador. A segunda e mais importante razão é que uma aproximação maior entre ambos poderia fazer com que o programa republicano fosse identificado com o liberal, visto a proximidade de propostas, e com isso o partido republicano corria o risco de nulificar-se. As simpatias entre republicanos e conservadores, ao contrário, poderiam trazer benefícios eleitorais, sem o risco de identificação de programas, porque ao Partido Conservador, fora do governo, interessavam os votos republicanos e o PRP, por sua vez, poderia / com os votos conservadores, fazer representantes nas casas legislativas. Por essas razões, o Partido Republicano tinha sempre necessidade de, concomitantemente, afirmar sua posição, definir seu programa e apontar as in/ coerências entre o programa do Partido Liberal e sua ação no governo.

B-2.2 - O PRP nas Assembléias Provincial e Geral

Este segundo período - 1878/1887 - do Partido Republicano caracteriza-se também pela sua atuação na Assembléia Provincial e Geral. (44) Essa participação era importante para os republicanos que, seguindo sempre uma linha definida por eles como moderada, viam nas reformas das leis e na discussão de projetos a maneira de se atingir os objetivos desejados / pelo partido.

Os republicanos levavam para a Assembléia Provincial dois tipos/ de discussão: uma sobre política geral e outra sobre questões provinciais. Quanto à política geral, procuravam abordar problemas do governo central- sua forma e atuação -, da centralização do regime, do papel dos partidos/

monárquicos. Em seus pronunciamentos, procuravam fazer a análise da situação política nacional e, ao mesmo tempo, expor suas propostas para as reformas necessárias no sentido de solucionar os problemas que afetavam a sociedade brasileira.

Em outro tipo de discurso, que poderíamos chamar de política provincial, aparecem os interesses pelos quais lutava o PRP, quer dizer, os assuntos que interessavam mais de perto aos fazendeiros de café. Os temas colocados em discussão pelo partido, ou naqueles em que tomava parte, diziam respeito à mão-de-obra, transportes, ensino, orçamento provincial, administração provincial. Predomina no discurso republicano a atitude moderada que o caracterizou desde o início na condução dos problemas e nas propostas que apresentava. Quando discutiam ou apresentavam alguma proposta de reforma, os republicanos faziam sentir seu descontentamento pela forma através da qual o governo pretendia fazer mudanças que, para eles, surgiam como meias reformas, já que propugnavam por reformas amplas, atingindo todos os pontos da questão. Propunham, por exemplo, descentralização dos serviços públicos, que só teria efeito com a descentralização das rendas públicas.

Aprofundando-nos um pouco mais no discurso republicano, poderíamos dividir os assuntos em dois grupos. O primeiro seria o econômico, e aí podemos verificar a preocupação em agilizar a produção do setor mais rico da economia paulista - a cafeicultura -, na medida em que buscam uma solução não para o problema da escravidão, mas para o fornecimento seguro de mão-de-obra para a grande lavoura. Preocupavam-se também em ampliar a rede de transportes para as zonas mais novas da província, o que permitiria uma ligação mais rápida entre centros produtores e distribuidores, como também consumidores de São Paulo. O segundo grupo seria o político, onde as propostas se apresentavam no sentido de colocar a província como agente direto organizador de sua administração e não dependente do governo central.

O legislativo provincial cumpre, para o Partido Republicano, o papel de organizar a sociedade, o de fazer leis que permitam à sociedade civil desenvolver plenamente seu potencial econômico; daí atribuírem grande importância à Assembléia enquanto controladora da renda e receita públicas provinciais. Quer dizer, ao mesmo tempo em que definiam o legislativo como o ordenador da sociedade, na prática suas discussões remetiam aos interesses de classe, na medida em que, como representantes de um determinado setor da classe dominante, faziam questão de manter sob o controle da Assembléia Legislativa o orçamento provincial. Pretendiam o con-

trole sobre impostos, importação e exportação, e isto dizia respeito, de forma direta, ao setor cafeeiro de exportação.

Todos esses temas discutidos pelos republicanos na Assembléia Provincial estavam de acordo com o Programa dos Candidatos, o qual sintetiza toda a proposta republicana, abrangendo desde questões sobre a centralização, elemento servil, imigração, finanças, até naturalização, direitos do cidadão e ensino. Em última instância, aí encontramos a política republicana de uma parcela dos fazendeiros de café de São Paulo para atender / as suas necessidades dentro de uma nova realidade econômica, onde deverá / ser incluída a sua própria participação enquanto agente controlador de uma grande parcela da riqueza nacional, e a do imigrante como o novo produtor dessa riqueza, em substituição ao decadente sistema de produção baseado no escravo.

Quanto à participação do PRP na Assembléia Geral, esta restringiu-se a um único ano - 1885. Apesar de concorrer algumas vezes para a Câmara dos Deputados, sua única vitória foi nesse ano, e foram eleitos Campos Salles e Prudente de Moraes. Em 1884, a Câmara tinha sido dissolvida pelo próprio Gabinete, ao qual faltava unanimidade para aprovar o projeto Dantas sobre o elemento servil. Com a missão de discutir e aprovar o projeto, convoca-se, ainda em 1884, uma eleição a partir da qual se compõe uma nova Câmara, para a legislatura de 1885. Essa Câmara eleita também tinha, na sua maioria, políticos hostis ao projeto Dantas. O impasse criado entre o legislativo e o executivo acabou no mesmo ano de 1885, com a queda do Gabinete Dantas e com mais uma dissolução da Câmara dos Deputados.

Na Assembléia Geral de 1885, os republicanos, todos favoráveis ao projeto Dantas, mantêm a mesma postura adotada na casa legislativa provincial, quer dizer, fazer reformas mas com moderação e de forma gradual, / sem causar anarquias, e apoiar as que estivessem de acordo com seus objetivos.

Mas essa conduta que sempre marcou a atuação política do PRP desde o início de sua organização irá se modificar bastante nos anos finais / do Império Brasileiro, diferenciando enquanto prática política o terceiro período em relação aos dois anteriores.

B-3 - O período de agitação - 1887/1889

O período compreendido entre 1887 e 1889 foi de agitação e intranquilidade: é quando se dão a luta final pela emancipação do escravo, a proximidade do III Reinado e a Proclamação da República. Momento de agita

ção final para a Monarquia Brasileira é-o também para o Partido Republicano Paulista que dele participa ativamente, mas agora com uma conduta diferente da adotada nas duas fases anteriores. Essa terceira fase ficará / marcada por uma linguagem menos moderada, por conflitos internos e pelo / envolvimento de republicanos em agitações de rua.

A linguagem utilizada no Programa dos Candidatos, e que marcou a conduta do PRP desde 1870 até 1887, era a de moderação. Os republicanos a firmavam constantemente, tanto nas Assembléias como em manifestos, atos públicos e em seus congressos, que seu objetivo era a República Federativa, mas que chegariam a ela pela ordem, tendo o progresso por fim. (45) / Buscavam esse objetivo através de debates públicos e de reformas nas leis do país. Negavam a revolução como meio para atingir seu fim porque esta e ra sinônimo de anarquia, de destruição, e acusavam, muitas vezes, o próprio governo de revolucionário por estar trazendo a anarquia, a intranqui lidade para a sociedade brasileira. Esse tipo de acusação estava ligada à não solução, por parte do governo, de problemas como mão-de-obra, finanças públicas, eleição, porque este não dava uma resposta que satisfizesse os fazendeiros paulistas interessados em uma política econômica estável, que permitisse o contínuo desenvolvimento do setor.

No entanto, a partir de 1887, a postura dos republicanos paulistas modifica-se. Os temas fundamentais nas discussões do PRP continuam / sendo a República Federativa como principal objetivo e também a questão / da mão-de-obra. A modificação, nós a encontramos na forma de se encami - nhar os problemas. Os republicanos deixam de lado a linguagem moderada de se fazer as reformas através da ordem e passam a definir mais claramente / sua posição frente à monarquia, negando qualquer tipo de entendimento entre seus princípios e o governo existente.

Para explicar essa mudança, devemos distinguir dois caminhos seguidos pelos republicanos: um deles se dá no sentido da solução do problema servil e o outro no da forma de governo centralizador. No Congresso Republicano, realizado de 30 de maio a 19 de junho de 1887, são discutidos / dois temas: mão-de-obra e separatismo. (46)

Quanto ao tema mão-de-obra, é constante nas discussões do PRP, mas, como em quase todos os outros temas, os debates são marcados pela moderação; a questão era discutida de forma muito mais ampla do que a simples / restrição à questão do escravo. Em 1887, no entanto, a eminência da aboli ção da escravatura era um fato concreto, e o partido assume abertamente a sua discussão, sobretudo no seu congresso, cujo resultado concretizou-se num manifesto datado de 06 de julho de 1887. Verifica-se, por esse docu -

mento, que os republicanos estavam satisfeitos com o encaminhamento dado a questão, ou seja: os escravos estavam se transformando em trabalhadores livres e a imigração já era um fato concreto:

"Felizmente esses meios estão conhecidos e postos em pratica: a espontaneidade dos senhores transformando o escravizado em trabalhador livre e a corrente de imigração/vieram mostrar que estava achada a solução. A escravidão desaparece, mas o trabalhador pratico e accomodado ao systema de lavoura, fica." (47)

Os republicanos procuraram demonstrar, através do Manifesto, que havia um ponto de concordância entre as várias opiniões existentes dentro do partido - o próprio documento seria o ponto de encontro das várias idéias. Do encontro de 1887, resultou a proposta, de que todo republicano/assumiria o compromisso de libertar seus escravos até 14 de julho de 1889. Justificam a data como uma homenagem à Revolução Francesa.

A radicalização de conduta do PRP quanto à questão do elemento /servil, nós a encontramos na proposta de se marcar uma data próxima para/a libertação dos escravos, o que os próprios republicanos não haviam feito até esse momento, considerando-se inclusive que, entre os monarquistas, havia os que negavam a fixação de uma data, e os que aceitavam colocavam/ como limite 3 a 4 anos de prestação de serviço por parte do escravizado . Alguns republicanos vão mais além, definindo-se a favor da extinção imediata da escravidão em fins de 1887, como fez Campos Salles numa reunião/ de lavradores em São Paulo, em dezembro de 1887. (48)

Mas a radicalização em torno deste tema nos parece limitada, visto que os republicanos sentiam-se aliviados quanto à solução pacífica do problema, sem lutas ou guerra civil. Quer dizer, a questão se resolvia sob o controle das forças que comandavam a produção da riqueza. (49)

O outro tema discutido no Congresso de 1887 foi o separatismo, em bora não se tenha chegado a uma conclusão sobre ele porque seus membros / não conseguiram entrar num acordo quanto à idéia, ficando então para ser discutido no próximo Congresso. O tema, entretanto provoca divergências/ profundas no interior do Partido Republicano Paulista. Apesar de a questão ter sido adiada, tanto ela quanto as discordâncias entre membros do partido apareceram de forma clara em artigos da "Provincia de São Paulo". (50)

De um lado, os adeptos do separatismo, como Campos Salles e Alber

to Salles, acusavam os que eles chamavam de "grupo evolucionista", que incluía Rangel Pestana e Francisco Glicério, de ir a reboque dos acontecimentos como fizeram com a questão servil. (51) Entre os adeptos do separatismo, alguns pretendiam a separação de São Paulo, e as outras províncias que também quisessem a separação que acompanhassem os paulistas quando pudessem. Já outros procuravam propor alianças com outras províncias. (52) De outro lado, alguns republicanos receavam que o separatismo implicasse uma revolução sem que se tivessem nem homens para isso nem meios de reorganização da sociedade. (53)

Ainda durante o ano de 1887, a enfermidade de D. Pedro II envolvia a sociedade em dúvidas sobre quem de fato governava o país; assim, a perspectiva do III Reinado começou a surgir de forma mais concreta. (54) E, a libertação dos escravos, promovida pela Princesa Izabel, tornou mais real a proximidade de um governo da Princesa. (55) No nosso entender, esses problemas trarão de volta ao partido a coesão interna existente anteriormente ao problema do separatismo - não queremos dizer que nunca houve conflito no interior do partido, mas este sempre soube contornar os atritos de opiniões em nome da unidade da organização. E nos anos de 1888 e 1889, o partido se organiza para combater a continuidade da monarquia.

Os dois últimos anos da monarquia marcaram de fato a radicalização de conduta do PRP.

Do Congresso Republicano realizado em Maio de 1888 resultou o manifesto do Partido Republicano, datado de 24 de maio de 1888, contra o Terceiro Reinado.

Os republicanos interpretavam a assinatura da lei de 13 de maio / como um ato praticado pela Princesa Izabel com intuito de consolidar seu reinado. E muito mais do que isso, viam na atitude da Princesa Izabel demitindo o gabinete, utilizando-se também do Poder Moderador, a perigosa origem do III Reinado. (56) Não restava então ao partido senão abandonar suas atitudes reformistas e propor expressamente sua disposição de luta, por todos os meios, contra a monarquia. O Partido Republicano assume definitivamente uma postura bem radical, e bem diferenciada das atitudes em relação à extinção da escravidão, problema que se achava sob controle e praticamente resolvido. A questão da monarquia deveria ser resolvida, e a qualquer custo:

"Quanto ao partido republicano não mais /
lhe cabe representar a função pública como simples cooperador das reformas que operem por partes a eliminação da monarquia .

Queremos a Republica como a soluçãõ mais /
prompta á crise social." (57)

A opposiçãõ ao III Reinado não aparece somente no Manifesto, mas na intensificaçãõ da propaganda atravêõ de conferências pùblicas e até/ mesmo nos discursos da Assemblêia Provincial. Os anos de 1888 e 1889, a nosso ver, sãõ crìticos para a història da sociedade brasileira pois é o perìodo onde se definem dois graves problemas: a reorganizaçãõ do trabalho e a reorganizaçãõ da vida polìtica nacional. Estes anos estãõ marcados por agitações e intranquilidade. O Partido Republicano Paulista não / está alheio a essas agitações, e como podemos verificar por uma carta de Francisco Glicêrio, os republicanos sãõ parte ativa nesse momento nacional:

"(...) A agitaçãõ deve ser feita por mim ,
C. Salles, Prudente, Pestana e outros companheiros.

Vosse é o Chefe, cuja missãõ é velar, aconselhar, deliberar e cubrir com a autoridade moral de seu nome e do seu cargo os actos dos agitadores." (58)

A forma de participaçãõ republicana para ampliar sua propaganda / em torno da Repùblica Federativa eram as conferências pùblicas feitas em toda a provìncia. Mas essas conferências e discursos pùblicos, muitas vezes, eram interrompidos, ou não chegavam a se realizar, em funçãõ da presença repressiva da polìcia ou mesmo da guarda negra. (59) Os republicanos não perdiam a oportunidade de denunciar na Assemblêia Provincial as repressões, os conflitos generalizados em vãrios pontos da provìncia, e acusavam diretamente o governo como o responsãvel pela situaçãõ de desordem:

"Certamente; uma vez que a monarchia deixou de ser uma garantia de paz, uma garantia de ordem, uma garantia de direitos, ella deixou de ser tambem uma fôrma de governo capaz de dirigir os grandes e os altos/ destinos da sociedade brasileira; por consequencia ella propria, por seus agentes, pelos actos do seu proprio governo está todos os dias a fazer o seu descredito, / (...)." (60)

A açãõ republicana contra o governo chega ao ponto de colocar o

povo contra o mesmo, aconselhando a população a resistir à ordem constituída:

"Por isso mesmo, eu tenho aconselhado, quer na imprensa, quer na tribuna, que o povo, quando trata de reivindicar um direito violado, ou usurpado pelos poderes publicos, sómente tem um caminho a seguir: é fazer / valer sua energia na acção ou na resistencia." (61)

A situação na província de São Paulo já há muito havia extrapolado os debates mais violentos da Assemblêia. A agitação agora estava nas ruas, era a polícia, a guarda negra reprimindo qualquer aglomerado de pessoas. Estava aberto o confronto entre a sociedade e o governo, e a repressão é violenta, ocorrendo até mesmo assassinatos de pessoas durante os conflitos. Era um momento que não havia mais retorno, e os republicanos / também se vêem envolvidos e perseguidos pelo governo. Se havia, até 1887/1888, tolerância por parte do governo em relação ao Partido Republicano, agora, em 1889, são taxados de subversivos e anarquistas:

"... o governo tinha-lhe dito (ao chefe de polícia da cidade de São Paulo) que era / conveniente, numa sociedade tão desejosa / de paz, como é a sociedade paulista, apresentar os chefes republicanos e os membros deste partido como desordeiros e como anarquistas, capazes por isso de pôr em risco / os mais legitimos interesses.

No mesmo intuito, no mesmo interesse de apresentar os acontecimentos da noite de 24 de Novembro (1888) como actos do partido / republicano, diz o chefe de policia no seu relatório. (Lê):

"Em seguida a multidão dispersou-se em vários grupos, e um desses dirigiu-se do largo da Sé à rua da Imperatriz, e ahi, de uma das janellas do Hotel Bragança o dr. Muniz de Souza, redactor da folha republicana "Gazeta do Povo", pronunciou discurso / incendiário." (62)

Os republicanos por sua vez, não aceitam mais qualquer tipo de diálogo com o governo, porque o grande responsável pela anarquia era a própria instituição política que governava o país. O impasse estava estabelecido e agora só restava um caminho: a República.

"Pois bem, nós que somos cidadãos brasileiros, nós que também somos filhos desta pátria que se pretende entregar à especulação de um príncipe estrangeiro, nós por nossa vez declaramos o governo fora da lei. É preciso que este governo desapareça diante de todos os modos de combate!" (63)

C. - Os objetivos do PRP

Já nos referimos aos problemas que o Estado Brasileiro estava sendo obrigado a enfrentar, e nem sempre o governo conseguia dar uma resposta que satisfizesse os vários setores da sociedade brasileira. Os partidos monárquicos eram geralmente liderados por políticos representantes / das regiões onde a economia estava em decadência, e portanto os interesses aí estabelecidos diferiam das novas regiões, como São Paulo, que possuía uma atividade econômica em pleno desenvolvimento. A grande lavoura / da província pretendia também participar do governo, visto que é no aparelho do Estado que se concretizam os mecanismos de solidificação dos interesses de classe, expressos na lei. Mas esse aparelho estava controlado / pelos políticos da região nordeste do país, principalmente Bahia.

A forma de governo monárquico estabelecido no Brasil era extremamente centralizada, o que favorecia as áreas economicamente decadentes / que se apegavam ao Estado como forma de manter o seu predomínio. Podemos / verificar isso na própria conduta dos partidos monárquicos, vivendo a contradição da existência do parlamentarismo com o Poder Moderador e nem sempre conseguindo realizar as reformas propostas em seus programas.

No nosso entender, os políticos monárquicos não se davam conta / das profundas transformações pelas quais passou o país na segunda metade / do século XIX, permitindo a inserção do Brasil na economia mundial, através da produção cafeeira. A província de São Paulo, sendo a região de maior expansão do café, irá se beneficiar dessas transformações fornecendo / a riqueza necessária para a continuidade da recuperação da economia nacional. O desenvolvimento econômico da província não teve entretanto seu correspondente na participação do setor cafeeiro na estrutura de poder monár

quico, que estava nas mãos dos políticos do nordeste representados pelos Partidos Liberal e Conservador.

A grande lavoura de São Paulo contava com capital suficiente para sua instalação; necessitava portanto de meios para a reprodução desse capital, os quais eram terras, máquinas e mão-de-obra. Quanto às terras, existiam em grande quantidade, e as máquinas estavam sendo introduzidas na província - e estes são fatores que dependiam dos próprios fazendeiros. / Restava o problema mão-de-obra que, para ser resolvido, deveria necessariamente passar pelo Estado, pela reforma nas leis do país. Como havia diferenças entre a economia do nordeste e a de São Paulo, e era a primeira a região que controlava o poder, a solução para o problema nem sempre satisfazia as áreas economicamente mais novas, que ambicionavam maior autonomia para realizar a reprodução de seu capital. Não viam possibilidade disso sem enfrentar a própria organização monárquica. Daí, então, a busca de alternativas para maior autonomia de São Paulo, que será encontrada através do PRP e da forma do governo republicano federativo.

Por essas razões é que entendemos ser os principais problemas para o PRP a questão mão-de-obra e a centralização do regime monárquico. Verificando a documentação, vemos que a maioria dos discursos tinham como preocupação a reorganização do mercado de trabalho, e todos os discursos, direta ou indiretamente, referiam-se à centralização do regime monárquico. Por isso, e porque sintetizam todo o pensamento e ação política do PRP, esses dois temas serão objeto de estudo dos próximos capítulos, onde esperamos que fique clara sua importância para a compreensão do papel do partido na história da sociedade brasileira.

N O T A S

- (1) - Nos anos iniciais da década de 1860, o Partido Liberal se desentendeu porque a ala mais radical não aceitava o programa moderado de uma parcela do partido. Esse desentendimento entre radicais e moderados será uma constante entre os liberais. Em 1862, a maioria do partido passou a se compor com a ala moderada do Partido Conservador, formando a Liga Progressista, ou Partido Progressista como era chamado, que, durante os anos de 1862 a 1868, governou o país. Mas com o golpe de 1868 (como ficou conhecida a queda do Gabinete/Zacarias), desfez-se a Liga, retornando os políticos às suas origens: os moderados para o Partido Conservador, e o Partido Liberal, de forma precária, se compõe novamente, sem entretanto conseguir / chamar para si a sua ala mais radical.
- (2) - O Poder Moderador, direta ou indiretamente, sempre interferiu neste jogo parlamentar, mas nunca a sua atuação ficou tão evidente como em 1868. Voltaremos a tratar do Poder Moderador no capítulo III deste trabalho, onde discutiremos especificamente a questão da centralização do regime monárquico.
- Quanto ao Partido Liberal, este muitas vezes estava internamente / dividido entre duas idéias. Havia os que defendiam o rei como aquele que reina, governa e administra; já outros achavam que o papel / do monarca era só o de reinar. Os liberais não conseguiam resolver essas divergências de opiniões acarretando as constantes divisões / no partido, o que não ocorria com o Partido Conservador que defendia a existência do Poder Moderador.
- Sobre estes episódios da década de 1860.
Cf. Buarque de Holanda; pp. 105 a 132.
CASALECCHI; pp. 43 a 46.
- (3) - Sobre o orçamento do Império:
Cf. CASTRO CARREIRA, Liberato (de); História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil, (Rio de Janeiro: Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980).
- (4) - A questão da mão-de-obra será objeto específico de estudo no Capítulo II.
- (5) - Sobre este período
Cf. Buarque de Holanda, 5º volume.
- (6) - Sobre a economia do final do século passado no Brasil, sobretudo a cafeeira:

- Cf. Cano, Wilson; pp. 31 a 42.
tb. Silva, Sérgio; pp. 29 a 76.
Furtado, Celso; pp. 110 a 173.
- (7) - Cf. Matos, Odilon Nogueira (de); Café e Ferrovias, (São Paulo: Editora Alfa-Omega e Editora Sociologia e Política, 1974).
- (8) - Entendemos por classe dominante aquela que detém o controle dos meios de produção e do capital; e setor de classe, aquele que controla uma parte desses meios de produção e capital.
- (9) Cf. Buarque de Holanda; p. 116; "Saquarema" era apelido dos Conservadores desde 1842, por denominar o local do quartel-geral dos mesmos na província do Rio de Janeiro.
- (10) - Cf. Buarque de Holanda; p. 118.
Sobre os Partidos Políticos:
Cf. Melo Franco, Afonso Arinos (de).
Chacon, Vamireh.
- (11) - Cf. Boehrer, George C.A.; pp. 73 a 75.
Brasiliense, Américo; Os Programas dos Partidos e o II Reinado, / 1878.
- (12) - Cf. Santos, José Maria (dos); Bernardino de Campos..., p. 41.
Viotti da Costa; Da Monarquia à República..., p. 318.
Conrad, Robert; pp. 117-118.
- (13) - Cf. Anexo, pp. 133 e 134 ; comparar a relação de representantes / ao primeiro Congresso Republicano com os mapas de São Paulo que localizam as cidades e a expansão cafeeira.
Sobre a relação de representantes dos Congressos Republicanos
Cf. Américo Brasiliense,
Atas dos Congressos do Partido Republicano Paulista (daqui para / frente serão citadas somente como Atas do PRP).
- (14) - Cf. Américo Brasiliense; pp. 109 a 112.
- (15) - Cf. Américo Brasiliense; pp. 112-113.
- (16) - A carta circular e a comunicação eram documentos redigidos com o objetivo de expor para os militantes republicanos as resoluções / dos Congressos. Eram documentos internos do partido. O Manifesto / era também fruto das deliberações dos Congressos, mas com o objetivo de atingir a opinião pública.
- (17) - Cf. Américo Brasiliense;
Comunicação; pp. 106-109.

Manifesto; pp. 122-125.

Não faremos, aqui, uma análise destes documentos visto que a questão mão-de-obra será objeto específico de estudo no segundo capítulo. Neste primeiro capítulo interessa-nos, somente, detectar os aspectos da estratégia política do PRP para se firmar como partido / de oposição à Monarquia.

(18) - Cf. Manifesto do Partido Republicano Paulista sobre a questão servil; (1873) em Américo Brasiliense, p. 123.

(19) - Cf. Américo Brasiliense, p. 123.

(20) - Manifesto do Partido Republicano Paulista sobre a questão religiosa (1874); em Américo Brasiliense, p. 157.

(21) - Sobre liberalismo e democracia:

Cf. Macpherson, C.B.; La Realidad Democratica - Liberalismo Socialismo, Tecer Mundo, (Barcelona: Editorial Fontanella, 1968).

(22) - Cf. Carvalho, José Murilo (de); A Construção da Ordem - A elite / política Imperial; (Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1980) pp. 155-176.

Apesar de este autor seguir outro rumo para a sua análise sobre o/ Estado Monárquico Brasileiro, procurando demonstrar que este era / controlado por uma burocracia de funcionários e advogados, os dados apresentados por ele deixam claro que o predomínio estava com a região norte, principalmente Bahia.

Mas, no nosso entender, os advogados que formavam a massa dos funcionários, geralmente alunos saídos de Escolas de Direito de Recife e São Paulo, vinham das camadas dominantes e, portanto, representavam seus interesses.

(23) - Cf. "Bases para a Constituição do Estado de São Paulo" - Formulada pela Comissão Permanente do Congresso Republicano e submetida ao estudo e aprovação deste; em Américo Brasiliense, p. 139.

(24) - Cf. Atas das reuniões gerais do Partido Republicano de Itu 1871 / 1886; documento existente no Museu "Convenção Republicana" em Itu. Esta parece ser a conduta dos núcleos locais pois, segundo Boehrer, foi em 1876 que o Partido Republicano Paulista participou de campanhas eleitorais e até então pouco se arriscara.

Cf. Boehrer; p. 83.

(25) - Cf. Américo Brasiliense; p. 161.

(26) - Cf. Thomaz Jefferson (F. Rangel Pestana); O Partido Republicano na Província de São Paulo, (Rio de Janeiro: Typ. do Globo - 1877).

Este livro foi composto por uma série de artigos, originariamente/ escritos para o jornal "A Província de São Paulo".

- (27) - Os candidatos republicanos eram - Campos Salles; Prudente de Moraes; Martinho Prado Jr.; Quirino dos Santos; Cezário Nazianzeno e Rangel Pestana.
- (28) - Cf. Boehrer; principalmente pp. 83 a 93.
- (29) - Cf. Thomaz Jefferson; principalmente pp. 8 e 11.
Boehrer também afirma: "Nessa breve campanha (1876), o Partido Republicano tinha, segundo parecia, bastante importância para trocar votos com os outros partidos".
Cf. Boehrer; p. 84.
- (30) - Cf. Thomaz Jefferson; p. 15.
- (31) - Cf. Américo Brasiliense; pp. 160-161.
- (32) - Cf. Buarque de Holanda, pp. 176 a 238.
- (33) - Manifesto do Partido Republicano Paulista expondo seu parecer sobre o Gabinete de 5 de janeiro - 11 de março de 1878; em Américo / Brasiliense, pp. 183 a 189.
- (34) - Manifesto do Partido Republicano Paulista de 1878, em Américo Brasiliense, p. 188.
- (35) - Cf. Boehrer; pp. 87-89
- (36) - Sobre programa dos partidos:
Cf. Américo Brasiliense
Rangel Pestana; discurso pronunciado na Assembléia Legislativa Provincial em 13 de março de 1882. É um discurso muito importante para verificar o posicionamento do Partido Republicano - frente aos/ partidos monárquicos, ao poder moderador, às alianças eleitorais e à posição do partido no cenário político nacional. Este discurso / não consta nos Anais da Assembléia; nós o encontramos impresso em/ livro pela "Typographia da Província de São Paulo - 1882" e, de agora em diante, será citado somente pelo nome do orador e data da sessão.
- (37) - Cf. Anais da Assembléia Legislativa Provincial; discurso de Prudente de Moraes, sessão de 26 de março de 1879, pp. 31 e 33.
Cf. também: Idem; Gabriel Piza, 10 de março de 1882, pp. 362 a 365. Idem; Campos Salles, 11 de março de 1882, pp. 375 a 385. (De agora em diante a citação dos Anais será: Assembléia Provincial; nome do orador, data da sessão e páginas)

- (38) - Cf. Partido Republicano; Programma dos Candidatos - Eleição na província de São Paulo; (São Paulo: Typografia de Jorge Sckler, 1881) Documento datado de 17 de agosto de 1881, p. VIII
- (39) - Cf. Boehrer; p. 96.
- (40) - Cf. Programma dos Candidatos; p. 82.
Do programa dos liberais de 1831 constavam: monarquia federativa, eliminação do Poder Moderador, Senado temporário supressão do Conselho de Estado, autonomia provincial. Entre outras propostas seriam estas as mais significativas dos liberais, que se organizaram em 1831.
Cf. Américo Brasiliense; pp. 8-9.
- (41) - Cf. Rangel Pestana; 13 de março de 1882.
- (42) - Cf. Assembléia Provincial; Martinho Prado Jr., 06 de março de 1884, pp. 327 a 330.
- (43) - Cf. Rangel Pestana; 13 de março de 1882, p. 37.
Boehrer coloca também, quando se refere às alianças entre republicanos e monarquistas, que elas eram feitas mais entre republicanos e conservadores.
Cf. Boehrer; p. 89.
- (44) - Participação dos republicanos na Assembléia Legislativa Provincial:
22a. legislatura - 1878/1879 - Prudente de Moraes, Cesário Nazianzeno, Martinho Prado Jr.
24a. legislatura - 1882/1883 - Prudente de Moraes, Rangel Pestana, Martinho Prado Jr., Campos Salles, Gabriel Piza, Pinheiro Machado.
25a. legislatura - 1884/1885 - Muniz de Souza, Gabriel Piza, Martinho Prado Jr., Moraes Barros.
26a. legislatura - 1886/1887 - Gabriel Piza, Quirino dos Santos, Rangel Pestana.
27a. legislatura - 1888/1889 - Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Martinho Prado Jr., Campos Salles.
- Participação dos republicanos na Assembléia Legislativa Geral:
19a. legislatura - 1885 - Campos Salles, Prudente de Moraes.
- (45) - Cf. Programma dos Candidatos; pp. 1 a 6.
- (46) - Cf. Atas do PRP; Congresso realizado entre 30 de maio e 19 de Junho de 1887.
- (47) - Cf. Manifesto do Partido Republicano Paulista sobre a questão dos elementos servil; datado de 06 de julho de 1887; publicado na "Pro

víncia de São Paulo" em 16 de julho de 1887.

- (48) - Cf. Campos Salles; Da Propaganda a Presidência, (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902) pp. 257 a 269.
- (49) - Mesmo porque São Paulo não sofrerá grandes abalos com a abolição. Cf. Conrad; p. 315.
- (50) - Cf. Jornal "A Província de São Paulo"; ano de 1887.
- (51) - Cf. "A Província de São Paulo"; 09 de junho de 1887. Idem; 11 de junho de 1887.
- (52) - Idem; 19, 20, 21, 22 de abril de 1887.
- (53) - Idem; 26 e 28 de abril de 1887

Estes debates entre republicanos era uma constante na imprensa, no ano de 1887, quase todos os dias havia nas páginas da "Província / de São Paulo" debates em torno da questão.

- (54) - Idem; 05 de maio e 19 de junho de 1887
- (55) - Cf. Manifesto do Partido Republicano Paulista - 1888; em Pessoa , Reynaldo Carneiro; A Idéia Republicana no Brasil... pp. 94-105.
- (56) - Cf. Manifesto do Partido Republicano Paulista - 1888.
- (57) - Idem; p. 104.
- (58) - Esta carta era de Francisco Glicério para Bernardino de Campos e datada de Campinas, 06 de maio de 1888. Faz parte do Arquivo Bernardino de Campos. Encontra-se também transcrita em Motta Filho; Uma Grande Vida - Biografia de Bernardino de Campos, (São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1941) pp. 266-267-
- (59) - Cf. Assembléia Provincial; Campos Salles, 15 de janeiro de 1889 , pp. 6 a 13.
É de grande importância este discurso de Campos Salles pois pelas/ anotações nos Anais se percebe o clima de agitação até no recinto/ da Assembléia. A que ocorre durante seu pronunciamento é denunciada por ele como ato do governo.
- (60) - Cf. Assembléia Provincial; Campos Salles, 08 de fevereiro de 1889, p. 126.
- (61) - Cf. Assembléia Provincial; Campos Salles, 11 de março de 1889, p. 346.
- (62) - Cf. Assembléia Provincial; Campos Salles, 08 de fevereiro de 1889, p. 128

Os republicanos acusados , pelo chefe da polícia de chefíarem as manifestações de rua de 24 de novembro de 1888 eram: Rangel Pestana, Campos Salles, Carlos Garcia, Moraes Barros e Muniz de Souza. Idem; Idem; pp. 125 a 132.

Sobre proibição de manifestações.

Cf. Idem; Bernardino de Campos, 15 de março de 1889; pp. 409 a 412.

(63) - Cf. Campos Salles, Assembléia Provincial; 15 de janeiro de 1889, / p. 13.

De 19 discursos republicanos proferidos nesta Legislatura, 9 referem-se diretamente às agitações e ao estado de intranquilidade na província. E os outros discursos, na maioria, se não se referem abertamente à agitação, discutem a centralização monárquica.

CAPÍTULO II

- O PRP E A REORGANIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO -

O Partido Republicano Paulista é comumente compreendido, nas análises historiográficas, como um partido composto, na sua maioria, por escravocratas (1); ou como um partido que não se define quanto a uma das principais questões do final do século XIX no Brasil: o problema da emancipação dos escravos. (2)

Entretanto, se considerarmos as propostas feitas pelo partido e acompanharmos as modificações sofridas por elas no decorrer do tempo, frente à questão servil, veremos que as afirmativas acima mencionadas devem ser analisadas com mais cuidado para se evitar superficialidades não esclarecedoras dos fatos históricos. O que ocorre, algumas vezes, nas análises, é a utilização de poucos documentos, não permitindo acompanhar a evolução das propostas republicanas. (3)

Pensamos ser necessário compor o conjunto das propostas republicanas para explicitar o posicionamento do partido frente à questão servil e, sobretudo, para que se possa compreender a luta deste pela reorganização do mercado de trabalho como uma de suas mais importantes bandeiras. Devemos, então, recuperar, para a análise do PRP, os documentos elaborados nas várias frentes de propaganda - discursos públicos, livretos/ de propaganda, circulares, manifestos e atas do partido, bem como os documentos que comprovam a atuação desta agremiação nas Câmaras Legislativas Geral e, principalmente, Provincial - para compreendermos o posicionamento do partido frente à questão mão-de-obra.

O problema de mão-de-obra era nacional; mas, especialmente para a província de São Paulo, adquire um significado importante.

Na segunda metade do século XIX, a região nordeste do país já havia entrado em seu período de decadência, a produção açucareira crescia/ muito pouco, o que criava, conseqüentemente, uma mão-de-obra ociosa. Enquanto isso, a província de São Paulo torna-se, a partir de 1870, o grande centro dinâmico da economia nacional. Tal dinamismo advinha da agricultura cafeeira que se expandia pela província desde 1840. O seu crescente desenvolvimento exigia meios de produção e mão-de-obra que oferecessem condições de continuidade dessa expansão.

Terras existiam em quantidade e de boa qualidade; também surgiram, a partir da década de 1870, máquinas de beneficiar café e melhoramentos / técnicos na produção, condições estas que permitiram uma melhor qualidade do café. Construíram-se ainda, as estradas de ferro, facilitando e agilizando o transporte das mercadorias das regiões produtoras para os centros consumidores ou exportadores dos produtos agrícolas. (4)

A crescente expansão da agricultura cafeeira exigirá um abastecimento regular de mão-de-obra que permita a continuidade desse crescimento; a não regularidade será um dos grandes obstáculos para a lavoura.

O regime de trabalho utilizado no Brasil era o da escravidão. O / setor exportador mais significativo da economia nacional estava baseado / no sistema de trabalho compulsório (5) que entra em solapso a partir de 1850 com a extinção definitiva do tráfico de escravos para o Brasil. A partir dessa data o mercado de trabalho será abastecido com a mão-de-obra escrava existente dentro do território nacional. Em 1871, a lei Rio Branco, libertando o ventre escravo, irá complementar a lei de 1850, na medida em que esta fecha a fonte de abastecimento, e aquela possibilita o rompimento da reprodução da mão-de-obra escrava já existente. (6)

Essas leis, além de não terem sido aceitas pelo conjunto da sociedade, sofrendo grande oposição por parte de alguns setores, não ofereciam garantias efetivas de execução. No entanto, podemos considerá-las como / golpes desferidos contra o regime de trabalho escravo, abalando seus alicerces, e impossibilitando, aos que dele se utilizavam, de contar, a longo prazo, com uma mão-de-obra que se tornava progressivamente instável em seu fornecimento. Esse fato concreto obrigará os setores mais dinâmicos / da sociedade a pensar em alternativas para solucionar o abastecimento de trabalhadores, principalmente para as regiões agrícolas em expansão.

Os debates em torno destas questões envolviam todos os setores de classe dominante, detentores dos meios de produção, bem como os grupos sociais não vinculados à produção. Para alguns, era fundamental a manutenção da escravidão a fim de se evitar um colapso econômico. - posição defendida pelo setor da classe dominante mais dependente do braço escravo, como era o caso da maioria dos fazendeiros fluminenses. Outros defendiam / a idéia de que a emancipação deveria se realizar de forma gradual e, ao mesmo tempo, procurar solucionar o problema através da utilização do imigrante na lavoura - posição aceita pelos setores de vanguarda da classe / dominante. Outros, ainda tinham propostas radicais de eliminação rápida do trabalho escravo - estes seriam os abolicionistas, na grande maioria desvinculados da produção agrícola, caracterizando-se, pois, o abolicionismo

como um movimento urbano.

Não é do âmbito deste trabalho a análise nem do movimento abolicionista, nem da imigração. É nosso intuito considerar essas questões somente do ponto de vista do Partido Republicano Paulista; ou seja, como este partido se manifesta quanto à questão mão-de-obra e quais suas propostas para solucioná-la.

O Partido Republicano Paulista, representante dos fazendeiros das áreas novas do café, adota como conduta a segunda postura por nós citada. Na visão republicana, a abolição da escravidão era inevitável, portanto era necessário buscar-se uma alternativa que oferecesse suprimento de mão-de-obra para a grande lavoura. Para os republicanos, a emancipação dos escravos e a introdução do trabalho livre eram aspectos de uma mesma questão: a crise de mão-de-obra. O problema a ser debatido, no entender do PRP, deveria girar em torno da reorganização do mercado de trabalho no Brasil. O republicano Prudente de Moraes sintetiza bem esse problema:

"A Câmara, Sr. presidente, occupa-se da questão mais importante que se tem agitado no paiz depois de sua independência; tal é a importância da extinção da escravidão e da sua substituição pelo trabalho livre."

(7)

Para os republicanos paulistas, era fundamental buscar-se uma alternativa para o trabalho escravo; e o estrangeiro livre, sobretudo o europeu, era visto como solução para a instabilidade do mercado de mão-de-obra no Brasil.

Os fazendeiros do Oeste paulista necessitavam de um suprimento regular de mão-de-obra para atender à crescente expansão da lavoura cafeeira. Na medida em que a escravidão como regime de trabalho entrava em crise, esse setor via-se ameaçado pela falta de braço. O PRP, expressando os interesses desses proprietários, elabora um discurso onde a imigração europeia era a solução e a escravidão, um problema a ser resolvido. Como o setor de classe representado pelo PRP estava dependente dessa mão-de-obra, não poderia se desfazer dela de forma rápida sem que houvesse meios de substituição. Portanto, a reorganização do mercado de trabalho para os republicanos passa, necessariamente, pela forma como deve ser feita a extinção do regime de trabalho escravo e como substituí-lo pelo imigrante; quer dizer, como criar um abastecimento regular de mão-de-obra que pudesse satisfazer a grande lavoura. (8)

O objetivo, portanto, deste capítulo, é discutir o posicionamento do PRP frente ao problema da reorganização do mercado de trabalho que a sociedade brasileira foi obrigada a repensar a partir da segunda metade / do século XIX.

Para efeito de exposição, dividiremos este estudo em duas partes, sendo que para cada uma utilizaremos documentos de propaganda e discursos parlamentares. Consideramos documentos de propaganda os livros, jornais, livretos, em que eram veiculados os manifestos e idéias defendidas pelo PRP, e que nos servirão para esclarecer quais eram as propostas do partido. Os discursos, feitos no Legislativo Provincial e Geral, nos permitirão verificar a prática dessas propostas.

A divisão obedece à própria lógica do texto deste trabalho, pois, logo no início, criticamos as análises historiográficas quanto à posição / do PRP frente à questão servil e colocamos que o mais importante para ele era a reorganização do mercado de trabalho.

Para demonstrarmos esta afirmativa será necessário verificar:

1. - O pensamento do PRP quanto à escravidão.
2. - Como os republicanos encaminhavam a questão da imigração e a inserção do trabalho livre em São Paulo.

A. - Republicanos "escravocratas"

É no Manifesto de 1873 que, pela primeira vez, o Partido Republicano Paulista expõe, de forma oficial, seu pensamento sobre a questão ser vil. (9)

Se analisarmos esse documento isoladamente, sem considerarmos a é poca em que apareceu e as condições político-econômicas de São Paulo, e se não acompanharmos a evolução das idéias a partir do Manifesto até / 1888, poderemos chegar à interpretação da "vocaçãõ escravocrata" da maioria dos militantes do partido. Por isso, parece-nos necessário acompanhar as propostas contidas no Manifesto, o momento em que foram elaboradas e o modo como foram evoluindo.

De fato, o documento é aparentemente dúbio, parecendo não haver / nele um posicionamento muito claro nem contra, nem a favor da escravidão. No entanto, existem no manifesto duas propostas que já demonstram a preocupação do Partido quanto à substituição do trabalho escravo pelo livre.

A primeira proposta está assim expressa:

"Em respeito ao princípio da união federativa, cada província realizará a reforma /

de accordo com seus interesses peculiares/ mais ou menos lentamente conforme a maior/ ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre." (10)

Tal proposta demonstra que a emancipação do escravo já era cautelosamente aceita, na medida em que utilizam a palavra "reforma"; esta, no entanto, deverá se realizar de acordo com os interesses econômicos de cada província e com a facilidade de se adquirir o trabalho livre.

Esses interesses serão melhor compreendidos na medida em que expusermos as discussões e projetos defendidos pelo partido na Assembléia / Provincial. É aí que eles adquirem concretude, porque São Paulo - na sua maioria, e incluindo o PRP - só aceita a escravidão enquanto a corrente i migratória não está definida para a província.

A segunda proposta está assim definida:

"Em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de facto com o princípio da liberdade, a reforma se fará tendo por base a indenização e o resgate."
(11)

Aqui encontramos uma aparente dubiedade na posição do partido por que aponta para a "conciliação" entre liberdade e indenização. Mas esta / dubiedade é inerente à própria doutrina liberal defensora dos direitos do cidadão e dos direitos à propriedade privada.

Os princípios defendidos pelos republicanos, incluindo a liberdade, são os mesmos do corolário liberal surgido na Europa no século XVIII; (12) coerentes com essa doutrina, afirmam o direito à liberdade mas também o direito à propriedade - ou seja, a emancipação do escravo deve vir/ com a indenização, com o reembolso dos prejuízos sofridos pelos senhores/ na perda de sua propriedade.

Afirmamos, então, que não há indefinição por parte do Partido Republicano, se considerarmos que:

- 19) - o PRP, em sua maioria, era composto de fazendeiros de café;
- 29) - o escravo era um capital investido por eles, devendo haver retorno;
- 39) - o escravo representava, ainda, a única mão-de-obra disponível para ser utilizada nas fazendas em expansão, não podendo ser dispensada de um momento para outro.

Nessas propostas, o partido deixa claro que, com a liberdade do

escravo, deve vir também a indenização e aponta, concomitantemente, para a questão da substituição do escravo pelo trabalhador livre.

Parece-nos que o problema mais importante está na forma de se fazer a substituição: não se pode esperar que um partido de fazendeiros, naquele momento, pregasse a liberdade imediata do escravo, tomasse uma atitude revolucionária. Dizemos revolucionária no sentido de transformação radical do regime de trabalho num momento em que não havia sido introduzido um número suficiente de imigrantes que permitisse a rápida substituição da mão-de-obra.

Por outro lado, o PRP - representativo de um setor da classe dominante - não estava interessado em movimentos revolucionários que pudessem desequilibrar a produção, mas sim, entendiam que a mudança deveria se realizar através de reformas pacíficas. Como já afirmamos anteriormente, as atitudes do partido eram marcadas pela ordem e moderação.

Essa conduta é adotada pelo partido desde seu início, como podemos verificar por uma comunicação datada de 18 de janeiro de 1872:

"Referimo-nos ao boato adrede espalhado, de que o partido republicano proclama e intenta pôr em pratica medidas violentas para a realização de sua politica e para a abolição da escravicação.

Com toda sinceridade declaramos que a bandeira sob que militamos, desfralda-se no terreno legal, moderado ou pacifico.

Não queremos o emprego de violência..."(13)

O fato de o Partido Republicano Paulista não adotar medidas mais radicais ou pretender a abolição rápida da escravatura no Brasil não significou um posicionamento a favor de sua manutenção. O que podemos verificar nos discursos republicanos são atitudes no sentido de ir minimizando/os efeitos do regime de trabalho escravo, para que se pudesse fazer gradualmente a substituição.

Os republicanos paulistas buscavam um espaço político próprio, no âmbito do Estado, que servisse de canal para as suas reivindicações. Num primeiro momento, pretendiam atingir esse objetivo no próprio Estado Monárquico.

É nesta medida que as casas legislativas se tornam importantes para a atuação dos republicanos. É somente neste contexto que poderemos entender a posição do PRP frente ao problema da escravidão.

Como a proposta republicana era a emancipação gradual e pacífica

dos escravos, o legislativo provincial torna-se importante como meio de viabilizar tal reivindicação. A representação do Partido Republicano Paulista no Legislativo Provincial irá apresentar projetos e discussões visando solucionar gradativamente o problema servil.

Já nos primeiros anos da participação republicana no Legislativo provincial - 1878/1879 - começarão a ser discutidos os problemas da escravidão. O PRP discute na Assembléia o tráfico interprovincial.

Na sessão de discussão do projeto de orçamento, em 1879, Prudente de Moraes propõe uma emenda criando imposto sobre a averbação de escravos procedentes de outras províncias, tendo por objetivo converter o produto deste imposto em pecúlio do escravo introduzido na província. Dizia ele / que, da forma como havia passado em lei, o projeto não impedia o tráfico, porque o imposto era dividido entre o comprador e o importador, este necessitando vender e aquele precisando de braços para a lavoura. Então:

"Qual o meio de fazer-se com que não entrem mais escravos para nossa província? / Decretar a proibição? Nós não o podemos fazer, não está isso nas nossas atribuições. Mas a assembléia, que já julgou-se competente por mais de uma vez para crear o imposto sobre a averbação, tem um meio, que é aquelle que já lembrei em outra ocasião e de que ora fallo:- converter o imposto de um conto de réis em pecúlio do escravo a verbado." (14)

Argumentava o orador que, dessa forma, por mais urgente que fosse a necessidade do lavrador em adquirir braços para a lavoura, não mais iria comprar escravos, pois, com essa lei, estaria introduzindo mais um homem livre, quer dizer, estaria contribuindo para o fundo de emancipação. Assim, não se veria aumentado o número de escravos. O orador complementa sua argumentação dizendo que a lei forçaria a província a deixar as necessidades imediatas de lado, uma referência que entendemos como sendo ao abastecimento do mercado de trabalho com mão-de-obra escrava importada do Norte. O orador apela para uma maior atenção aos futuros interesses da província, o que queria dizer, a nosso ver, maior estabilidade de fornecimento de mão-de-obra a longo prazo. O objetivo pretendido por Prudente de Moraes, com sua emenda ao projeto de orçamento, era o de impedir ao norte despejar seus escravos sobre a província, visando não o perigo de um norte abolicionista, senão a garantia de uma oferta de mão-de-obra mais regu

lar do que o tráfico interprovincial pudesse permitir. (15)

Esta medida, como outras recomendadas pelo PRP - metade do produto das loterias revertido para o fundo de emancipação, imposto sobre compra e venda e averbação de escravos - , essa medida demonstra uma preocupação maior com a organização estável do mercado de trabalho do que com a eliminação da escravidão ou não. Como disse Prudente de Moraes, a província deveria dar atenção a seus futuros interesses. (16)

Apesar de o partido propor e defender medidas para solucionar paulatinamente o problema da escravidão, uma questão ainda permanece: a da indenização. Porque, quando propõe que impostos e alguns tipos de arrecadação sejam revertidos para o fundo de emancipação, nada mais faz do que sugerir que esse dinheiro destine-se a pagar ao senhor a liberdade de seu escravo.

Até 1885, o PRP mantém esta conduta: não se aliena do problema da escravidão, mas, pelo contrário, propõe medidas que possam manter sob controle o andamento do processo abolicionista, evitando-se a radicalização.

Em agosto de 1881, a Comissão Permanente do Partido Republicano Paulista organizou o Programa dos Candidatos republicanos, tendo em vista as próximas eleições para as Assembléias Geral e Provincial. (17)

Nesse programa, a Comissão expõe, para fins de propaganda, todas as idéias e propostas defendidas pelo Partido. No documento, estão explicitadas não sô as questões políticas de interesse para o PRP enquanto partido de oposição à monarquia - tais como descentralização e profissão de fé republicana -, como também as questões que agitavam o cenário político nacional - libertação dos escravos, naturalização, transformação do trabalho agrícola e outras.

Ao contrário do que escreveu Boehrer (18), acreditamos ser esse documento de grande importância: aí se define muito bem o programa do partido; aí se concretiza uma linha de conduta, aí se expressam os interesses pelos quais lutava o Partido Republicano Paulista.

É importante, também, porque se decidiu, em Congresso, pela realização de um programa que servisse de conduta para todos os candidatos e que, depois de aprovado, deveria ser aceito por todos. Ou seja, as idéias discutidas em Congresso tornaram-se programa oficial do Partido Republicano Paulista. (19)

Quanto ao programa, interessa-nos salientar, neste momento, a questão da libertação dos escravos. (20)

Em alguns aspectos, o documento reafirma a posição de 1873, mas como um todo assume uma linguagem mais clara, mais definida. A mudança / não se dá tanto a nível das propostas - porque uma delas é a mesma de / 1873 - nem da forma como eliminar a escravidão, que deve ser gradual, mas sim a nível do discurso, onde já é colocada, mais claramente, a necessida de de se fazer a emancipação dos cativos.

Parece-nos que a mudança de posição assumida pelo PRP deve-se, de um lado, ao movimento abolicionista, voltando a se manifestar com maior / intensidade na década de 1880. Por outro, é durante essa década que o imi grante será introduzido no Brasil em número suficiente para se pensar con cretamente na substituição do escravo pelo trabalhador livre.

Em 1881, o movimento abolicionista já era reconhecido pelo parti- do:

"É força confessar, porém, que o movimento abolicionista tem avançado muito..." (21)

Embora procure criar condições para combater a radicalização do movimento abolicionista, o partido preocupa-se em buscar alternativas pa- ra a solução do problema da mão-de-obra, que deveria vir de reformas mode radas e cautelosas.

Inicialmente, o partido justifica sua posição expressa no manifes to de 1873:

"... foi tratado o assumpto (a emancipação dos escravos) nos termos mais convenientes na ocasião." (22)

Quer dizer, em 1873, não era conveniente agitar a questão da eman cipação pela falta de meios para realizar a substituição da mão-de-obra e xistente.

Na década de 1880, entretanto, o partido pôde ficar mais à vontade para falar sobre a emancipação, visto ter-se tornado um fato concreto/ a introdução da corrente imigratória para São Paulo, principalmente para/ a lavoura; a sua linguagem tornou-se, então, mais clara contra a escravi dão, na medida em que admitia a sua não-legitimidade (23):

"Não se discute mais a legitimidade da es cravidão; questiona-se apenas acerca da / sua necessidade relativa e meios de substi tuir os escravos por trabalhadores livres." (24)

Ao contrário do manifesto de 1873, a emancipação dos escravos, en quanto um problema social, deixou de entrar em debate. O fundamental para o partido - e isto é claro em todo o texto do "Programa dos Candidatos" , que se refere a escravidão - era como se fazer a substituição de forma a não prejudicar o bom desenvolvimento da economia. É esta a questão que de ve ser resolvida:

"Como factor economico a escravidão é tolerada, empregando-se, porém, todos os pro - cessos para sua eliminação sem prejuizo do organismo em que ella foi incrustada." / (25)

O problema não era resolver a questão da emancipação, mas sim, co mo eliminar a escravidão enquanto questão econômica; dessa forma, o partido explicita, ainda no "Programa dos Candidatos", quais processos deveriam ser adotados para se fazer a substituição da mão-de-obra sem grande co moção social.

As propostas, basicamente, seriam duas. A primeira, seguindo ainda o manifesto de 1873, estabelecia que cada província faria a substituição como melhor lhe conviesse. As províncias com maior número de escravos solucionaria a questão de acordo com a sua situação econômica. Nas províncias que ainda dependiam do braço escravo, a alteração não poderia ser vi olenta.

Para evitar a desordem, a segunda proposta é formulada ao nível / do poder público. Competiria à Assembléia Provincial criar impostos especiais para aumento do fundo de emancipação, embaraçanco, assim, a trans - missão do escravo por venda. à Assembléia Geral, caberia legislar sobre a transmissão por herança, alargar e especificar os casos de abandono, e vedar o comércio interprovincial. (26)

Segundo o pensamento do partido, essas propostas fariam a substituição de forma segura e sem reformas radicais:

"O processo da eliminação aqui consiste em atacar a instituição por partes, criando / logo o equivalente em forças e serviços, / effectuando a operação sem abalo, sem os grandes prejuizos das reformas revolucionárias." (27)

Entre suas idéias de 1873 e de 1881 verificamos que a questão da indenização continua presente, bem como a necessidade de se fazer a reforma

ma de modo gradual.

Mas, a nosso ver, existem duas diferenças significativas.

Primeiro: em 1873, a escravidão era, para o PRP, uma questão social; dessa forma, o problema se diluía por toda a sociedade, não competindo, portanto, a ninguém a sua solução. Em 1881, o partido passa a admitir a escravidão como um problema econômico, porque interessa diretamente ao setor que tinha em mãos a riqueza nacional. Propunha, ainda, que, a medida que essa instituição fosse sendo eliminada, deveria ser reposta por outra.

Segundo: o partido admite também a existência de um movimento abolicionista; mas vendo aí o perigo de uma ação mais radical, propõe medidas que aos poucos eliminem a escravidão, e que detenham ações mais extremadas. Essa é a postura do partido em 1881 e será também em 1885, quando defendem o projeto Dantas na Assembléia Geral.

No entender do partido, essa conduta satisfaria dois graves problemas. De um lado, as medidas a serem tomadas deveriam acompanhar a marcha abolicionista porque:

"Se a resistencia pudesse prevalecer seria fatal ao paiz, traria, com certeza, uma solução revolucionaria, tão desastrosa como a dos Estados Unidos." (28)

Por outro lado, São Paulo necessitava de mão-de-obra em grande quantidade, e as medidas graduais propostas pelo Partido dariam tempo à província para fazer a substituição da mão-de-obra escrava pela livre:

"Parece que não seria sem vantagem pugnar pela cessação do trafico de provincia a provincia. Como meio indirecto para a emancipação, este seria dos mais efficazes. Todo o norte despeja os seus escravos para o sul, com especialidade para São Paulo, onde a lavoura é mais prospera. Daqui resulta um grave inconveniente para a emancipação, e é que S. Paulo, por exemplo, não cuidará energicamente da substituição enquanto puder contar com a immigração escrava. Portanto, considerada a natural incuria dos lavradores, é lógico que não se tratará da substituição, e a emancipação, por mais tardia que seja, virá surpreender/

os agricultores no estado de completa im-
previdencia. Ao contrario, cessando o tra-
fico interprovincial, a lavoura de São Pau-
lo, para supprir os braços que lhe forem /
faltando, irá gradualmente introduzindo co-
lonos, e dentro em pouco estará preparada/
para qualquer desenlace." (29)

Os republicanos defendem o Projeto Dantas porque achavam impossí-
vel voltar atrás quanto à questão servil. A escravidão como instituição /
estava condenada. Os discursos de Campos Salles e Prudente de Moraes, na
Câmara dos Deputados, se dão no sentido de combater a resistência dos mem-
bros da Casa em relação à escravidão. Proclamam abertamente o fim da es-
cravidão:

"Preoccupa-nos antes de tudo o futuro da
pátria, que não poderá ser grande, emquan-
to não fôr pelo processo de emancipação, e
eliminada este obstáculo ao nosso progres-
so." (30)

O argumento utilizado para a defesa do projeto dos sexagenários e-
ra o de que o escravo de 60 a 65 anos não tinha mais valor porque a sua /
força de trabalho já estava exaurida.

Quanto a essa argumentação republicana, a historiografia já bem /
salientou a ineficácia da lei para o processo de emancipação porque, li-
bertando o escravo de 60 anos, a legislação nada mais fazia do que liber-
tar o senhor de escravo de um encargo, do peso de cuidar desse escravo /
que não mais produzia. (31)

O que se nota de importante no discurso republicano é a mudança /
de posição quanto ao problema da indenização. Em 1873, fazia-se questão da
mesma, mas em 1885 já se fala na emancipação sem indenização.

Apesar de os escravos com mais de 60 anos terem seu valor já bem
diminuído, ainda havia no Parlamento resistência por parte de muitos polí-
ticos ao projeto Dantas, principalmente porque o projeto não previa a in-
denização. Robert Conrad afirma que muitos senhores de escravos, para fu-
girem à lei de 1831 que proibia o tráfico de africanos, registravam seus/
escravos com datas anteriores à lei. Isso fazia com que escravos mais jo-
vens e ainda aptos ao trabalho fossem beneficiados pela lei, porque pelos
registros tinham 60 anos ou mais; daí a resistência ao projeto. (32)

Nessa medida, então parece-nos significativo o fato de os republi-

canos abrirem mão da indenização, argumentando que a grande quantidade de dinheiro necessário para as despesas com indenização deveria ser aplicada no incentivo à imigração.

Campos Salles, ao defender o projeto Dantas, deixa bem claro que a indenização já não era importante para os lavradores de seu distrito - Campinas;

"(...), na circumscrição eleitoral que eu represento, a grande maioria, senão a quasi totalidade dos eleitores tem os seus interesses directa ou indirectamente vinculados à lavoura, e por isso julgo-me autorizado a dizer que represento aqui os votos/dos proprietários.

(...) não, os proprietários não são in - /transigentes, nem fazem questão disso (da/indenização), pois que elles bem sabiam /que eu não vinha sustentar aqui outro /princípio, e todavia outorgaram-me o seu mandato." (33)

Os lavradores queriam, sim, a solução da questão mão-de-obra, a introdução do trabalhador livre, como dizia Prudente de Moraes:

"(...), desde que facilite a aquisição /de braços livres que garantam a permanen -cia do trabalho, a conservação e o desen -volvimento da sua lavoura, os paulistas /estarão satisfeitos e não farão questão /de abrir mão dos seus escravos, mesmo sem/indenização, porque para elles a melhor, a verdadeira indenização está na facilidade/de obter trabalhadores livres, está na substituição do trabalho." (34)

Verificamos, por essas citações, que a qualidade dos discursos republicanos muda sensivelmente de uma postura mais conciliatória e temerosa, em 1873, para uma tomada de posição mais clara, em 1885, quanto à indenização. Eles também reafirmam que a escravidão não terá mais importância quando se criar meios para se adquirir trabalhadores livres. A importância não está na proposta em si, mas na clareza com que os republicanos se definem, nesse momento, na defesa do projeto original sobre os sexagenários.

Verificamos, também, que a nível da Assembléia Geral, os discursos republicanos são mais tentativas de se combater a resistênciã na eliminação do trabalho escravo. Procuravam chamar a atenção para a necessidade de se elaborar leis que permitissem maiores facilidades na entrada / do imigrante no Brasil, juntamente com as discussões sobre a eliminação / do trabalho servil.

De 1885 até 1888, o Partido Republicano Paulista toma atitudes mais favoráveis em relação à emancipação dos escravos.

Durante esse período, seus representantes na Assembléia Provincial não só combatem a resistênciã escravista, como também continuam a apresentar projetos e emendas a projetos no sentido de se fazer a emancipação dos escravos. Sobretudo em 1887 e 1888, denunciam os atos de violênciã / cometidos contra escravos e condenam os "capitães do mato".

Mas o que nos parece mais significativo para esse período é o surgimento de mais um Manifesto do Partido Republicano Paulista, em 1887, sobre o elemento servil.

Nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho de 1887, realizou-se em S. Paulo o Congresso do Partido Republicano Paulista. Dessa reunião resultou o Manifesto sobre a libertação dos escravos, publicado pela "A Província/ de São Paulo" em 16 de julho de 1887 . (35)

Durante o Congresso, foi apresentada uma proposta onde os republi^ucanos se comprometeriam a libertar seus escravos até julho de 1889. A proposta foi aceita sem discussão e decidiu-se que uma comissão redigiria um manifesto sobre o tema. (36)

Nesse Manifesto, a Comissão Permanente do partido faz um históri^uco da posição do mesmo frente à questão da escravidão, desde o início da agremiação até 1887.

A conclusão principal do Manifesto foi que a escravidão estava / praticamente extinta e, graças a atitudes moderadas e soluções pacíficas, o problema da organização do trabalho estava tendo solução:

"Os factos se encarregaram de justificar / esse modo pratico de resolver o problema . O esforço para a substituição do braço es^ucravo e organização do trabalho livre foi sempre na linha crescente e parallelã da eliminação dos escravos pela generosidade/ dos senhores e cooperação dos poderes pu^ublicos." (37)

A mudança mais significativa encontrada nesse documento é quanto ao tempo para a libertação dos escravos. O Congresso é unânime em aceitar a emancipação, e pela data proposta, em dois anos nenhum republicano teria mais escravos. Enquanto isso, na Província em geral, muitos lavradores só aceitam a emancipação com um prazo de 3 a 4 anos para a abolição.

Mas devemos considerar que não foi só o fato de em 1887. já existir uma corrente imigratória para São Paulo que faz o partido tomar essa atitude. Embora não mencionados no manifesto, as fugas de escravos e o movimento abolicionista crescente preocupavam o PRP. É, por essas razões, que, no final do mesmo ano de 1887, Campos Salles propõe, numa reunião de lavradores, a abolição imediata da escravidão e a transformação do escravo em trabalhador assalariado, para evitar a fuga dos escravos e o esvaziamento das fazendas, sem ninguém para fazer a próxima colheita. (38)

Dois fatores, no nosso entender, foram importantes para o fim da escravidão: o movimento abolicionista - principalmente a partir de 1887 e a vinda de imigrantes para São Paulo.

Sedundo Campos Salles, em 1888, a resistência era mínima em São Paulo, e a escravidão era problema com solução, porque muitos municípios já haviam se organizado baseados no trabalho livre. E calculava-se não restar na província senão um terço de seus escravos para receber liberdade completa. (39)

Faz-se necessário retomarmos o Manifesto de 1887, para verificarmos também as divergências existentes no partido com relação ao problema servil. O documento analisa, ainda, a posição do partido, sobre a escravidão, desde seus primeiros anos de organização, transcrevendo parte da circular de 1872 e do manifesto de 1873, justificando as idéias defendidas por ele nesse período como sendo as que melhor expressavam o pensamento da coletividade:

"Não era esta de certo a opinião de alguns republicanos que preferiam a declaração / prompta e explícita de abolição da escravidão como compromisso do partido, mas foi o que pareceu a todos naquele período de / nossa vida social como exprimindo um acordo de opiniões, e portanto podendo ser a consubstanciação do pensamento político da collectividade naquele tempo." (40)

Essa citação nos remete à questão das divergências intra partidárias

rias, até agora não discutida por nós. Tanto as discussões internas sobre o assunto escravidão, como o próprio manifesto sugerem a existência de / discordâncias mais sérias quando colocam que a posição assumida pelo partido no manifesto de 1873 não "obstou isso todavia a que republicanos e - xercessem individualmente cada um na esfera de sua acção, influencia na propaganda abolicionista." (41)

As cisões ocorreram no interior do PRO mas, em nome da coesão partidária, estas nunca chegaram a comprometer mais seriamente o partido.

José Maria dos Santos refere-se a uma discordância muito séria / dentro do partido com referência ao problema da escravidão, logo no início da agremiação (1873) - e esse manifesto, como vimos pela citação, faz menção ao fato -, mas Francisco Glicério, em nome da unidade do partido, consegue que o problema fique minimizado. E os elementos que se afastaram do PRP não chegaram a comprometer o Partido como um todo, que só fez crescer e se organizar. (42)

Outra cisão séria que poderia ter ocorrido aconteceu em 1884, por ocasião da abolição da escravatura no Ceará. Uma parte dos membros presentes no Congresso desse ano propunha um voto de felicitação pelo fato ocorrido naquela província. A proposta acabou sendo o centro dos debates no Congresso desse ano. Para alguns, o voto de felicitação implicava adesão / à atitude do Ceará, e São Paulo ainda não se encontrava preparado para isso, estando a solucionar o problema da escravidão de acordo com suas peculiaridades. Para outros, a proposta nada mais era que a aplicação das idéias do Manifesto de 1873.

Após dois dias de discussões, Francisco Glicério lembra ao partido a necessidade de manter sua coesão interna:

"O Snr. Glycerio fas observações relativas a attitude do partido quanto á esta questão fazendo saliente a necessidade de proceder di modo que ella não desuna as forças do partido na provincia".

E o parecer da comissão, de que não deveria ser dado voto de felicitação ao Ceará, foi aprovado. (43)

As divergências de opinião voltam a aparecer no Congresso de 1887 quando da aprovação do manifesto. Para alguns congressistas, o partido / não tinha responsabilidade alguma na preservação do estado servil, mas outros eram de opinião de que a ele cabia uma parcela de responsabilidade. A discussão termina com a conciliação entre os dois grupos, ambos cedendo,

e predominando no manifesto uma linguagem moderada mas francamente a favor da emancipação do escravo.

B. - O PRP e o trabalho livre

Já nos referimos à posição do PRP quanto ao problema mão-de-obra/ no que diz respeito à sua solução. Todas as vezes que colocavam a questão da emancipação do escravo, falavam também na necessidade de se fazer gradativamente a substituição do escravo pelo trabalhador livre.

O Partido Republicano de São Paulo, quando pensava no trabalhador livre, tinha em mente um determinado tipo de corrente imigratória - a europeia.

Os republicanos viam a sociedade europeia como a mais avançada e civilizada - era onde se davam os grandes acontecimentos e se realizava o progresso. Portanto, a imigração deveria ser a europeia - trazer para o país indivíduos vindos de povos adiantados. Uma das grandes causas do atraso do país seria o de ter-se voltado para a África - o progresso do Brasil se realizaria com a ajuda das forças civilizadoras vindas da Europa:

"(...) é também que em vez de volverem os olhos para o sol da civilização que rutilava na velha Europa, voltaram-se para a densa escuridão dos areas africanos. (...) É porisso - que nós os republicanos - volveremo-nos para os povos irmãos, e convidamos mol-os para auxiliarmo-nos reciprocamente/ na obra da nossa regeneração social." (44)

Mas os republicanos falavam também que não se deveriam restringir as facilidades da imigração somente à europeia. O país deveria favorecer, também, a vinda de açorianos e estar aberto para receber os imigrantes da região do Prata - eram também europeus - que, por motivos de guerras e conflitos na região, eram obrigados a se retirarem de lá. (45)

De qualquer forma, apoiavam a vinda de imigrantes de origem europeia ou vindos de regiões próximas à Europa - é o caso específico dos açorianos.

Por outro lado, o Partido Republicano fazia forte oposição à imigração chinesa. Para ele, os "chins" seriam um povo incivilizado - isto é, sem cultura e sem progresso -, e indolente para o trabalho. Trariam, para a sociedade brasileira, todos os seus vícios e, se instalados no Brasil,

estariamos instituindo uma nova forma de escravidão:

"Evidenciou-se que não há motivo para esperar imigração espontânea, laboriosa e sobria, para a nossa lavoura, vindo de um país que possui boa porção de terras incultas, que estão a pedir o emprego de braços. Tornou-se claro que só um quasi cativo/poderá reter essa gente nos rudes trabalhos agrícolas, quando é certo que sua tendência é para fazer concorrência nos serviços e / misteres das cidades, suplantando o operário civilizado, por meio de vantagens tiradas de um viver defeituoso e torpe." (46)

Os republicanos não concordavam com o projeto do governo para a introdução de chineses no Brasil porque, para eles, a imigração chinesa / não só acarretava uma despesa muito maior como era composta de uma mão-de-obra instável - pois só vinham solteiros com a intenção de voltar para sua terra - e além disso era uma raça diferente. (47)

Não só sob esse aspecto os republicanos combatiam a política imigrante do governo - criticavam também a forma de se fazer a imigração. Para eles, o governo estava voltado para a "colonização", não se preocupando nem com a reorganização do mercado de trabalho, nem com a satisfação da necessidade de braços para a grande lavoura; ao programa do governo importava somente a formação de núcleos coloniais:

"... gastar milhares de contos com a imigração fazendo-se o governo importador de colonos, é agravar a crise, porque tão / grande despesa apenas serve para aumentar o deficit dos orçamentos sem oferecer ao lavrador esses braços como compensação do aumento de despesa..." (48)

Quanto a essa questão, os republicanos tinham uma posição definida: entendiam que a imigração e a colonização deveriam ficar a cargo da iniciativa particular, e o governo só deveria prestar seu auxílio na garantia da lei, intervindo enquanto a iniciativa privada não se fortalecesse. Nessas condições, seriam permitidas despesas com proteção aos imigrantes, por certo tempo, com autorização limitada por lei (como a referentes a aposentos e passagens) e medição de lotes que seriam distribuídos aos / colonos.

Mas, ainda assim, os republicanos eram de opinião de que a maior parte desses serviços deveria ficar a cargo das províncias; o controle sobre a imigração deveria ser de competência das administrações provinciais. (49) Achavam ainda que competiria à Assembléia, fazer leis que garantissem a vinda do imigrante e facilitassem o seu estabelecimento no país.

Enquanto não se fortalecia a iniciativa particular para a introdução dos imigrantes no Brasil, os representantes republicanos na Assembléia Provincial de São Paulo - sobretudo Martinho Prado Jr. um dos incentivadores da imigração na província - apresentavam projetos e discutiam as formas de se estabelecer uma corrente imigratória para São Paulo.

O argumento principal, para chamar a atenção para a importância do assunto, era de que São Paulo deveria cuidar da introdução do trabalhador livre na província a fim de que a emancipação dos escravos não tomasse os lavradores de surpresa:

"... substituir o braço escravo pelo braço livre, preparando-nos desde já para a emancipação, problema que deve preocupar mais do que todos os outros a nossa atenção neste país." (50)

Propunham, então, que o governo provincial subsidiasse a vinda do imigrante desde sua saída da Europa até o momento que fosse colocado na fazenda. A par disso, faziam ver a necessidade de o governo elaborar leis que permitissem ao estrangeiro uma integração e participação efetiva na sociedade brasileira.

Em 1884, os republicanos, através de Martinho Prado Jr., elaboram um projeto pedindo maior facilidade para a introdução de imigrantes, não só os vindos da Europa, mas também os vindos das ilhas próximas a Portugal e os do Prata, e o auxílio não deveria se restringir somente aos imigrantes que vinham para a lavoura, mas ampliar-se para os que se encaminhassem para outros ramos de atividades na província. (51)

Os republicanos eram de opinião de que ao Estado competia somente fazer leis que auxiliassem a vinda do imigrante, tudo o mais deveria ser de iniciativa particular. É em favor dessa idéia que eles encaminham o projeto de 1884 na Assembléia Provincial.

Em São Paulo, surgiram algumas sociedades imigrantistas, e entre elas destaca-se a Sociedade Promotora da Imigração, tendo como um de seus fundadores, e membro dos mais atuantes, o republicano Martinho Prado Jr. (52)

Em 1888, esse republicano, ocupando uma cadeira de deputado na As

semblêia Provincial, apresentou um outro projeto sobre imigração, onde defendia a idéia de que ela era um serviço para as sociedades particulares/ e que deveria ser dado incentivo à imigração para a agricultura. (53)

Os seus discursos na Câmara eram uma defesa da Sociedade Promotora da Imigração. Dizia ele que tal sociedade vinha realizando, com sucesso, sua tarefa na Europa, no sentido de estabelecer em definitivo uma corrente imigratória para o Brasil, principalmente para a lavoura paulista, nos últimos anos. O discurso desse republicano é a descrição dos sucessos da sociedade - a Sociedade Promotora de Imigração entra em contacto com o governo italiano:

"E pela primeira vez, com assentimento expresso do governo, por meio de circulares/ às autoridades, abriram-se as portas da Itália para São Paulo, (...)." (54)

Mas nesse contacto com o governo italiano, a questão, principal / era sobre a colocação imediata do imigrante, e assim se expressa Martinho Prado Jr.:

"Lealmente confessei que, desde que não / fossem destinados à lavoura seria difficil collocar-os, mas que os da Sociedade, sendo destinados à agricultura, promptamente/ se empregariam." (55)

O intuito do seu projeto era limitar os favores aos imigrantes / que fossem introduzidos no Brasil para o trabalho na lavoura. Esse projeto é inverso ao apresentado pelo mesmo deputado na Assemblêia Provincial/ em 1884, pois agora, em 1888, Martinho Prado propõe a limitação de favores somente aos imigrantes vindos da Europa e para a lavoura. Com isso / pretendia, ao mesmo tempo, vetar a entrada de imigrantes vindos do Prata, já que os considerava, no geral, "vadios e viciados", e auxiliar os imigrantes destinados à lavoura, e que evitaria a superabundância de braços/ na cidade.

O ponto comum entre os dois projetos, o de 1884 e o de 1888, era/ de que o auxílio deveria se limitar aos imigrantes com família, pois isto facilitava a permanência dos mesmos no Brasil.

O projeto de 1888 procurava assegurar o direito da Sociedade Promotora de Imigração. Como nos últimos anos haviam entrado muitos imigrantes em São Paulo, à Sociedade caberia o papel de organizar essa mão-de obra, garantindo trabalho para a lavoura e evitando o excedente na cidade.

O seu argumento em favor da Sociedade era o desenvolvimento da / província: mesmo com a diminuição da mão-de-obra escrava, em função de impostos e liberdades particulares, a renda da província teve um aumento / considerável em razão do aumento da produção:

"Todos nós conhecemos os progressos extra-ordinários que fez a província de certo numero de annos á esta parte, progressos devidos quasi que exclusivamente, pôde-se assim dizer, á introdução de braços estran-geiros, (...).

(...) não entrando para a provincia mais / braços escravos, em virtude da lei provin-cial que onerava com o imposto de dous contos de réis cada escravo que para ella / viesse, diminuindo-se o número dos existen-tes, pela mortalidade, pelas libertações / particulares, (...), entretanto, as rendas provinciaes tiveram um crescimento considerável, devido ao augmento da producção e, portanto, de braços." (57)

Martinho Prado Jr. acreditava que, em 1888, a corrente imigrató-ria para o Brasil, vinda principalmente da Itália, já estava estabelecida de forma definitiva. (58)

Apesar de todos os conflitos ocorridos em São Paulo em 1887 - as fugas de escravos, as agitações de rua, o crescente movimento abolicionis-ta - a província não sofreu grandes consequências com a emancipação dos escravos, pois já contava com o imigrante. (59) Isso se confirma no otimismo com que Martinho Prado Jr. encarava os resultados dos trabalhos de imigração para São Paulo. Da mesma forma, Campos Salles demonstrava não / temer a emancipação do escravo e combatia a pequena resistência existente ainda na província pouco antes da abolição:

"... já me animo a calcular que não resta/ na provincia de São Paulo, senão um terço/ de seus escravos, para receber a sua liber-dade completa. Portanto, ninguém pôde ter medo de errar, conjecturando que, quando / em Maio deste anno se abrir o parlamento , não haverá mais um escravo nesta provín-cia." (60)

Quando o Partido Republicano Paulista expunha suas idéias sobre a questão servil, tanto nas Assembléias quanto em sua propaganda pública / procurava estabelecer uma ação concomitante entre as medidas, no sentido / de dificultar o aumento da população escrava na província, e a apresentação de propostas que permitissem a introdução do trabalhador livre em São Paulo.

Essas propostas não discutiam diretamente a imigração o que deveria ficar a cargo da iniciativa particular -,mas apresentavam reformas na legislação vigente que favorecessem a criação de um mercado de trabalho / baseado na mão-de-obra livre:

"Para que a lavoura possa obter com facilidade braços é preciso que o problema complexo de organização do trabalho tenha uma solução; e essa solução procuramos preparando o país para as reformas economicas , politicas e administrativas que constituem os pontos capitais do nosso programma." / (61)

Uma das reformas defendidas pelo Partido Republicano, que facilitaria não só a vinda como a permanência do imigrante no Brasil, era a naturalização, principal tema do Congresso Republicano, realizado em 1880 , onde as discussões giraram em torno do modo de se facilitar, ao estrangeiro aqui residente, adoção do Brasil como sua pátria. (62)

Os republicanos criticavam o governo por não cuidar do problema / da naturalização do estrangeiro e, a muito custo, conseguiram descobrir a lei que regulamentava a vida do imigrante no Brasil: era ainda o decreto / nº 337, de 3 de setembro de 1846, referindo-se às colônias de São Leopoldo e São Pedro de Alcântara das Torres no Rio Grande do Sul. Todas as / leis posteriores, sobre estrangeiros, referiam-se a esse decreto quando / se reportavam à questão da naturalização, centralizando forçosamente o / processo de naturalização na corte e exigindo que o estrangeiro se apresentasse no Rio de Janeiro para prestar o juramento arcaisse com as despesas do processo. No entender dos republicanos, isto só trazia dificuldades para o estrangeiro que desejava naturalizar-se brasileiro.

O Partido Republicano propunha, então, que fosse facilitada a naturalização:

"1º) Que a disposição do citado Decreto, seja / applicada aos estrangeiros em geral, e não

aos que fôrem determinada ou exclusivamente colonos;

- 29) Que a camara municipal tenha competencia / para outorgar o titulo de naturalisação, o qual constará da certidão do termo de de - claração de vontade de fixar residencia no paiz, do juramento ou affirmação pessoal / de adhesão à independencia e autonomia da nação, independentemente de emolumentos ." (63)

Nesse manifesto, criticavam também a reforma eleitoral, que estava sendo proposta pelo governo, onde se alargavam os direitos do cidadão naturalizado, mas não se tocava na forma de naturalização; permanecia, ainda, o decreto de 1846, que continuava necessitando de uma revisão.

A reforma dessa legislação deveria, entretanto, ser acompanhada / de outras que permitissem ao estrangeiro o direito de exercer a cidadania e de ter esses direitos garantidos por lei:

"Por maior que seja a facilidade para a naturalisação, por mais larga que seja a somma de direitos politicos conferidos, o estrangeiro não procurará adoptar como sua a / nossa patria si não reconhecer que ha n'ella garantias para seus direitos civis e mes mo para os politicos que offerecermos." / (64)

Tendo como preocupação a permanência do estrangeiro no país, os / republicanos debatiam temas tais como liberdade de consciência e culto, / separação Igreja - Estado, direito do cidadão, como partes da proposta re publicana na reforma das leis que facilitassem a naturalização. A tônica / geral, aí era a afirmação de que essas liberdades não deveriam ser somen te anunciadas como existentes, mas que elas estivessem garantidas em lei. E a linha mestra da argumentação em favor desses temas era a liberdade do cidadão.

O Partido Republicano Paulista propunha a abolição do caráter ofi cial da Igreja como religião do estado. Deveria existir um limite entre / poder temporar e poder espiritual. Religião, para ele, era uma questão de consciência, de escolha do cidadão, não podendo, portanto, ser dominada / pelo Estado. Por ser a religião uma questão de consciência - ou seja, de opção, feita pelo cidadão - privilégios da Igreja, tais como casamento ,

registro de nascimento e óbito, e cemitérios, seriam encargos do Estado e não de uma religião. Deveriam, portanto, serem transferidos para a sociedade civil e regularizados pelo Estado. (65)

Para os republicanos, a lei que regulamentava a naturalização deveria não só garantir a simplificação do processo, como também prever reformas que permitissem ao naturalizado interferir na vida pública nacional, sem as limitações impostas por uma religião de Estado e com seus direitos de cidadão garantidos:

"Nem especialmente em relação ao aumento/ da corrente de imigração, nem em relação/ ao progresso moral e material do país, a propaganda em favor da naturalização trará resultado seguro e vantajoso, si outras reformas não vierem mudar este estado de cousas (...)." (66)

Parece-nos que as propostas defendidas pelo PRP, permitiriam ampliar as condições oferecidas pela sociedade brasileira ao imigrante. / Primeiro: facilitariam a regularização de sua vida no Brasil, garantindo/ seus direitos de cidadão. Segundo: ampliariam a imigração, porque a discriminação contra acatólicos impedia a participação, na vida pública, desses indivíduos. (67)

O ensino é outra questão que se faz presente no discurso republicano, sendo também parte das reformas propostas pelo PRP para se efetivar a reorganização do mercado de trabalho.

De maneira geral, combatem o ensino religioso e defendem uma forma de ensino mais científica, mais "positiva", de acordo com o progresso/ das ciências:

"Admittida a liberdade de ensino, entendemos que o estado (ou provincia ou municí - pio) deve ministrar a instrucção sob o pon - to de vista positivo. O ensino official / não pôde estar sujeito á influencia de es - colas philosophicas: deve ser integral, / concreto, tão completo quanto possível co - mo recapitulação das verdades affirmadas / pela sciencia." (68)

O mais significativo sobre o debate da instrução pública era o fim que pretendiam chegar com ele. Os republicanos defendiam a idéia do /

ensino livre e mais científico - baseado nas ciências positivas - e volta do para a profissionalização. Mais especificamente, uma escola voltada para a formação de mão-de-obra. O PRP defendia a idéia de que deveriam ser deixados de lado as grandes universidades para se criar escolas que formassem sujeitos aptos ao trabalho da produção da riqueza nacional - a agricultura:

"Nós podemos conciliar aqui o grau médio / com o grau mínimo; podemos ter curso científico na escola agrícola e ensino completamente prático. No curso científico a / frequência será de poucos alumnos; transmitir-se-á o conhecimento necessário para formar o espírito do lavrador, trazendo reformas necessárias, que são podem ser feitas por aqueles que têm capitães precisos para as experiências.

No ensino médio formaremos os homens que, pela observação, pelo traquejo nas máquinas, pelo trabalho ordinário, adquirirão / os conhecimentos necessários para dirigir / nossos estabelecimentos, para tomar a seu cargo certos ramos de serviço agrícola . "

(69) (grifo nosso)

Outro aspecto a ser salientado quanto ao ensino era a sua relação com a religião. Para os republicanos, o ensino deveria ser livre, científico; combatiam a intolerância que existia em relação a escolas não católicas. É o caso de uma denúncia feita por Rangel Pestana, em 1887, de um funcionário da cidade de Piracicaba que a qualquer custo queria fechar uma escola protestante:

"Quando appellamos, (...), para a imigração (...), nós que precisamos do auxílio / de todas as nações, de catholicos e acatholicos, não podemos arvorar a bandeira da intolerancia..." (70)

Quando os republicanos falavam em naturalização e ensino livre tinham como pensamento oferecer uma sociedade liberal que pudesse atrair o imigrante e fixá-lo na terra e também garantir a continuidade na formação de mão-de-obra. Para isso, eram necessárias reformas no conjunto das leis/ garantindo a participação do imigrante como cidadão, condição necessária/

para o surgimento de um mercado de trabalho estável baseado no trabalhador assalariado. Através dessas reformas, estabelecer-se-ia uma relação / social de igualdade perante o Estado e, ao mesmo tempo, estariam regulamentadas as relações de trabalho, subordinando o imigrante - enquanto cidadão - às leis brasileiras. (71)

N O T A S

- (1) - Cf. Santos; Bernardino de Campos, p. 41.
Basbaum; p. 211
- (2) - Cf. Sodré;
Costa, Emília Viotti (da); "O Escravo na Grande Lavoura" em História Geral da Civilização Brasileira, (São Paulo: Difusão Européia/ do Livro, 1967) Tomo II, 3º Volume, p. 186.
Casalecchi; p. 58.
Este autor afirma: "... sempre tinham se definido (os republicanos) como Abolicionistas, sem, no entanto, precipitarem os acontecimentos." (grifo nosso)
É este o único autor, que conhecemos, a qualificar claramente os / republicanos de abolicionistas.
- (3) - O que comumente ocorre é a citação do Congresso Republicano de / 1873 e o seu consequente manifesto do mesmo ano, exposto o pensa - mento do Partido quanto à questão servil. Gostaríamos de lembrar / que, em 1873, o partido estava dando seus primeiros passos enquan - to agremiação. Ele começa a se organizar de forma a ter uma unida - de entre os vários municípios em 1872, estando portanto, na época/ do manifesto, em seu período de arregimentação e preocupado, prin - cipalmente em organizar-se.
Cf. Boehrer; p. 78.
Gorender, Jacob; O Escravismo Colonial, capítulo XXVII- "Os Fazen - deiros do Oeste Paulista", (São Paulo: Editora Ática, 1978, p.570.
- (4) - Cf. Cano; pp. 31 a 42.
Viotti da Costa; "O Escravo na Grande Lavoura".
Ianni, Octávio; "O Progresso Econômico e o Trabalhador Livre", em História Geral da Civilização Brasileira, (São Paulo: Difusão Euro - péia do Livro, 1967) Tomo II, 3º Volume, pp. 297 a 319.
Matos, Odilon Nogueira.
- (5) - Não desconhecemos a existência do trabalhador livre nacional e que a partir de 1840 já existiam imigrantes no Brasil. Mas o primeiro/ era uma mão-de-obra dispersa pelo território nacional e vivendo da produção de subsistência e os segundos iriam formar os primeiros / núcleos coloniais. A utilização do imigrante nesta época como mão - de-obra para a lavoura não trouxe resultados positivos. A grande/ produção exportadora, geradora da riqueza nacional em maior peso / estava ainda dominada por um regime de trabalho escravo.
Cf. Furtado, Celso.

Costa, Emilia Viotti (da); Da Senzala à Colônia, (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966) capítulo II, pp. 66-123

Ianni; "O Progresso Econômico e o Trabalhador Livre", p. 298.

- (6) - Para os aspectos políticos e jurídicos das leis sobre a escravidão: Cf. Beiguelman, Paula; "O Encaminhamento Político do Problema da / Escravidão no Império", em História Geral da Civilização Brasileira, (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967) Tomo II, 3º Volume, pp. 189-219.

Para análise mais aprofundada do problema tanto econômico quanto / político da escravidão e abolição:

Cf. Conrad.

- (7) - Cf. Prudente de Moraes; "Primeira discussão do Projeto sobre o Elemento Servil", (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885) Câmara / dos Deputados; 3 de junho de 1885, p. 38.

Quando nos referimos à crise de mão-de-obra não estamos falando em escassez de mão-de-obra, porque em São Paulo, até meados da década de 1880, ainda existiam muitos escravos. Estamos nos referindo ao abastecimento regular de mão-de-obra e a estabilidade do mercado / de trabalho no Brasil.

- (8) - Por esta razão não podemos concordar com Iraci Galvão que afirma / não ser a Abolição bandeira de luta do PRP. A abolição, como fenômeno histórico ocorrido no Brasil no final do século é marcadamente de cunho urbano, não era de fato bandeira do PRP enquanto setor de classe dominante rural. Mas, a partir dessa afirmação, a autora / descarta qualquer análise sobre a relação republicanos e escravidão, e nós entendemos que, para estudar o PRP e a reorganização do mercado de trabalho no Brasil, deve-se necessariamente passar por uma análise desse tema, pois a questão servil preocupava, e muito, os republicanos, como iremos demonstrar.

Cf. Salles, Iraci Galvão; p. 29.

- (9) - Cf. Américo Brasiliense; pp. 122-125

Tomamos o Manifesto de 1873 como ponto inicial de nossa análise sobre o tema por dois motivos. Primeiro, porque é este o documento / mais citado pela historiografia, principalmente para confirmar a posição escravocrata do PRP. Segundo, porque é o primeiro documento oficial do partido sobre o assunto. Documento oficial, para nós, significa toda e qualquer manifestação escrita feita em nome do / Partido Republicano Paulista e tendo por intuito atingir o público, ao contrário das circulares e comunicações do partido que eram

documentos para uso de seus membros.

Mas, anteriormente a este Manifesto, o partido dirigiu uma comunicação (1872) aos seus membros tratando sobre o assunto da escravidão.

Cf. Idem; pp. 104-109.

Há também um discurso de Campos Salles na Câmara dos Deputados em 14 de setembro de 1885, em que o orador se refere à posição dos republicanos contra o tráfico interprovincial em 1870, um ano antes da lei do Ventre-Livre, e onze anos antes das medidas que acabaram com este tráfico.

Cf. Campos Salles; Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 14 de setembro de 1885, (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885).

- (10) - Cf. Américo Brasiliense; p. 124.
- (11) - Idem; p. 124.
- (12) - Cf. Crouzet, Maurice; História Geral das Civilizações, (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961), Tomo V, II volume. Macpherson, C.B.
- (13) - Cf. Américo Brasiliense; pp. 106-107.
- (14) - Cf. Assembléia Provincial; Prudente de Moraes, 26 de março de 1879.
- (15) - Quanto à questão da proibição do tráfico interprovincial, Conrad / interpreta-a como fruto do medo de um possível desequilíbrio entre o sul, com muito escravo, e o norte, sem escravo: enquanto este defenderia a abolição, aquele ver-se-ia em sérias dificuldades pelo grande número de escravos existentes na região.
Cf. Conrad; pp. 207-212.
Para nós, o PRP não estava preocupado com um possível desequilíbrio regional.
- (16) - Cf. Assembléia Provincial; 10 de março de 1883, pp. 412 a 424
"Programma dos Candidatos"; pp. 27 a 29 e 53 a 60.
- (17) - Cf. "Programma dos Candidatos"; pp. III a VIII.
- (18) - Cf. Boehrer; p. 96.
O autor atribui pouca importância ao documento, fazendo uma simples referência a ele.
- (19) - Cf. Atas do PRP; Sessão de 8 de maio de 1881
Relatório apresentado ao Congresso; sessão de 15 de abril de 1882.
- (20) - Cf. Programma dos Candidatos"; pp. 53-60

- (21) - Cf. "Programma dos Candidatos"; p. 57
- (22) - Idem; p. 53.
- (23) - Apesar de serem anteriores à década de 1840 os debates em torno de uma política imigrantista, é só a partir da década de 1880 que as grandes levas de imigrantes penetram em São Paulo. Acreditamos que o aumento da imigração, o movimento abolicionista e as agitações e fugas de escravos, que ocorreram na década de 1880, fizeram com / que o Partido Republicano assumisse mais concretamente o fim próximo da escravidão, principalmente porque suas reivindicações em / torno do problema mercado de trabalho estavam sendo atendidas.
- (24) - Cf. "Programa dos Candidatos"; p. 57.
- (25) - Cf. Idem; p. 57.
- (26) - Cf. "Programma dos Candidatos; p. 58.
- (27) - Idem; p. 60.
- (28) - Cf. Prudente de Moraes; Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 3 de junho de 1885 (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; 1885) p. 46.
São poucas as referências, nos discursos republicanos, à Guerra Civil Americana, mas fica implícito nos documentos um certo receio / de movimentos mais radicais, e, nos anos finais, os documentos expressam o alívio que sentiam os republicanos pela solução pacífica da questão da escravidão.
Sobre a repercussão no Brasil de movimentos de libertação na América Cf.
Mott, Luiz R.B.; "A Revolução dos Negros do Haiti e o Brasil", Mensário do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), ano XIII, Volume 13 / (janeiro-1982), pp. 3 a 10.
- (29) - Cf. Campos Salles; Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 14 de setembro de 1885, (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885) pp. 27-28.
Campos Salles faz questão de afirmar, nesse discurso, que, antes / da lei de 28 de setembro de 1871, "os homens que se acham a frente do movimento republicano" defendiam estas idéias que hoje defendem na discussão do projeto de lei sobre os sexagenários, ou seja, idéias que levariam à gradual substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.
- (30) - Cf. Campos Salles; Câmara dos Deputados, 13 de abril de 1885, (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885) p. 8.

Os republicanos defendem na Câmara o projeto Dantas. Esse projeto/ sofrerá as pressões da Câmara até que o ministério seja obrigado a se retirar. A lei dos sexagenários aprovada é a Saraiva-Cotegipe, bem modificada em relação ao projeto Dantas.

Cf. Buarque de Holanda; pp. 284-284.

- (31) - Cf. Viotti da Costa; Da Senzala à Colônia, p. 424
- (32) - Conrad; p. 261.
- (33) - Cf. Campos Salles; Câmara dos Deputados, 13 de abril de 1885, (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885), p. 6
Queremos observar, também, que em 1885 começam a entrar, principalmente em São Paulo, as primeiras levadas importantes de imigrantes / vindos sobretudo da Itália.
Cf. Beiguelman, Paula; Formação Política do Brasil, (São Paulo; Livraria Pioneira Editora, 1976) Capítulo I, pp. 3 a 27.
- (34) - Cf. Prudente de Moraes; Câmara dos Deputados, 11 de maio de 1885 , (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885) p. 33.
- (35) - Cf. Manifesto do Partido Republicano Paulista sobre a questão do elemento servil; Jornal A Província de São Paulo, 16 de julho de 1887.
- (36) - Cf. Atas do PRP; 1887.
- (37) - Cf. Manifesto sobre elemento servil; 1887.
- (38) - Cf. Campos Salles; Da Propaganda a Presidência,
- (39) - Cf. Campos Salles; Os Deputados Republicanos na Assembléa Provincial de São Paulo, (São Paulo: Leroy King Bookwalter , 1888), sessão de 31 de janeiro, pp. 113 a 154.
- (40) - Cf. Manifesto de 1887.
- (41) - Cf. Idem.
- (42) - Pode-se verificar pelas Atas do Partido e pelo livro de Américo Brasiliense que o número de representantes desde os primeiros Congressos ou era estável ou apresentava um aumento. Parece-nos que os desentendimentos não chegam a comprometer mais seriamente a unidade/ do partido, nem mesmo em quantidade de participantes. Observamos. / também, que os representantes dos Clubes locais, quase que invariavelmente, eram os mesmos nos vários congressos.
Quanto aos elementos que se afastaram do PRP , por causa das divergências sobre a questão servil, o nome mais lembrado é o de Luis Gama.

- (43) - Cf. Atas do PRP; 1884
- (44) - Cf. Cesário Motta Jr.; Festa Republicana - Discursos pronunciados/ no Banquete realizado no Theatro S. Carlos em Campinas aos 5 de janeiro de 1882, (Campinas, Typ. da "Gazeta", 1882) pp. 62-63
Cf. Outros discursos do mesmo livro.
Cf. Campos Salles; Câmara dos Deputados, sessão de 14 de setembro/ de 1885, pp. 13 a 61.
- (45) - Cf. Assembléia Provincial; Martinho Prado Jr., 14 de fevereiro de 1884, pp. 221 a 232
- (46) - Cf. Jornal A Epocha; editado na cidade de Amparo durante os anos / de 1879 e 1880, folha republicana;
nº 03 de 19 de outubro de 1879.
nº 12 de 21 de dezembro de 1879.
Cf. Os Deputados Republicanos na Assembléia Provincial de São Paulo, sessão de 17 de janeiro; sessão de 1888
- (47) - Cf. Martinho Prado Jr.; Os Deputados Republicanos..., 17 de janeiro, pp. 15 a 33.
- (48) - Cf. Programma dos Candidatos; p. 28.
- (49) - Cf. Programma dos Candidatos; pp. 27 a 29.
- (50) Cf. Assembléia Provincial; Martinho Prado Jr., 14 de fevereiro de 1884; p. 224.
- (51) - Cf. Assembléia Provincial; Martinho Prado Jr., 18 de janeiro de 1884 e 14 de fevereiro de 1884, pp. 33 a 35 e pp. 221 a 232.
- (52) - Martinho Prado Jr. pertenceu ao Partido Republicano Paulista desde os primeiros tempos da agremiação e foi um dos fundadores e diretor da Sociedade Promotora da Imigração.
Sobre a Sociedade:
Cf. Petrone, Teresa S.; "Imigração Assalariada", em História Geral da Civilização Brasileira, (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967) Tomo II, 3º Volume pp. 280-283.
- (53) - Cf. Os Deputados Republicanos... Martinho Prado Jr.; sessão de 17/ de janeiro de 1888, pp. 15-33 e
sessão de 19 de janeiro de 1888; pp. 37-67.
- (54) - Idem, Martinho Prado Jr. - sessão de 19 de janeiro de 1888, p. 48.
- (55) - Cf. Os Deputados Republicanos..., Martinho Prado Jr.; 19 de janeiro de 1888, p. 49.

- (56) - Cf. Idem; idem, 17 e 19 de janeiro de 1888, pp. 15 a 33 e pp. 37 a 68.
- (57) - Cf. Martinho Prado Jr.; Os Deputados Republicanos... 19 de janeiro de 1888; pp. 41, 42
- (58) - Idem, idem; p. 45.
- (59) - Cf. Conrad; pp. 313 a 318 e 323.
- (60) - Cf. Campos Salles; Os Deputados Republicanos..., 31 de janeiro de 1888; p. 122
- (61) - Cf. Programma dos Candidatos; p. 27.
- (62) - O resultado das discussões deste congresso aparecerá em forma de / manifesto.
Cf. "Manifesto Republicano sobre a questão da naturalização"; jornal A Província de São Paulo; 06 de maio de 1880.
Este manifesto discute o problema da naturalização do estrangeiro/ residente no Brasil. A "grande naturalização" era a proposta mais/ ampla do Partido Republicano e consistia em transformar em cidadão brasileiro todo o estrangeiro que não se manifestasse em contrário, o que se efetivará logo após a Proclamação da República, pela Constituição de 1891.
- (63) - Cf. Manifesto Republicano; A Província de São Paulo; 06 de maio / de 1880.
O Decreto, ao qual se refere a primeira proposta era o de nº 337 / de 3 de setembro de 1846.
Cf. também: Atas do PRP - 1880.
Programma dos Candidatos; pp. 41-52.
Prudente de Moraes; Câmara dos Deputados, 03 de junho de 1885.
- (64) - Cf. Programma dos Candidatos; p. 50.
- (65) - Cf. Programma dos Candidatos; p. 23.
Campos Salles; Câmara dos Deputados, 14 de setembro de 1885; pp. / 35-37.
- (66) - Cf. Programma dos Candidatos; p. 50.
- (67) - Cf. Barros, Roque Spenser M. (de); "Vida Religiosa"; em História / Geral da Civilização Brasileira, (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971) Tomo II, 4º volume, pp. 317-337
- (68) - Cf. Programma dos Candidatos; p. 20.
- (69) - Cf. Assembléia Provincial; Rangel Pestana, 12 de março de 1883, p. 580.

- (70) - Cf. Assembléia Provincial; Rangel Pestana, 17 de fevereiro de 1887, p. 138.
- (71) - Não há, nos discursos republicanos, qualquer referência ao trabalhador livre nacional. Todas as propostas republicanas visando a substituição do trabalho escravo pelo livre dirigem-se especificamente ao trabalhador de origem européia. Nem mesmo a imigração / chinesa é aceita pelos republicanos, como afirma Iraci Galvão. Cf. Salles, Iraci Galvão; p. 50.

CAPÍTULO III

- O PRINCÍPIO FEDERATIVO -

O princípio federativo era parte essencial da propaganda desenvolvida pelo Partido Republicano Paulista. Se em outras províncias - como / Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - o Partido Republicano via-se frente / a duas opções - república federativa e república com tendências positivistas ou militaristas -, isso não ocorre em São Paulo. Para esta província, afirma Simon Schwartzman, a federação era um princípio fundamental. Mesmo não sendo o PRP objeto específico de seu trabalho, o autor procura demonstrar o interesse de os fazendeiros de café, através desse partido, em lutar pela autonomia da província frente a posições mais autoritárias. / (1)

A "República Federativa" será a base do programa e de toda a propaganda do partido não só frente a programas de cunho militarista, como também, e principalmente, frente à organização centralizadora da monarquia / brasileira. (2) A preocupação fundamental dos republicanos paulistas girará em torno dos debates sobre centralização e descentralização, propugnando por um regime descentralizado tanto administrativa como politicamente. Quanto às soluções militaristas, estas não entram na cogitação do partido até 1887. (3) Até essa data não há referências a pronunciamentos que pudessem incitar mudanças radicais, pelo contrário, afirmavam sempre uma posição pacífica e legal:

"... compreende V. Exc. que, desde que aqui temos procurado sempre, no regimen da legalidade, collocando-nos no terreno da / ordem, concorrer com um voto para o desenvolvimento da administração legal da província, desde que temos procurado, na função publica que aceitamos, não representar o principio revolucionário, mas o principio do progresso, conciliado com a ordem, ..." (4)

Através de transformações pacíficas e legais, o PRP pretendia chegar à República. Os fazendeiros de café, por meio do Partido Republicano / Paulista, expressavam o seu descontentamento com a política governamental

e viam na extrema centralização do regime monárquico o obstáculo ao desenvolvimento da província de São Paulo; eles acreditavam que só um regime / descentralizado poderia vivificar as forças das províncias mais prósperas. Mas a descentralização só se realizaria num regime político onde a federação se estabelecesse como princípio fundamental. (5)

Concretamente, a República Federativa representaria o rompimento / dos mecanismos de controle do governo geral, que subordinava as novas relações sociais que emergiam em São Paulo a um aparelho de Estado voltado para relações sociais que entravam em declínio. Enquanto o aparelho estatal monárquico consolidou-se através da relação de produção escravista, S. Paulo surgia como expressão econômica somente em meados do século XIX, momento em que essas relações já entravam em deterioração. Assim, São Paulo organiza-se a partir de novas relações e exigindo um aparelho de Estado / que se conforme a esse nova realidade. A República Federativa representaria a busca de um espaço político próprio para os fazendeiros de café e exercerem seu domínio onde não houvesse subordinação de seus interesses a um governo central.

Para demonstrarmos a importância da República Federativa para o PRP é necessário examinar:

- A) - o conceito de federação para os republicanos;
- B) - como a centralização monárquica não favorece a província de São Paulo.
- C) - quais as propostas e pensamento republicano para se realizar a descentralização.

A. - O Conceito de Federação

O regime federativo era entendido pelos republicanos como a completa autonomia das províncias, não só administrativa, como também política, na forma expressa pelo Manifesto de 3 de dezembro de 1870 e adotada / pelo PRP no seu "Programma dos Candidatos".

"O regimen da federação baseado na independência recíproca das provincias, elevando-se á categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vinculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, (...)" (6)

O regime federativo compreenderia duas soberanias: a soberania do estado, tendo como limite o seu território, e a soberania federal, tendo /

seu limite no território nacional:

"... regimen franco da federação, que quer dizer o regimen onde se accomoda perfeitamente uma soberania dupla, a soberania do Estado dentro da soberania federal." (7)

Segundo Campos Salles, a soberania de um determinado estado só existe de fato quando não há subordinação da esfera estadual à federal. O suporte dessa soberania encontra-se nos três poderes: legislativo, executivo e judiciário, sendo que estes poderes seriam independentes entre si e independentes dos três poderes na esfera federal.

O federalismo consistia, sobretudo, na soberania do estado, que só poderia existir em um regime republicano, porque, para o PRP, a monarquia era essencialmente unitária. A centralização era a essência do regime monárquico, cuja sua sobrevivência dependia do controle político-administrativo de todo o país, que estava nas mãos do poder central. Esse poder teria como base de sustentação a burocracia e o parlamentarismo, que seriam os dois poderosos sustentáculos da monarquia, prendendo, numa cadeia, o / cidadão ao Estado, e o mais simples dos problemas não se resolvia sem o consentimento do ministro. Esse aspecto permitia diferenciar os dois regimes: enquanto a república permitiria a elegibilidade dos cargos, fornecendo ao cidadão elementos para resolver os problemas na própria comunidade, a monarquia envolvia a sociedade numa teia burocrática, não permitindo a ação da coletividade municipal nem provincial. (8)

Ao fazerem a defesa da federação, os republicanos procuravam definir muito claramente os conceitos e limites de Monarquia e República. Existiriam dois tipos de monarquia: a Monarquia Constitucional e a Monarquia Absoluta, mas sempre unitária; mesmo sob o parlamentarismo, o rei teria ainda em suas mãos o controle suficiente dos mecanismos do Estado / para utilizar-se, quando quisesse, de seu poder absoluto. Mesmo em se tratando de república, distingue-se dois tipos: a República Unitária e a República Federativa. A República Unitária poderia ter os mesmos vícios da Monarquia, ou seja, o envolvimento de todo o corpo social na teia da burocracia que prende o cidadão ao Estado, passando por uma infundável cadeia hierárquica, o que não ocorreria na República Federativa, porque esta estaria baseada na soberania nacional e na elegibilidade dos diversos cargos públicos, permitindo ao cidadão interferir na sua comunidade e no seu estado. (9)

Para solidificar a argumentação em favor da República Federativa,

buscam apoio nos exemplos, considerados pelos republicanos, os mais perfeitos de monarquia e república: a Monarquia Constitucional Inglesa, onde o rei ainda possuía poderes para interferir nos outros poderes do Estado, e os Estados Unidos da América do Norte, onde havia completa autonomia entre os vários Estados. (10) Para os republicanos, monarquia e federalismo eram incompatíveis:

"Os Estados de que se compõe a União Americana, têm a mais ampla soberania no exercício dos seus respectivos poderes; possui cada um a sua Constituição Política em que estão estabelecidos todos os seus poderes-legislativo, judiciário e executivo. Todos elles exercem as suas attribuições na ampla esphera da sua competência, com perfeita soberania, dentro dos limites do seu território, sem dependência e sem subordinação alguma aos poderes federaes.

.....
A monarchia, todos sabem, e a própria palavra o diz: é um estado em que o poder se concentra, em que a soberania não se divide, é enfim um estado unitario." (11)

Assim se constituía o arcabouço teórico que servia de base para a defesa do federalismo, bem como para a crítica republicana à excessiva centralização monárquica. A partir dessas idéias, procuraremos verificar por que era esse o aspecto fundamental da propaganda republicana, não havendo pronunciamento que de forma direta ou indireta não se referisse ao poder centralizador.

Para os republicanos, a centralização era a fonte de todos os males que afetavam o país e obstáculo à sua prosperidade; era, também, o sustentáculo do Poder Moderador ou, como se referiam, do poder despótico do rei, enquanto que a descentralização representaria o revigoração das forças produtivas do país.

Através desse entendimento teórico de federalismo, o Partido Republicano procurava se distanciar do perigo que representava a bandeira liberal, muito próxima à sua, fazendo com que as suas críticas ao poder central se colocassem em dois níveis - o político e o administrativo - e procurando também definir um espaço político próprio.

B. - Críticas à centralização monárquica

A centralização era, para os republicanos, uma questão essencialmente política, visto que a discussão em torno dela implicaria uma redistribuição de poderes; isso quer dizer que um setor da classe dominante na província de São Paulo estava disputando uma parcela do poder. O setor de vanguarda dos fazendeiros paulistas, não participando do poder, estava interessado em deter parcelas de domínio na província; para que tal ocorresse, deveria haver uma reformulação nos mecanismos de poder do Estado.

Para verificarmos as reformas desejadas, devemos, inicialmente, / explicitar os pontos de atrito detectados em alguns níveis:

- 1) - aspecto político-jurídico de domínio do Poder Moderador;
- 2) - o domínio das regiões norte e nordeste sobre a política nacional;
- 3) - o aparelho administrativo provincial.

B1 - Aspecto político-jurídico de domínio do Poder Moderador

Sobre a questão do Poder Moderador, a historiografia é divergente. Para alguns autores, D. Pedro II usou de fato suas atribuições fazendo valer sua vontade em questões importantes, como foi o caso da reforma ser - vil. (12) Outros historiadores minimizam o papel do Poder Moderador, argu mentando que poucas vezes o Imperador utilizou-se de suas prerrogativas . (13) No nosso entender, a questão em jogo era a estrutura mesma do Esta - do, a qual permitia a existência de um poder superior aos demais, podendo interferir no momento que desejasse, sem expressar a vontade da maioria . Esse poder, garantido pela Constituição de 1824, não era representativo / da soberania nacional, e portanto deveria ser eliminado, segundo ãs pro - postas do PRP, que pretendia estabelecer novas formas de controle social/ através de um aparato ideológico liberal e da transformação do regime de trabalho escravo para o assalariado, como já pudemos demonstrar. As refor mas deveriam passar necessariamente pelo questionamento do Poder Modera - dor. Num primeiro momento, as críticas recaem sobre a figura do rei, para em seguida atingir a estrutura mesma do poder.

Para os republicanos paulistas, o Poder Moderador - centralizado/ em uma só pessoa - era o fator de decadência e submissão de toda a organi zação política nacional, e essa dependência acabava por nulificar todo o sistema governamental, porque todos os poderes de estado estavam submeti - dos a esse poder. O legislativo era cerceado em suas competências, acaban do por fazer as reformas pela metade, de acordo com os interesses da co - roa. O sistema parlamentar de fato não funcionava, e os partidos políti -

cos nada mais eram que a representação de suas clientelas políticas. Os/ homens dos partidos imperiais se instalavam no aparelho governamental para defender os interesses de seu clã, e quem poderia atendê-los era o governo, degenerando-se, assim, o sistema parlamentar em servilismo ao poder absoluto do rei. (14)

Quando a discussão se dá somente ao nível político da organização da forma de governo, de questionamento dos poderes do Estado, o Poder Moderador torna-se o centro de toda a deformação do regime, desaparecendo / por trás dessa argumentação todo interesse de grupos que controlavam o poder. Isso ocorria, não porque desconhecessem os interesses dos vários grupos, mas por estarem atacando, do ponto de vista político jurídico, o fundamento do regime monárquico - o Poder Moderador. Sobressai a figura do rei porque ele personifica esse poder, e no combate ao monarca os republicanos pretendiam atingir a estrutura do poder estabelecida pela carta de 1824.

A desintegração do sistema parlamentar e o servilismo dos partidos monárquicos eram os argumentos utilizados para demonstrar a ação despótica do rei, abrindo caminho para a propaganda republicana em torno da convocação de uma constituinte para rever a carta constitucional:

"... este poder despotico em sua sêde no / systema que nos rege, na nossa organização/ política, dentro mesmo da carta constitucio_unal, que nos foi outorgada.

.....
(...); é preciso trazer a revisão essa carta, que nos foi outorgada e que não representa sequer a vontade do paiz." (15)

Interessava ao Partido Republicano Paulista a revisão da Carta Constitucional para a modificação dos artigos que permitiam a concentração de todos os poderes nas mãos do Poder Moderador; os republicanos pretendiam, batalhando por essa proposta, retirar do governo central o controle excessivo que exercia sobre as províncias, tanto administrativa como politicamente.

A idéia em torno da convocação de uma constituinte vinha desde/ 1870 com o Manifesto Republicano de 3 de dezembro, tendo como base de argumentação a acusação de usurpação do trono pela Dinastia de Bragança. É por essa mesma aspiração que os republicanos paulistas se levantam na Assembléia Provincial, em 1888, para defender o direito de representação / junto às Assembléias, das Câmaras do Rio Grande do Sul e de São Paulo que estavam suspensas por terem pedido a revisão da Constituição. (16)

Os argumentos utilizados pelos republicanos em 1888 em defesa da necessidade de se repensar a existência do Poder Moderador eram os mesmos do Manifesto de 1870. A Constituição de 1824 fora imposta pela Dinastia / de Bragança; os reis dessa dinastia eram usurpadores, não tinham apoio / popular e, nem para a Constituição, nem para a instalação da dinastia no Brasil, foi consultada a opinião pública brasileira. Como os reis se coroaram sem o respaldo popular, a soberania do povo ficou nulificada frente à soberania do Rei, e não há como conciliar a soberania real com a soberania popular, porque são incompatíveis, não havia legitimidade na monarquia estabelecida no Brasil:

"Que não temos uma dynastia eleita pela soberania popular, que não temos uma constituição aceita pelos tramites legais que temos uma forma do governo que não representa a vontade popular, que a dynastia / de Bragança não foi acclamada pelos brasileiros. N'estas circumstancias, o que nos cumpre fazer? Dirigir aos poderes competentes, uma petição para que se convoque sem demora uma constituinte." (17)

A reforma na constituição, pretendida pelos republicanos, não implicava questionar somente a soberania real, mas também o caráter centralizador do regime monárquico, que deveria estar necessariamente embutido em qualquer debate acerca da estrutura política. Isso quer dizer: questionar toda a cadeia que atava as províncias ao centro, bem como a própria / legitimidade da existência desse centro personificado do Poder Moderador.

Parece-nos, então, que não se tratava de questionar as atitudes / de D. Pedro enquanto Poder Moderador, mas sim de repensar a própria estrutura do Estado monárquico a partir do Poder atribuído ao rei, bem como toda a hierarquia administrativa que prendia o cidadão ao Estado. É aí que o problema revela toda a sua extensão demonstrando que a discussão em torno da centralização dava-se sob os aspectos administrativo e político.

B-2 - O domínio do norte sobre o sul

É através das críticas à centralização do aparelho administrativo do Estado que aparecem os interesses políticos de setores da classe dominante.

Segundo o discurso republicano, a descentralização administrativa era fundamental para a expansão da produção da riqueza paulista, que ti-

nha como um de seus principais obstáculos a unidade na administração de / todo o Império. A argumentação utilizada para combater a centralização ad ministrativa fundamentava-se na diversidade das várias regiões brasilei ras, não podendo todas as províncias serem administradas de uma única for ma sem o perigo de atrofiar as mais prósperas. Sendo também o território/ nacional muito vasto, não era possível um único centro administrar de ma neira eficiente. Concluía que o confronto entre as diversidades regio nais e um centro polarizador dirigindo todo o conjunto acarretava os desa justes na administração. (18)

Essa uniformidade administrativa para uma vasta região diversifi cada tornava evidente a oposição entre o norte e o sul do país. Tal oposi ção, denunciada pelos republicanos, pode ser detectada em dois níveis : no de distribuição da riqueza e no de domínio político de umas províncias sobre outras.

Na visão republicana, a região norte-nordeste do Império encontra va-se em estado de decadência, contrastando com o pleno desenvolvimento / da riqueza da região sul.

A situação do norte do país, diziam os republicanos, era bem pre cária porque a sua produção estava prativamente paralisada e não tinha / mão-de-obra que pudesse dar continuidade a ela - nem escrava, nem livre . Por outro lado, as secas que dominavam o nordeste absorviam muitos recur sos do tesouro nacional.

Essa situação da região norte-nordeste fazia com que toda a rique za produzida no sul do país fosse desviada para auxiliar a ela. Para aju dar aquelas províncias, eram criados impostos, e as províncias produtoras de riqueza eram obrigadas a contribuir de forma pesada para a solução dos problemas das que se encontravam em estado de decadência. As províncias/ pagavam altos impostos e não viam o dinheiro aplicado no seu desenvolvi mento; o orçamento provincial tornava-se acanhado frente à riqueza pro duzida.(19)

Mas os problemas não se esgotavam aí - eram muito mais amplos por que envolviam, também, a dívida pública do Império, que aumentava ano a a no por causa da má administração do governo central, mantendo muitos gas tos supérfluos e não se preocupando com as reais necessidades do país. A dívida pública acabava por atingir as províncias pois, com sua má política, o governo nunca tinha verbas para atender às necessidades do país. As pro víncias mais pobres, já cheias de problemas, viam estes agravados com os aumentos de impostos, e as mais ricas tinham os seus orçamentos reduzidos,

igualando-se, dessa forma, todas as províncias. O aumento da dívida obrigava o governo a realizar novos empréstimos que aumentavam ainda mais o déficit, e essa situação se transferia para as províncias das quais as mais prósperas continuavam a ser tolhidas na sua capacidade de expansão:

"Quanto à provincia de São Paulo é preciso reconhecer que, comquanto as suas condições de vitalidade sejam bastante para não nos fazer temer pelo seu futuro, entretanto é certo que a sua situação não é tão lisonjeira que dispense os legisladores provinciaes de terem todas as cautelas e precauções para que não seja tambem victima de uma perturbação profunda no seu regimen financeiro.

Não é, cumpre accentual-o bem, que lhe faltem recursos para garantir a mais completa prosperidade: ella as possui dos mais solidos e garantidores. Falta somente dar-lhe/ o que é seu.

.....
Poderá porventura ir pedir ao Thesouro Nacional que lhe restitua parte daquillo que recebeu, ajudando-a pelo menos com o indispensável para a restauração das suas forças, esgotadas em beneficio do Thesouro?"

(Grifo nosso) (20)

Neste discurso de Campos Salles, do qual extraímos a citação acima, desenvolve-se toda a argumentação republicana no sentido de fundamentar a tese de que a origem da pesada dívida pública brasileira encontrava-se no regime centralizador monárquico, e de que esse estado de coisas penetrava, também, nas províncias, causando um estado aflitivo geral. O fundamental era demonstrar que São Paulo tinha todos os meios para dar continuidade à expansão de suas riquezas, mas que isso não ocorria porque parte destas era exaurida pelo Tesouro Nacional. Como esse órgão era parte integrante e dependente do regime centralizador, o seu estado continuamente deficitário se devia a esta instituição mesma; consequentemente a organização fortemente centralizada do regime político era o obstáculo ao desenvolvimento paulista.

Entendemos, então, que São Paulo era uma das regiões mais prósper-

ras do Império Brasileiro, mas uma parte de sua riqueza não era aplicada/ na província, sendo desviada ou para o governo central ou para o auxílio/ a outras províncias. Esse desvio das riquezas paulista se fazia através / do aumento de impostos para atender às demais províncias ou para resolver os problemas com a dívida externa brasileira. Como a forma de governo estabelecida no Brasil realizava-se sob uma estrutura fortemente centraliza da tanto política como administrativamente, todas as questões que afeta - vam qualquer província ou o governo central acabava por afetar todas as / províncias. Se dermos uma rápida olhada pelos orçamentos do governo impe rial, verificamos que as críticas republicanas tinham fundamento. Vejamos o orçamento para 1884:

5424/BC

"... faz uma sucinta exposição da receita/ e despesa dos dois decênios decorridos de 1862 a 1882, e dela conclui que é de urgen te necessidade tomar-se medidas, que ponham termo ao fatal regímen dos deficits, com os quais são encerrados/ todos os exercícios, obrigando a contrair/ empréstimos, que por muitos anos pesarão / sobre o orçamento.

.....
Existem duas causas que poderosamente alte rarão estes algarismos, quer no 1º quer no 2º decênio, no 1º foi a grande soma despen dida com a guerra do Paraguai entre 1864 a 1870; no 2º a seca nas provincias do norte entre 1877 a 1879.

.....
Releva dizer, pois que assim requer a ver dade, a despesa pública tem crescido / muito além do limite, que impõe a justa me dida dos recursos orçamentários, como se / vê da demonstração, que nos 20 exercícios/ a renda cresceu na razão de 90,3% e a des pesa na razão de 118,6%." (21)

Parece-nos que a questão principal estava no escoamento das rique zas provinciais para fora de São Paulo sem que houvesse retorno, devi do ao caráter centralizador do governo que determinava a distribuição da renda e que necessitava urgentemente resolver sua dívida pública. Esse /

era um dos aspectos da crítica republicana ao regime monárquico.

O outro aspecto da crítica ao regime centralizador dizia respeito à hierarquia estabelecida entre o município, a província e o centro, esta belecendo uma relação de dependência e favorecendo umas províncias em detrimento de outras. Essa relação de dependência fica mais clara quando se percebe a dominação política de algumas províncias, deixando transparecer a esfera de ação de um setor da classe dirigente encastelado no aparelho/ de Estado.

Ao criticar a centralização da monarquia brasileira, o Partido Republicano Paulista criticava também a influência do setor de classe dominante do norte do país sobre a política nacional apoiado no Poder Moderador. Segundo dados fornecidos pelo historiador moderno José Murilo de Carvalho, podemos verificar que a representação de São Paulo era muito pequena no governo central. Diz esse autor: "A Presidência do Conselho foi criada em 1847 e 30 presidentes foram escolhidos até o fim do Império. / Destes, 11 vieram da Bahia, 5 de Minas Gerais, 5 de Pernambuco, 4 do Rio / de Janeiro, 2 de São Paulo, 2 do Piauí e 1 de Alagoas". (22)

Em fins de 1882 ocorreu um fato que serviu para os republicanos / protestarem contra essa situação, e que nos fornece bem a medida das reivindicações políticas do PRP. Em dezembro de 1882, antes de ter início o segundo ano da 24ª legislatura provincial, que seria em princípios de / 1883, o Presidente da Província convoca a Assembléia para sessão extraordinária. O objetivo da sessão seria, segundo o presidente, rever o orçamento provincial no sentido de verificar a existência de algum imposto / que poderia ser inconstitucional; a convocação da sessão extraordinária / era ordem vinda do governo geral.

Os republicanos se levantam na Assembléia Provincial para protestar contra essa sessão. Segundo os republicanos, há muitos anos constava/ no orçamento provincial de Pernambuco um imposto considerado inconstitucional, que estava prejudicando o comércio da província, e seus representantes, todos os anos, protestavam contra tal situação. Mas foi só diante de uma sedição imaginária que o governo resolveu suspender esse imposto . A falta dessa tributação traria um déficit razoável ao governo, e para resolver a quebra no orçamento do Império resolveu-se estabelecer, para todas as províncias, o imposto adicional de 10% sobre os gêneros de importação. A proposta fez criar tão forte oposição na Câmara, que o governo foi obrigado a retirar o projeto. No entanto, diziam os republicanos, o Gabinete conseguiu ainda se consolidar. Concluíam que ficava patente a influência que uma província podia exercer sobre as outras, porque foi a pro -

víncia de Pernambuco a criadora dessa difícil situação para o governo.

Parece-nos, então, que tal fato evidencia uma das principais questões de luta pela descentralização, ou seja, o norte teria poder suficiente para se impor ao governo central. Nesse caso, então, desaparecem o Poder Moderador e o Partido Político do Império para surgirem em oposição / as duas grandes zonas - o norte e o sul:

"Tratava-se de votar a lei do orçamento do império, e, quando chegou a vez de votar-se a emenda relativa à diminuição dos impostos sobre generos de exportação, verificou-se / que a votação correu anarchica, desordenada, incoherente. Votou-se, não à sombra de um principio, nem tão pouco em virtude da disciplina partidaria; mas por espirito de rivalidade de zona, confundindo em dous / grandes grupos de representantes do norte e do sul conservadores e liberaes." (23)

Os debates em torno da eliminação do sistema de trabalho compulsório também dividiram as duas grandes regiões. O norte encontrava-se, nas décadas finais do século XIX, em decadência com a sua economia praticamente estagnada, e portanto com mão-de-obra escrava ociosa. Os proprietários da região, não podendo manter essa mão-de-obra em suas terras, vendiam-na para o sul, aumentando o número de escravos nesta região, o que gerou o receio de que o Norte, sem escravos, se tornasse favorável à abolição. Os republicanos também demonstraram preocupação com o aumento de escravos, mas a inquietação maior, para eles, não era a campanha pela abolição, mas que o sul negligenciasse quanto à solução para a utilização da mão-de-obra livre. Aos problemas econômicos, acrescentava-se a séria situação das secas de 1877-79 no norte, fazendo com que boa parte do orçamento fosse desviado para atender a região. (24)

Essas questões originaram o ressentimento do sul contra o norte / a tal ponto que fez surgir, por volta de 1885, a idéia separatista, a / qual não era privilégio de alguns republicanos, pois, antes de se posicionar a favor do separatismo, Campos Salles denunciava na Câmara dos Deputados, em 1885, o perigo das idéias separatistas em função do descontentamento das regiões ricas do sul com o norte. (25)

Como os exemplos lembrados acima, existem muitos outros pronunciamentos republicanos protestando contra o domínio que o norte teria sobre / o sul. No conjunto desses exemplos vão ressurgindo o Poder Moderador, os

partidos monárquicos e o setor de classe dominante do norte, como partes/ do mecanismo de poder da organização política monárquica em que sobrava / pouco espaço para os novos setores da classe dominante surgidos no sul ./ (26) Martinho Prado Jr. expressou muito bem o sentimento que dominava no PRP:

"(...), afim de que fique consignado nos nossos annaes como procedem os presidentes de provincia deste paiz, mandados em via - gem de distracção às miseras provincias do sul, enfeudadas à prepotencia das provin - cias do norte." (27)

A citação mostra que, para os republicanos, o sul do Império - a região economicamente mais ativa do país - não possuía canais por onde pu desse expressar suas reivindicações tanto econômicas como políticas. Os / republicanos denunciavam o pouco caso do governo central para com as rei - vindicações do sul, onde até mesmo os cargos provinciais eram preenchidos por pessoas do norte. Diziam eles que tudo isso se fazia somente para ga rantir as maiorias nortistas que apoiavam o governo. (28)

Mas as questões que envolviam o debate em torno da descentraliza - ção não ficavam somente ao nível do governo geral, porque era um problema inerente à organização política que regia o país; portanto, a centraliza - ção atingia todos os níveis, não só o econômico como o político, não só / no âmbito nacional como também no provincial.

B3 - O aparelho administrativo provincial

A forte centralização monárquica, obstaculizando a vida das pro - víncias ao não lhes permitir nenhum movimento que não fosse aprovado pelo centro, transfere-se para o âmbito da própria província de São Paulo. Se - rá uma constante, no discurso republicano, as críticas à centralização da administração provincial, subordinada ao Rio de Janeiro. Destacam-se, em especial, dois aspectos na crítica republicana: a defesa das prerrogati - vas da Assembléia Provincial e as restrições ao presidente da província.

Pelo Ato Adicional de 1834, criaram-se as Assembléias Legislativas Provinciais, e esta foi uma das poucas conquistas descentralizadoras que/ permaneceu após a Lei de Interpretação do Ato Adicional em 1840. (39) Pa - rece-nos que o Partido Republicano Paulista tinha consciência da importân - cia que poderia ter essa casa legislativa como canal para suas reivindica - ções. Primeiro, porque acreditavam ser possível realizar as reformas atra

vês da lei; segundo, porque era através dela que os republicanos procuravam atuar mais concretamente na sociedade - pelo menos até 1887, como já vimos, e terceiro, porque o PRP, quando participava do legislativo, não abria mão das prerrogativas concedidas à Assembléia Provincial.

Para os republicanos, todo o desenvolvimento material da província deveria ficar a cargo da própria província: transportes por rio, por estradas de ferro, linhas urbanas, construções de pontes, de estradas, / concessão e privilégios de exploração de estradas de ferro e de rios navegáveis, eram serviços que deveriam ser decididos pela Assembléia Provincial. Também davam grande importância às discussões do orçamento, considerando uma das atribuições mais importantes do poder legislativo, tanto a nível nacional como provincial. Os debates que se davam em torno de temas como esses acabavam por levar a uma mesma questão: a centralização monárquica era o obstáculo ao desenvolvimento material da província:

"Cumpre, pois, que, sem perda de tempo, as expillamos para outro rumo, lamentando, porém, que todas as vezes que a provincia de S. Paulo tenta um passo para o progresso, / levantem-se contra seus esforços muralhas / construídas por espiritos interesseiros, azas negras a pairar de continuo sobre o nosso horizonte. E, ao lado desses interesses / inconfessaveis, é preciso dizel-o, proclamar bem alto desta tribuna, colloca-se sempre o governo geral.

Põe sempre de lado os vitaes interesses da provincia, que são os do paiz, para amparar as pretensões illegitimas e injustas..." /

(30)

Dentre as atribuições da Assembléia Provincial, os republicanos consideravam uma das mais importantes a discussão do orçamento. Criticavam as Câmaras que não atentavam para tão importante função, permitindo assim abusos por parte do poder executivo na utilização das rendas públicas. Os republicanos tinham sempre grande interesse nas discussões do orçamento provincial, tema que mais provocou a sua participação na tribuna da Assembléia.

Parece-nos que o empenho republicano nas discussões orçamentárias se devia a dois problemas. O primeiro, dizia respeito diretamente aos lavradores da província: a questão tributária. O segundo problema seria o de fazer valer as prerrogativas da Assembléia, na tentativa de se evitar/

que o poder executivo dominasse a casa legislativa provincial.

Quanto à tributação, os republicanos criticavam os pesados impostos que recaíam sobre as classes produtoras. As emendas aos projetos se/davam no sentido de diminuir os impostos sobre o café, como também sobre outros gêneros agrícolas. Eram contra a criação indiscriminada de impostos, defendendo a idéia de que não se poderia jogar a esmo com os impostos e tributos, devendo ser o orçamento estudado atentamente para que não houvesse perturbação do mesmo:

"... nós os republicanos desde os primeiros dias dos nossos trabalhos viemos a tribuna, e invocando a boa vontade e patriotismo dos illustres membros da comissão / da fazenda, procuramos fazer-lhes sentir a necessidade de se apresentar o projecto de orçamento com tempo necessario para um largo debate, porque esta era uma materia importante e que precisava de estudos sérios/ e reflectidos, para que não se dêsse o triste exemplo que já se deu de sahir daqui uma lei falsificada.

Ponderamos alem disto que tencionavamos operar grandes reduções nos impostos, principalmente nos que pesavam sobre o café, porque julgavamos indispensavel preparar a lavoura por este modo para vencer as difficuldades que a cercam de todos os lados." (31)

Além disso, a forma de utilização das rendas públicas, afirmavam/ os republicanos, era a atribuição da Assembléia, que deveria decidir sobre a receita e despesa da província, e o presidente deveria somente executar essas decisões de acordo com a vontade da assembléia. Criticavam os republicanos a interferência do presidente da província, apontando-o como um agente do poder central que não respeitava a Assembléia nas suas atribuições de decidir sobre o orçamento. Diziam os republicanos, que no sistema imperial, o legislativo elaborava e aprovava um orçamento, e o presidente gastava o dinheiro público sem considerar as decisões dos legisladores o orçamento esgotava-se em obras desnecessárias, enquanto outras / mais urgentes eram deixadas de lado:

"Eu quizerá, não que s. exc. gastasse o di-

nheiro da província, como tem feito, mas / que o fizesse conforme a determinação do / legislador, que deve representar melhor os interesses da província do que s. exc., / (...)

Eu quizera que s. exc. prestasse mais consideração ao voto de assemblêa, o respeitasse mais. Além dessa obra de natureza urgentíssima, existem outras, (...). " (32)

Assim, os republicanos privilegiavam o orçamento como área política prioritária porque a distribuição da renda pública viabilizava qualquer projeto no sentido de ampliar o progresso material da província. O PRP, como representante dos fazendeiros de café do oeste paulista, defendiam interesses específicos que não eram os mesmos do governo central. O presidente da província governava de acordo com o Rio de Janeiro, e os republicanos não só pretendiam a aplicação dos recursos da província em obras que satisfizessem as suas novas zonas cafeeiras, como procuravam fazer amplo uso de suas atribuições para discutir e propor emendas ao orçamento.

Quanto ao papel do presidente da província, é uma constante nos discursos republicanos, as críticas à falta de representatividade do mesmo:

"Neste regimen, que tem sido geralmente / condemnado como a mais poderosa organização do despotismo, o presidente da província não representa no nosso mecanismo governamental sinão a machina de transmissão que communica o movimento do centro às extremidades. Commissario do governo, a sua missão consiste mais em sustentar os interesses da política geral do que em administrar a província estudar e prover às suas / necessidades". (33)

O cargo de presidente de província era peça importante no mecanismo de governo da Monarquia Brasileira, porque funcionava como o elo que prendia as províncias ao centro, garantindo a unidade e a centralização / da estrutura de poder.(34)

Toda a administração provincial, do presidente aos demais funcionários, estava subordinada ao governo do Rio de Janeiro. O presidente da província era nomeado pelo Imperador e pelo partido que estava no poder ,

e juntamente com ele todos os seus auxiliares; as nomeações eram feitas a tendendo a interesses individuais e partidários. (35) Muitas vezes, o presidente nomeado não tinha nenhum vínculo com a província e isso provocava as mais acirradas críticas por parte dos republicanos:

"Sr. presidente, é principalmente esse regimen, que faz com que o presidente da provincia, em vez de ser verdadeiro administrador, verdadeiro governador interessado na direcção dos negocios publicos, seja um figurão/ou fidalgo, enviado para a provincia a passar alguns mezes, descançando dos lides parlamentares!" (36)

Por essa mesma razão, diziam os republicanos, os políticos nomeados desconheciam totalmente as reais necessidades da região, acarretando sérios problemas para a província:

"Sem conhecer as necessidades, os negocios da provincia, sem compartilhar as suas aspirações, sem o interesse, que é o único estimulo para bem servir um cargo naquella altura, (...), como realmente exigir que o presidente conheça os negocios da provincia, / elle, alheio a todos os seus interesses?! " (37)

Do ponto de vista do jogo político, nem sempre a maioria na As - sembléia Provincial correspondia ao partido em maioria no governo do Rio/ de Janeiro, e essas Assembléias não podiam ser dissolvidas como acontecia com a Camara dos Deputados Gerais. Na prática, essas questões criavam oposições entre a Assembléia Provincial e o presidente, porque nem sempre os seus interesses se correspondiam, e as deliberações da primeira não eram respeitadas pelo agente do governo central.

Concretamente, o PRP lutava contra o elo que funcionava como obstáculo ao progresso paulista. Os republicanos argumentavam que a deputação/ provincial era composta de paulistas e que o cargo de presidente também / deveria ser de um paulista, porque eles eram melhores conhecedores das necessidades da província, e portanto os mais aptos a dar continuidade ao deenvolvimento de S. Paulo. Na forma como era escolhido, argumentavam os / republicanos, o presidente era homem de partido, representante de seu partido, colocando portanto, os interesses partidários acima do interesse no progresso da província. A sua função era garantir o partido que estava go-

vernando e, em momentos de crise política, garantir as eleições para o governo:

"... porque os presidentes, em vez de serem administradores das províncias, são antes de tudo representantes do poder central, são representantes de partidos, e ordinariamente procuram de preferencia atender mais às conveniências partidarias do que aos sérios melhoramentos da provincia." (38)

Não só a administração provincial estava muito aquém das reais necessidades da província e não correspondia à sua expansão, mas também, do ponto de vista político, a região não via seus interesses resguardados, nem na província, nem perante o governo do Rio de Janeiro. Essa situação/desfavorável para São Paulo tinha sua origem nas instituições que regiam o país; portanto, era necessário reformar as instituições:

"Mas, condemnando assim a administração da provincia, os republicanos são justos, sr. presidente, porque antes de condemnarem o presidente da provincia, elles condemnam o regimen centralizador, do qual o presidente é apenas um organ." (39)

C. - As propostas republicanas

Ao analisarmos as propostas republicanas sobre descentralização, verificamos que estas também apresentam uma periodização acompanhando as mudanças de postura ocorridas no partido na fase da propaganda. No período inicial, compreendido entre 1872 e 1888, e marcado pela moderação, o Partido Republicano pretendia através de reformas graduais, realizar a descentralização administrativa até chegar a seu objetivo: a República / Federativa. Neste período, os republicanos não aceitavam a revolução como meio de realização de seu programa, e adotavam a estratégia de realizar / gradualmente as reformas e assim eliminar por partes o mecanismo monárquico:

"Em quanto, porém, não pudermos realizar o nosso pensamento, empenharemos todos os esforços para o fim de conseguirmos as lances que ainda possam ser consideradas / compatíveis com a actual organização poli-

tica, como escala ascendente para chegarmos à realização do nosso ideal." (40)

No segundo período, compreendido entre 1888 e 1889, o partido afirmava que a autonomia provincial e a monarquia eram inconciliáveis, por que a autonomia deveria ser necessariamente política e administrativa, e na forma de uma federação, o que, segundo os republicanos, seria incompatível com o regime vigente na época. Neste segundo período, o PRP passa a participar de agitação na rua e a solidarizar-se com os militares dissidentes.

C-1 - 1872 a 1888

A primeira proposta do Partido Republicano Paulista era a convocação de uma Constituinte. Para ele, todos os desvios cometidos, não só na administração como também na política, tinham suas origens nas instituições existentes no Brasil, e a essência delas seria o poder centralizador garantido pela Carta Constitucional de 1824. Para corrigir esses desvios/era necessário reformar a Constituição, e eliminar da carta brasileira os elementos de perturbação. Tal proposta nasce com o Manifesto de 03 de dezembro de 1870, aceita pelo Partido Republicano de São Paulo e permanecerá em seu programa político até 1888. (41)

A proposta de convocação de uma Constituinte era uma das formas / de se atingir o objetivo do partido de fazer as reformas de maneira gradual para chegar ao fim desejado, a república. O PRP, como já vimos, por muitos anos não aceitou a transformação da sociedade pela via revolucionária, e até 1887/1888 a conduta adotada por ele era a de participação nos/órgãos legislativos, apresentando propostas que eliminassem "por partes " a monarquia. A propaganda em torno da Constituinte visava a revisão da / carta em torno dos artigos garantidores do Poder Moderador. Como os republicanos entendiam que a monarquia tinha como essência a centralização , sem o Poder Moderador que personificava esse unitarismo, ela desmoronaria. Dessa forma, pelas vias legais e pacíficas, chegar-se-ia à república e ao estabelecimento da Federação.. (42)

A proposta permitiria ao partido, durante este período inicial , levar avante sua estratégia política para atingir a República Federativa/na medida em que a Constituinte abriria espaço para a discussão do Poder/Moderador, debate realizado entre os próprios monarquistas. Para realizar tal tarefa, o PRP toma como interlocutores os liberais, afirmando que a centralização representava a situação de perturbação em que se encontrava o país e que era, portanto, necessário, para resolver essa questão, colocá-la em debate pelo Partido Liberal porque a ele caberia o papel de trans-

formar:

"Mas, senhores, o que eu lamento é que, existindo neste paiz um partido organizado, e que pela sua indole e pelas suas tradições diz ter tomado o compromisso de trabalhar pela eliminação de todos os obstáculos opostos à acção benéfica da liberdade, em todas as suas manifestações, todavia este partido não tenha tido a coragem de levantar-se soberanamente diante desse poder, começando por trazer a própria carta constitucional a uma revisão total, completa, sem restricções porque, senhores, é preciso dizel-o, o partido liberal tem commettido o grande crime de não propor, mas resolutamente, que o paiz seja convocado para fazer a sua constituição." (43)

Era para o terreno da discussão do programa político e sua realização que o Partido Republicano chamava o Partido Liberal, criticando-o por não realizar a reforma democrática. No nosso entender, era essa uma das formas do partido definir o distanciamento entre seu programa e o liberal, que também pregava a descentralização.

Ao lado dessa proposta mais ampla, o PRP defendia outras que visavam a descentralização administrativa para as províncias. No Programma / dos Candidatos (44), elaborado para as eleições de 1881, o partido sistematiza suas reivindicações. Propunha-se a lutar por três reformas: a electividade do presidente da província, a separação da administração geral / da provincial e a autonomia financeira.

Em primeiro lugar, o PRP argumentava que o presidente era um funcionário da província, e portanto ela é que deveria escolhê-lo, porque era preciso que o administrador da província não só se identificasse com os interesses da mesma como conhecesse suas necessidades.

Apesar dessa reforma estar incluída entre as administrativas, no nosso entender ela atinge a esfera política, na medida em que os republicanos consideravam que o presidente deveria ser eleito apenas pelas Câmaras Provinciais reunidas - a Câmara e o Senado provincial, que também o PRP propunha criar. Se fosse assim eleito o presidente, evidentemente o controle sobre o executivo sairia das mãos do governo geral e iria para o

controle do legislativo provincial.

Para que se efetivasse a primeira proposta, seria necessário implementar a segunda e separar a administração geral da provincial. Ao presidente da província caberia tão somente a administração da mesma, desligada do governo geral, ao mesmo tempo que os negócios da administração geral na província não sofreriam a fiscalização do poder provincial. Negócios gerais tratados na província ficariam a cargo de funcionários do governo central e independentes do presidente da província, da mesma forma/que negócios provinciais ficariam a cargo de funcionários do governo provincial, principalmente o presidente e a legislatura bicameral. Citando /Tavares Bastos, que tinha um plano específico para a redistribuição dos /serviços provinciais, o Programma dos Candidatos de 1881 propunha que fossem transferidas para as províncias o controle do culto público, seminários, justiça de 1.ª instância, pessoal e material de polícia, auxílio à força policial das províncias, guarda nacional, serviços das colônias e com imigração, catequese, garantias de juros às estradas de ferro e subvenção às empresas de navegação a vapor.

Finalmente, a autonomia da administração provincial deveria estar acompanhada da autonomia financeira:

"Não basta entretanto a simples divisão dos serviços: é substancial também a separação/ de rendas, pelo menos quanto baste para / subvencioná-los na justa medida das exigências e das necessidades da administração . A descentralização financeira é o seu indispensável complemento." (45)

Argumentavam os republicanos que, tanto quanto o Estado, as províncias também tinham obras a realizar, necessitavam de recursos para expandir as suas riquezas. Por essa razão, uma parte da renda precisaria ficar na província.

A forma proposta pelo PRP para se fazer a descentralização financeira tinha como modelo o dos Estados Unidos da América do Norte, considerado por ele o mais perfeito:

"Nos Estados Unidos, sob o regimen da mais ampla descentralização, é quasi nulla a / restrição opposta pelos poderes geraes da União à vida economica dos estados.

Excepção feita dos artigos de importação e exportação, as legislaturas dos estados po-

dem livremente organizar a sua receita orçamentária levantando os impostos que julgarem necessários para a satisfação das / suas necessidades.

.....
Da combinação d'estas disposições resulta/ que n'aquelle paiz a exportação está isenta de impostos, e a importação só pôde ser tributada pelos poderes geraes da União. / Por consequência toda a restricção opposta aos estados consiste em não poderem estes/ tributar os artigos de importação.

É este certamente o systema que mais se adapta á indole e ás tendencias do partido/ republicano brasileiro." (grifo nosso) / (46)

Essa citação, a nosso ver, é muito significativa, porque define / quais eram os interesses do partido quanto à vida econômica da província, quer dizer, esta deveria ser livre para organizar sua economia. Acreditamos que o texto explica um dos principais interesses do Partido Republicano Paulista ao propor a descentralização financeira, e mais, deixa clara/ a razão fundamental de sua luta por uma república federativa, que era libertar o setor econômico, detentor da riqueza na província, dos mecanismos do poder centralizador.

O Programma dos Candidatos propunha que fossem transferidas para/ as províncias as seguintes contribuições: imposto de transmissão de propriedade, o das indústrias e profissões, o pessoal e dos vencimentos, a taxa de escravos (com aplicação ao fundo de emancipação), a décima adicional, o selo do papel fixo e o proporcional, renda dos terrenos diamantinos e os foros dos terrenos da marinha. Em contrapartida, deveriam também ser transferidos para as províncias serviços como: presidências das províncias, culto público, seminários, justiça de 1.ª instância, pessoal e material de polícia, auxílio à força policial das províncias, guarda nacional, serviços das colonias e com a imigração, cataquese, garantias de juros às estradas de ferro, subvenção às empresas de navegação a vapor . A transferência das rendas para as províncias não causaria desequilíbrio/ no orçamento geral do Império porque haveria, como vimos, também uma / transferência de serviços para a esfera provincial. Quanto aos municípios, propunha a autonomia administrativa e econômica dos mesmos para melhor de

envolverem seus negócios, desde que não estivessem contra as deliberações provinciais ou nacionais. (47)

Estas seriam as propostas mais amplas estabelecidas no "Programma" quanto à descentralização. Sabiam os republicanos que elas não seriam tão facilmente aceitas, porque o Partido Conservador não aceitava a descentralização nem tinha interesse em reformas mais profundas, e o Partido Liberal não conseguia chegar a um consenso em relação a questão; por essa razão, o debate se arrastou por todo o segundo reinado. No nosso entender, a questão era muito delicada porque, apesar de aparecer como reforma administrativa, implicava também a discussão de reformas no aparelho de Estado Monárquico, o que dava às propostas um caráter político.

C-2 - 1888/1889

A partir de 1887, as agitações crescem na província de São Paulo. (48) O PRP, como já vimos, não está alheio a essas mudanças e prega abertamente a necessidade de transformação do regime político como forma de solucionar os problemas enfrentados pela sociedade brasileira.

Por essa mesma época, o debate sobre descentralização toma novas formas. A autonomia provincial passa a ser encarada como um problema essencialmente político, e os republicanos definem mais claramente suas idéias em torno da questão, e negam a possibilidade da coexistência entre monarquia e federação. A partir de 1888, os conceitos de descentralização, autonomia e monarquia passam a ser definidos com maior precisão. Autonomia e descentralização significariam a transferência, para a esfera provincial, de todas as decisões administrativas e políticas referentes à mesma. Isso quer dizer, que a província se tornaria soberana, o que implicaria negar a monarquia qualquer possibilidade de reformas por ser ela fundamentalmente unitária:

"Embora sinceros, leaes, resolutos e decididos como eu creio que são os meus illustres adversários liberaes, no empenho de fazer effectivas as suas aspirações, hão de ser detidos em seu caminho por obstáculos formidáveis resultantes do cuidado e esforço do poder central para manter suas prerrogativas e não enfraquecer seus privilégios, obstáculos que se tornarão invencíveis se fôr mantida a pretensão de consorciar a federação que é o fraccionamento da

da soberania com a monarchia, que é a concentração della na dynastia privilegiada e portanto, o unitarismo." (49)

Essa mudança na atitude do Partido Republicano Paulista, no nosso entender, muito tinha a ver com dois fatos de grande relevância política/para eles. O primeiro seria a proximidade do III Reinado, e o segundo, o avanço no programa descentralizador por parte do Partido Liberal.

Em 1887, mais uma vez a Princesa Izabel assume, como regente, o trono do Brasil. Por essa época, dizia-se que D. Pedro II estava muito enfermo e incapacitado para continuar governando o país. (50) O Jornal / "A Provincia de São Paulo", através de seus editoriais, questiona o vazio de poder existente em 1887 em função de que não se sabia ao certo o que estava ocorrendo com o monarca e quem estava governando de fato. (51)

O ano de 1888 traz consigo um novo acontecimento, a abolição da escravatura, que aumenta a expectativa em torno do III Reinado. A extinção do regime de trabalho escravo já era um fato consumado em 1888, tratava-se apenas de convertê-lo em lei. Ainda assim havia, além da resistên-cia por parte de alguns setores da sociedade, causando sérias discussões/na Câmara dos Deputados, num aumento de violência: escravos fugindo e alguns senhores tentando reprimir as fugas no interior. (52) As resistên-cias e conflitos levaram a princesa Izabel a demitir, em 10 de março de 1888, o Gabinete Conservador de Cotegipe, chamando outro conservador, João Alfredo, para organizar o gabinete e fazer aprovar a lei que aboliria a escravatura no Brasil. (53)

Estes acontecimentos obrigam o PRP a reavaliar suas posições quanto à forma proposta por ele de encaminhar seu programa em torno da Repú-blica Federativa. Tal reavaliação surge em forma de Manifesto como resultado do Congresso realizado pelo partido em maio de 1888. O documento, datado de 24 de maio de 1888, é na essência a negação absoluta do III Reinado e a ruptura definitiva entre o Partido Republicano de São Paulo e a Monarquia. (54) Nesse manifesto, não é a abolição da escravidão o problema/fundamental, o que, aliás, foi aplaudido pelo partido (55), mas as atitudes da regente. Acusavam, os republicanos, o oportunismo da princesa em realizar a Lei Áurea como forma de garantir o seu futuro reinado e salvar o trono das agitações que abalavam o país. E, mais importante ainda no /nosso entender, o cerne do documento era a denúncia da demissão do gabinete. Quer dizer, a princesa continuaria a utilizar a mesma política de seu pai: antes mesmo de subir ao trono estava fazendo valer a sua vontade enquanto Poder Moderador. (56) O Terceiro Reinado representava a parmanên-

cia de tudo o que os republicanos negavam, e é por isso que o Manifesto / termina com uma convocação a todos os republicanos para uma ação mais revolucionária:

"No meio da dispersão dos elementos conservadores da sociedade brasileira, o nosso / trabalho neste momento é de integração das forças revolucionárias e consequentemente/ só termos hoje um postulado:

A REPÚBLICA.

Assim, o partido republicano, pelos seus / representantes reunidos em congresso, para tornar eficaz esse trabalho de integração das forças revolucionárias, resolveu:

I - Combater o 3º reinado em todos os terrenos em que as circunstancia o collo - que.

II - Entrar em acção mais vigorosa, combi - nando todos os esforços e meios de levá-la a effeito - talentos, actividades, recur - sos pecuniários, sympatias populares, in - fluencia da tribuna da imprensa e dos / "meetings", e levando o exemplo, o auxílio e a protecção a todos os pontos onde sua / acção possa e deva chegar.

III - Investir a autoridade directora do partido de plenos poderes para coordenar / esses esforços, levantar e combinar os me - ios de acção e imprimir na vida do partido mais vigor, mais animação, mais enthusias - mo por maior concurso de todas as classes/ sociaes." (57)

A citação é um pouco longa, mas, a nosso ver, é muito significativa porque sintetiza bem o pensamento e a proposta fundamental do Partido/ Republicano Paulista, neste segundo período de 1888-1889. A proposta era lutar pela via revolucionária, para estabelecer a República no Brasil.

Outro fato, também significativo, que obrigou o PRP a radicalizar a sua propaganda e a sua atuação na sociedade, foi a conduta do Partido Liberal que assumia também, nesse momento em que era governo, um programa descentralizador. Mais uma vez abre-se o confronto entre republicanos e

liberais, obrigando os primeiros a se redefinirem na sua luta pela República para evitar a diluição de seu programa pretendida pelo partido monárquico. (58)

Em 1888, o Partido Liberal, reunido em Congresso, vê desfraldada a bandeira da federação pela sua ala mais radical. Em 1889, o Gabinete Liberal de 15 de junho, chefiado por Ouro Preto apresenta um programa considerado extremamente avançado, do qual constava a autonomia provincial e municipal. Tinha, este ministério, o intuito claro de barrar o avanço da luta pela República. (59) Frente a tais fatos, o Partido Republicano Paulista impõe-se a tarefa de combater a federação na forma defendida pelos liberais - que pretendiam conciliar monarquia com federação - através de uma discussão em torno da incapacidade do regime de absorver a idéia federativa, buscando colocar um limite entre eles e o Partido Liberal.

Essa situação política, no nosso entender, permitiu ao PRP manter a sua unidade, que havia sofrido um fracionamento em função das discussões internas sobre o separatismo, mantendo a coesão em torno da idéia federativa, como veremos a seguir.

C-3 - Separatismo

Apesar do separatismo não ser uma proposta levada avante pelo partido como um todo, ele merece a nossa atenção porque consubstanciou-se na proposta de uma parte do partido, sendo objeto de debate, muitas vezes radicais, no interior do Partido Republicano Paulista.

Parece-nos que Emilia Viotti está correta quando afirma:

"No Congresso do Partido Republicano, entretanto, embora vários políticos falassem a favor do separatismo, entre os quais Horácio de Carvalho, Campos Sales, Alberto Sales e Jesuino Cardoso, a idéia não se impôs, contando com a oposição e a resistência de outros elementos igualmente importantes como Júlio de Mesquita e Glicério." (60).

A leitura das atas do Congresso do PRP realizado entre 30 de maio e 19 de junho de 1887, ao qual a autora se refere, confirma sua análise. (61) O Partido Republicano Paulista de fato, não chegou a assumir oficialmente uma postura frente à questão do separatismo, porque não houve acordo entre seus partidários.

O debate em torno desse tema só aparece para o partido no Congresso de 1887. (62) Até este ano, os discursos republicanos na Câmara dos Deputados e na Assembléia Provincial falavam em descentralização política e administrativa como a forma de solucionar os problemas da sociedade brasileira. Em 1885, encontraremos algumas referências às agitações separatistas. Mas não há, inclusive no discurso de Campos Salles, qualquer menção no sentido de aceitação dessa idéia - o que há é uma defesa da descentralização, procurando mostrar que a idéia não representava desmembramento, e vinha acompanhada de uma advertência de que a centralização estava provocando os sentimentos separatistas que se alastravam pelo país:

"Ouço dizer, sr. presidente, (...), que a descentralização será o desmembramento. Direi ao contrário: a descentralização será a unidade nacional.

.....
(...) Algumas províncias começam a inquietar-se com a situação em que se acham já / começam a compreender que o poder central é um obstáculo oposto à sua marcha de / prosperidade, e é d'ahi que começa a surgir o sentimento de separação." (63)

Apesar da advertência, a proposta de Campos Salles ainda girava / em torno da descentralização político-administrativa do governo. Somente em 1887 o Partido Republicano Paulista discute a questão separatista em Congresso que se realizou de 30 de maio a 1º de junho. No segundo dia do Congresso, foi apresentada uma moção defendendo a idéia separatista. Os considerandos que fundamentavam a moção eram idênticos às razões apontadas para a luta pela federação. Quer dizer: na forma como estava estabelecida a Carta Constitucional o único poder que existia de fato era o Poder Moderador, e nada se conseguiria dentro desse regime centralizador, que paralisava o desenvolvimento das províncias em benefício do centro, e que servia para garantir as maiorias nortistas que o apoiavam sem que recebessem algum benefício. Propunha a moção que o Partido Republicano de São / Paulo teria por fim a República, aceitando entretanto, como meio de sua realização, o princípio da separação das zonas do sul das do norte do Império.

A discussão desse moção ficou adiada para o dia seguinte, quando / houve novas discussões; também no terceiro dia não houve acordo entre os membros do congresso, ficando a discussão sobre separatismo adiada para o Congresso de 1888:

"O cidadão Francisco Glicerio pergunta si não seria conveniente adial-a (a discussão sobre separatismo) para outro congresso... Posta a votos o requerimento por partes , venceu-se que o addiamento seja até a sessão ordinaria do Congresso (de 1888)." / (64)

O Partido Republicano não consegue resolver a questão do separatismo durante o Congresso realizado em 1887, porque as posições contra e a favor / da idéia mantiveram um equilíbrio de forças que não permitiu um acordo, ameaçando seriamente a coesão partidária. Casalecchi afirma: "O Congresso do Partido Republicano Paulista de 1887 condena essa prática" (do separatismo) . (65) No nosso entender, o partido não consegue oficialmente expor uma opinião quanto à questão.

Estas discussões sobre separatismo também ocorrerão, de forma acirrada, através de jornais, mas não em nome do partido. Na "Província de São Paulo", nos meses de junho e julho de 1887, logo após o Congresso, quase que diariamente saíam artigos sobre a questão. A discussão tornou-se acirrada a ponto de se chegar a acusações mútuas: um grupo, o dos "evolucionistas", era assim chamado porque teria feito com que o partido caminhasse a reboque dos acontecimentos; o outro grupo foi chamado de "revolucionário" pois pregava a revolução, sem homens nem meios para fazê-la. (66)

Mas a divisão causada pelo separatismo não se transformou numa ruptura do PRP porque outros problemas se impuseram com prioridade e sobre eles / não havia divisões dentro do partido. Nesse mesmo ano de 1887, a própria "Província" traz muitos artigos sobre a enfermidade do Imperador e a eminência do III Reinado. Durante o ano de 1888, essa situação se agrava porque acrescenta-se a ela o fato de a princesa regente ter assinado a Lei Áurea, / com o que a monarquia tenta conquistar um trunfo político. Acreditamos que / estes fatos, já por nós analisados, permitiram novamente a unidade do partido, tanto é que o Congresso realizado em maio de 1888 terá como resultado / principal um longo manifesto contra o III Reinado. (67)

O partido procurava, em 1888, solidificar sua organização, preocupando-se fundamentalmente em combater o III Reinado no que ele representa enquanto regime centralizador. Frente então a um problema que dizia / respeito a todo o partido, a questão do separatismo ficou minimizada, prevalecendo, como disse Viotti da Costa, a luta pela República Federativa .

E o Manifesto de 1888, do Partido Republicano Paulista, deixa bem claro / quais eram o seu objetivo e sua proposta nos dois últimos anos do regime monárquico: combater a monarquia por todos os modos e instalar a República Federativa no Brasil.

N O T A S

- (1) - Os republicanos brasileiros dividiam-se em dois grupos: os adeptos da federação, que estariam mais vinculados à ideologia liberal, e os adeptos de um regime ditatorial, ligados à escola positivista e favoráveis a uma solução militar para a crise do regime monárquico brasileiro.

Cf. Alberto Salles; Catecismo Republicano, em Luis Washington Vi - ta; Alberto Salles Ideólogo da República, (São Paulo: Companhia E - ditora Nacional, 1965).

Sobre positivismo: Cruz Costa, João; Contribuição à História das / Idéias no Brasil, (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1956)

Para São Paulo:

Cf. Viotti da Costa; Da Monarquia... p.p. 309 a 317.

Schwartzman; 112.

- (2) - Não é objetivo do nosso trabalho entrar na discussão sobre a república federativa e república positivista ou militarista.

Cf. Schwartzman; Cap. V "A República Velha: Desequilíbrios Regionais e Descentralização", idem 1 "De Províncias a Estados", pp. / 106-109.

- (3) - Será só a partir de 1887 que encontraremos referências demonstrando simpatia dos republicanos paulistas pela questão militar. Até essa data, o PRP via a questão militar como um perigo eminente de uma revolução interna.

- (4) - Assembléia Provincial - 1883, Rangel Pestana, sessão extraordinária de 30 de dezembro de 1882, p. 481.

- (5) - Para os republicanos, centralização significava que toda a estrutura de poder e todo o aparelho administrativo estava subordinado a um único centro, e nada se realizava sem a aprovação desse poder / central. Descentralização significava autonomia para as províncias, e poderia ser simplesmente autonomia administrativa, como defendia a ala mais radical do Partido Liberal, ou autonomia administrativa e política, e neste caso seria a federação como era defendida pelo PRP.

Sobre a relação centralização monárquica e províncias, ver o estudo de:

Iglésias, Francisco; principalmente pp. 19 a 55.

Sobre centralização - descentralização:

- Faoro; capítulos IX e X, pp. 313 a 397.
Sobre conceito de federação:
Melo Franco, Afonso Arinos (de); pp. 13 a 16.
- (6) - Programma dos Candidatos, p. 14.
Trecho extraído do Manifesto Republicano de 1870.
- (7) - Campos Salles; Da Propaganda a Presidencia, p. 229.
- (8) - Programma dos Candidatos; pp. 7 a 18.
Campos Salles; Os Deputados Republicanos..., 27 de fevereiro de /
1888, pp. 333 a 380.
- (9) - Campos Salles; Assemblêia Geral, 11 de junho de 1885 (São Paulo: /
Typografia da "Provincia", 1885).
Campos Salles; Os Deputados Republicanos..., 24 de fevereiro de /
1888, pp. 271-326.
- (10) - O exemplo de uma república unitária, para os republicanos, era a
França, da 3a. República que, segundo eles, ainda carregava muitos
vícios do antigo regime.
Cf. Campos Salles; Os Deputados Republicanos..., p. 302.
- (11) - Campos Salles; Os Deputados Republicanos..., pp. 296.297 e 299.
- (12) - Cf. Buarque de Holanda; p. 59 a 78.
Conrad; pp. 88 a 111.
- (13) - Cf. Viotti da Costa; Da Monarquia à República, pp. 301 a 304.
- (14) - Campos Salles; Câmara dos Deputados , sessão de 11 de junho de /
1885.
Prudente de Moraes; Câmara dos Deputados, sessão de 11 de Maio de
1885.
Campos Salles; Os Republicanos Paulistas..., sessão de 24 de feve -
reiro de 1888, pp. 271 a 329.
- (15) - Cf. Campos Salles; Câmara dos Deputados, sessão de 25 de agosto de
1885, (Rio de Janeiro; Imprensa Nacional, 1885), p. 6.
Cf. também:
Thomaz Jefferson (F. Ralgel Pestana); O Partido Republicano na...,
pp. 13 a 17.
Manifesto do Partido Republicano de 3 de dezembro de 1870; em Pes-
soa; Reynaldo Carneiro; A Idéia Republicana no Brasil..., pp. 39 -
62.
- (16) - Em dezembro de 1887 a Camara de São Borja, no Rio Grande do Sul, /

enviou ao governo provincial uma petição pedindo a revisão da Carta Constitucional, especificamente para rever a sucessão do trono. Essa atitude dos vereadores de São Borja foi seguida pelas Câmaras de São Simão, São Vicente, São João da Boa Vista, Itatiba e Botucatu, todas na província de São Paulo. A Câmara de São Borja foi suspensa, e os vereadores de São Paulo que votaram pela petição foram demitidos; isso se deu por ordem do governo imperial. Tais questões foram objeto de largo debate na Assembléia Provincial de São Paulo, visto que o direito de petição era garantido pela Carta Constitucional.

Cf. Bernardino de Campos; Os Deputados Republicanos..., sessão de 06 de fevereiro, pp. 157 a 194; sessão de 08 de fevereiro, pp. 197 a 220; sessão de 21 de fevereiro, pp. 223 a 268.

- (17) - Martinho Prado Jr.; Os Deputados Republicanos..., sessão de 08 de março, p. 523.
- (18) - Cf. Prudente de Moraes; Câmara dos Deputados, sessão de 3 de junho de 1885.
- (19) - A Epocha, "O deficit, os novos impostos e a centralização", 02 de novembro de 1879, nº 5.
- A Provincia de São Paulo, 08 de fevereiro, 14 de abril e 24 de abril de 1887.
- Atas do PRP, 1887.
- (20) - Cf. Campos Salles; Os Deputados Republicanos..., 24 de fevereiro, pp. 277 e 284.
- (21) - Cf. Castro Carreira; pp. 571-573.
- (22) - Cf. Murilo de Carvalho; p. 171.
- (23) - Cf. Assembléia Provincial; Campos Salles, 03 de janeiro de 1883, p. 27.
- (24) - A Epocha; "O deficit, os novos impostos e a centralização", 02 de novembro de 1879. nº 05.
- (25) - Campos Salles; Camara dos Deputados, 11 de junho de 1885.
- (26) - É interessante observar os dados fornecidos por Murilo de Carvalho onde podemos verificar, em relação ao quadro de Ministros e de representação provincial, o grande número de políticos do norte - principalmente Bahia - seguidos dos de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

- Cf. Murilo de Carvalho; pp. 104-105 e p. 170.
- (27) - Cf. Assembléia Provincial; Martinho Prado Jr., 31 de janeiro de / 1883, p. 198.
- (28) - Cf. Atas do PRP; 1887.
Assembléia Provincial; Campos Salles; 03 de janeiro de 1883, pp. 24 a 28.
Idem; Martinho Prado Jr., 23 de fevereiro de 1883, pp. 460 a 466.
Idem; Rangel Pestana, 30 de dezembro de 1882, maio de 1883, pp. / 480 a 483.
- (29) - Cf. Iglésias; pp. 19 a 35.
- (30) - Cf. Assembléia Provincial; Martinho Prado Jr., 23 de fevereiro de 1883, p. 465.
- (31) - Cf. Assembléia Provincial; Campos Salles, 01 de abril de 1882, p. 504.
- (32) - Cf. Assembléia Provincial; Prudente de Moraes, 10 de março de 1883, p. 419.
- (33) - Cf. Programma dos Candidatos; p. 09.
- (34) - Pelas leis imperiais, o presidente de província controlava todo o aparato policial e eleitoral na província, dois elementos fundamentais de coersão garantindo o partido do governo e a própria centralização do poder.
Cf. Werneck Sodré; pp. 101 a 108.
Schwartzman; pp. 106. a 109.
- (35) - Cf. Iglésias; p. 55.
- (36) - Cf. Assembléia Provincial; Prudente de Moraes; 10 de março de 1883, p. 413.
O cargo de presidente de província fazia parte da carreira política dos homens da época. Servia para os políticos formarem uma base, fora de suas províncias de origem, para conquistar uma cadeira na Câmara dos Deputados ou mesmo para o Senado.
Cf. Iglésias; pp. 36 a 55.
Murilo de Carvalho; pp. 94 a 96.
- (37) - Cf. Assembléia Provincial; Prudente de Moraes; 10 de março de 1883, p. 413.
- (38) - Cf. Prudente de Moraes; Os Deputados Republicanos..., p. 387.
Também: Assembléia Provincial; Prudente de Moraes, 26 de março de

- de 1879, 10 de março de 1883.
- (39) - Cf. Assembléia Provincial; Prudente de Moraes, 10 de março de 1883, p. 413.
também: Rangel Pestana, 03 de março de 1883, pp. 566 a 573.
- (40) - Cf. Programma dos Candidatos; pp. 15-16.
- (41) - Cf. Manifesto do Partido Republicano, de 1870; em Reynaldo Pessoa; A Idéia Republicana..., pp. 39 a 62.
Thomaz Jefferson (Rangel Pestana); pp. 13 a 17.
Martinho Prado Jr.; Os Deputados Republicanos..., 08 de março de 1888, pp. 489 a 530.
A proposta de convocação de uma Constituinte não era privilégio republicano. Uma parcela do Partido Liberal também pugnava por esta/ proposta, como já vimos em relação à reforma eleitoral. (Buarque / de Holanda; pp. 195 a 238).
- (42) - Campos Salles; Assembléia Geral, 11 de junho de 1885.
Idem; Camara dos Deputados, 25 de agosto de 1885.
- (43) - Idem; idem, 25 de agosto de 1885, pp. 7 e 8.
- (44) - Programma dos Candidatos; pp. 6 a 18.
- (45) - Programma dos Candidatos; p. 11.
- (46) - Programma dos Candidatos; pp. 13-14.
- (47) - Programma dos Candidatos; p. 18.
- (48) - Cf. Conrad; pp. 290 a 327.
Buarque de Holanda; p. 287.
- (49) - Assembléia Provincial; Bernardino de Campos, 08 de março de 1889 , p. 323.
- (50) - Buarque de Holanda; pp. 287-288 e 349-350.
- (51) - A Provincia de São Paulo; 29 de abril, 05 de maio, 12 de maio d 12 de junho de 1887.
- (52) - Conrad; pp. 290 a 327.
- (53) - Cf. Beiguelman, Paula; pp. 138-139.
- (54) - "Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888" ; em Pessoa, Reynaldo Carneiro; A Idéia Republicana..., pp. 94 a 105.
- (55) - "Manifesto de 1888"; pp. 95-96.
- (56) - "Manifesto de 1888"; pp. 103-104.
- (57) - "Manifesto de 1888"; p. 105.

- (58) - Cf. Organização e Programas Ministeriais - Regime Parlamentar do Império; (Rio de Janeiro; Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Arquivo Nacional, 1962), p. 245.
Este livro reproduz dos Anais da Câmara dos Deputados, o seguinte diálogo entre Ouro Preto e um parlamentar quando aquele, presidente do Conselho, expunha o seu programa descentralizador:
"O Sr. Pedro Luís:- É o começo da República.
O Sr. Visconde de Ouro Preto (Presidente do Conselho):- Não: é a inutilização da República."
- (59) - Cf. Werneck Sodré; pp. 360.-361.
Buarque de Holanda; pp. 355-356.
Organização e Programas Ministeriais..., pp. 243 a 249.
- (60) - Cf. Viotti da Costa; Da Monarquia..., p. 316.
- (61) - Cf. Atas do PRP; 1887.
- (62) - Cf. Atas do PRP; de 1880 a 1888.
- (63) - Cf. Campos Salles; Câmara dos Deputados, 11 de junho de 1885, pp. 33 a 36.
- (64) - Atas do PRP; sessões de 30-31 de maio a 19 de junho de 1887.
- (65) - Cf. Casalecchi; p. 48.
- (66) - Cf. A Província de São Paulo; principalmente: 28 de abril, 09 de / junho, 11 de junho, 12 de junho de 1887.
- (67) - Cf. Manifesto do Partido Republicano Paulista; em Pessoa, Reynaldo Carneiro; A Idéia Republicana..., pp. 94-105.

C O N C L U S Ã O

O Partido Republicano Paulista surgiu como expressão política dos fazendeiros de café do oeste paulista, representando a resposta alternativa desse setor da classe dominante, que não via no Estado Imperial, e em sua política, a solução para os problemas surgidos na sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XIX.

O programa e as propostas do PRP eram perfeitamente definidos para atender aos interesses de uma parcela dos fazendeiros paulistas que se sentiam obstaculizados pela política centralizadora da monarquia. Mas não podemos considerar o PRP como representativo de toda a lavoura de São Paulo, visto que questões como mão-de-obra e descentralização impediam tal representatividade.

Parece-nos que a explicação para essa não-representatividade, encontramos-a sobretudo no problema mão-de-obra. As velhas regiões paulistas, com as suas lavouras esgotadas, não tinham as mesmas possibilidades de encontrar trabalhadores como os fazendeiros das áreas novas. Divergiam bastante quanto à forma de se fazer a eliminação do trabalho escravo e a introdução do imigrante como trabalhador assalariado. (1) Enquanto as áreas mais antigas de produção do café tendiam a prolongar o trabalho do escravo (2), as áreas mais novas buscavam a solução para o problema na introdução do imigrante. E a política do PRP era clara quanto à questão: utilizar-se do escravo enquanto não se tem mão-de-obra livre em quantidade que permita suprir toda a lavoura mas, paralelamente a isso, empregar / seus esforços para a transformação se dar o mais rápido possível e sem abalos para a produção cafeeira.

A reorganização do mercado de trabalho era portanto uma das principais bandeiras de luta do Partido Republicano Paulista. Essa reorganização passava pela extinção da escravidão, sem prejuízos para a grande lavoura, e a formação do mercado de trabalho baseado na mão-de-obra livre.

A falta de estabilidade no fornecimento de braços para a lavoura estava presente nas décadas finais do século XIX na medida em que a escravidão como sistema regular de trabalho, com as leis de 1850 e 1871, ia-se extinguindo, e a imigração para a lavoura, até 1885, não recebia incentivos do governo que prestava seus serviços em apenas um aspecto - a colonização.

São Paulo, como principal província produtora de café, encontrava

-se, a partir das décadas de 1870 e 1880, em expansão crescente, abrindo frentes pioneiras; necessitava, pois, contar com um abastecimento regular de mão-de-obra. O fornecimento de trabalhador se realizava através do tráfico interprovincial de escravos e, posteriormente, da imigração. A falta de um abastecimento regular de mão-de-obra era um fato concreto durante / as décadas de 1870 e 1880, pois que a imigração em ritmo crescente só se inicia a partir de 1885.

Frente a tal situação, o Partido Republicano Paulista tinha idéias claras e definidas quanto à necessidade de se reorganizar o mercado de trabalho. A questão da mão-de-obra era econômica, e muito mais ampla do que a discussão em torno da eliminação da escravidão; o problema estava / em se estabilizar o mercado de trabalho, permitindo a continuidade do desenvolvimento cafeeiro da província.

O PRP explicitava também, de forma clara, o modo pelo qual deveria se reorganizar o mercado de trabalho. Inicialmente, a substituição de veria ser feita de forma pacífica, absorvendo o movimento abolicionista e evitando a transformação pela violência; a eliminação da escravidão deveria se dar de maneira gradual, eliminando por partes essa instituição. Os republicanos sabiam inevitável o fim da escravidão e buscavam, então, os meios de realizar a reforma sem grandes prejuízos para a lavoura.

Todos os projetos defendidos pelo PRP definiam-se no sentido de controlar a eliminação dessa instituição. Ao mesmo tempo em que buscavam / a criação de condições para a introdução do trabalhador livre, procuravam também obstaculizar o aumento da população escrava na província. O apoio / republicano à emancipação do escravo é tanto maior quanto as possibilidades crescentes de encontrarem trabalhadores livres.

Parece-nos, então, que não se pode generalizar para o Partido Republicano Paulista - como um todo - a interpretação de que seriam escravocratas, ou de tendências escravocratas, ou que não tenham se definido / quanto à questão. Compreendemos como escravocratas aqueles setores da sociedade que lutavam pela manutenção desse regime de trabalho e que até a abolição ainda resistiam a qualquer lei que visasse a solução do problema da escravidão, o que não podemos afirmar acerca do Partido Republicano. / Como ele sabia inevitável o fim da escravidão, sua conduta era no sentido de reformar o estado servil, de solucionar o problema da substituição da mão-de-obra sem grandes abalos sociais, na medida em que, para os republicanos, o problema fundamental era a manutenção do desenvolvimento da lavoura paulista, onde a existência de um mercado de trabalho estável era / um fator importante.

Quanto à representatividade do PRP como veículo político da sociedade civil não encontramos, nos documentos por nós estudados, qualquer indício que permitia pensar o partido como representante de outros setores da sociedade além dos fazendeiros. É bem verdade a presença de capitalistas, comerciantes, advogados, jornalistas como militantes republicanos, mas isto não / significa representatividade, porque nos parece que esta é dada pelas propostas que são encaminhadas pelo partido como um todo. As reivindicações e a forma de realizá-las são o que permite identificar a representatividade de determinado setor ou setores da sociedade no âmbito dos partidos. E o programa do PRP era dirigido à lavoura paulista. Um exemplo é Rangel Pestana - jornalista, professor e advogado; no entanto, seu discurso era um dos mais moderados, pregando a coesão interna do partido. Outro é Francisco Glycério, que procurava evitar, nos momentos críticos que as discussões em torno de questões cruciais pudessem fragmentar o partido. É interessante verificar os discursos de Rangel Pestana onde, defendendo o ensino médio, deixa clara a necessidade de uma educação voltada para a formação de mão-de-obra para a lavoura. Há ainda o problema de membros do partido que se qualificam como advogados, mas acima de tudo eram fazendeiros. Um exemplo está em Campos Salles - advogado, mas também fazendeiro e membro do Clube da Lavoura de Campinas.

Quanto a outros setores da sociedade, acreditamos que o Partido Republicano Paulista oferecesse espaço para a sua militância, porque ele se apresentava como um partido democrático. De seu programa constava o sufrágio / universal, as liberdades de consciência e culto, os direitos do cidadão, a separação entre Igreja e Estado, o ensino livre. Essas são palavras-de-ordem democráticas e o PRP, defendendo tais idéias, poderia trazer para si o apoio e as simpatias de grupos sociais novos, surgidos das mudanças econômicas na sociedade brasileira e que não tinham acesso ao poder político. Mas no nosso entender, esse discurso representa mais uma construção ideológica que permitiria ao Partido Republicano viabilizar seu projeto político no âmbito de / uma nova relação de trabalho definida entre comprador e vendedor de força de trabalho. Tal discurso visava tornar a massa da população cidadão, premissa / necessária para se institucionalizar o trabalho assalariado. (3) É partir / desse pressuposto que podemos entender melhor as constantes referências republicanas à necessidade de garantir, em forma de lei, as reformas, o que nos / demonstra a exigência de aparelhar o Estado para uma nova realidade social.

Por ser uma construção ideológica é que todas as aspirações democráticas deveriam ser realizadas dentro da ordem e da moderação. E para atingir esse objetivo, combatem a revolução, que poderia trazer a anarquia e a / tranqüilidade para a sociedade. São a admitem quando se torna inviável a

transformação do regime pelos meios legais.

Apesar do discurso republicano ser, até quase o final do regime monárquico, moderado, seus objetivos estavam frontalmente em oposição ao Império, à estrutura de poder montada no Brasil desde a Constituição de 1824. A questão essencial era a da centralização do regime. A oposição era feita, então, ao Estado centralizador e aos partidos monárquicos, porque o Partido Conservador defendia a monarquia centralizada, e o Partido Liberal, só admitia a descentralização administrativa. Para o PRP, a descentralização era necessariamente política e administrativa - ou seja - pretendia-se a federação.

Entendiam os republicanos por república federativa o regime político que tinha por base a soberania popular, e esta existiria somente quando houvesse eletividade dos cargos públicos. A federação compreenderia duas soberanias: a estadual e a nacional, tendo cada qual seus poderes não são independentes entre si mas também independentes de uma esfera para outra. O traço de unidade seria dado pelos interesses de representação e pela defesa da nação. Na prática a federação compreenderia a autonomia política e administrativa dos vários estados; quer dizer, cada um cuidaria de seus negócios no âmbito do próprio estado. Do ponto de vista administrativo, cada um cuidaria de suas rendas públicas, de seus impostos inclusive os de exportação. Do ponto de vista político, o próprio estado elegeria seus candidatos para os cargos públicos da sua região, pois os republicanos entendiam que o presidente deveria ser funcionário do estado e eleito pelas câmaras - Câmara dos Deputados e Senado Estadual.

Parece-nos que há aí dois aspectos a serem salientados: primeiro, a soberania nacional e a soberania estadual independentes entre si; segundo, a administração, pelo próprio estado, das rendas públicas. São dois aspectos que sintetizariam o ideal federativo do Partido Republicano Paulista.

A forma pela qual estava estruturado o regime monárquico não permitia às províncias muita liberdade de ação devido à sua organização centralizadora, além do que as fraudes eleitorais não exprimiam muita fidelidade nas representações provinciais. No caso paulista, isso nos parece mais sério, porque sua representatividade no âmbito do governo geral era diminuta. São Paulo contribuía com uma grande parcela na produção da riqueza nacional; no entanto, não tinha uma representação política correspondente a essa situação. Daí a necessidade de um regime político que permitisse estabelecer uma dupla soberania - a nacional e a estadual - abrindo espaço para uma maior atuação dos políticos paulistas, já que o controle polí-

tico ficaria com os representantes estaduais. Da mesma forma, a existência dos três poderes a nível estadual, independentes dos poderes a nível nacional, faria com que o cargo de presidente de província ficasse subordinado à esfera estadual - mais ainda, subordinado ao legislativo, visto que pelo projeto de constituição republicano o presidente da província seria eleito pela Câmara e Senado Estadual. Na realidade, seria a transferência, para o âmbito da província, do controle sobre o executivo - ou seja, a maioria legislativa provincial elegeria o presidente. Isso demonstra o interesse do PRP não estava em controlar o poder nacional, mas sim retirar deste o controle sobre o poder provincial.

Essa soberania política somente se realizará de fato se houver autonomia administrativa. Quer dizer, a construção de uma nova estrutura de poder deveria vir acompanhada de uma nova estrutura administrativa. Os republicanos, propondo a transferência para a província de todas as decisões administrativas, desde serviços da polícia e guarda nacional até as decisões orçamentárias - incluindo aí o que reputamos o mais importante, ou seja, as decisões sobre a exportação - complementaríamos a retirada do poder central de todo o controle sobre a província.

Por essas razões, a questão da descentralização era essencialmente política, já que implicaria em revalorizar a estrutura do poder existente, a qual seria composta em benefício do setor de classe dominante - o fazendeiro de café das áreas novas de São Paulo, que não tinham sérios problemas com capital (4) e estavam a solucionar o problema mão-de-obra. A questão centrava-se, então, em abrir um espaço político onde o setor econômico mais dinâmico de São Paulo pudesse viabilizar institucionalmente a reprodução de seu capital tal espaço seria o controle da máquina de poder na província. Esse era o objetivo fundamental do PRP, e consequentemente, a mudança de estrutura redefiniria o espaço político nacional, permitindo a inclusão dos paulistas nos quadros nacionais.

Entretanto, para que se efetivasse o objetivo dos republicanos de São Paulo, era necessário libertar o setor econômico detentor da riqueza na província de São Paulo do poder centralizador do Rio de Janeiro, o que ocorreria com mudanças na estrutura de Estado, eliminando o Poder Moderador. Consequentemente, a centralização seria também eliminada da estrutura de governo.

O importante, no nosso entender, quando se discute o Poder Moderador, não é a figura do Imperador, mas sim a organização do Estado Brasileiro que estabelecia quatro poderes. Esse Poder Moderador controlava os demais poderes e personificava o governo centralizador. Tal organização /

do Estado Brasileiro não atendia aos interesses de classe dos fazendeiros paulistas; portanto, a alternativa para libertar São Paulo do governo central estava na República Federativa.

Entendemos que essa é a razão para a postura mais radicalizada assumida pelo PRP nos últimos anos do Império. A radicalização como ação extrema só ocorre quando os republicanos se dão conta da proximidade do / III Reinado. E o motivo não será o descontentamento com a lei da abolição da escravatura, mas sim, com a atitude que a Princesa Regente assume na crise surgida da discussão da lei, forçando a demissão do ministério. Os republicanos viam nesse ato a continuidade despótica e centralizadora que viria com o governo da Princesa; era a ameaça ao ponto fundamental de seu programa: a Federação. É essa a razão que leva o Partido Republicano a assumir uma postura mais radical de combater a monarquia a qualquer custo. E os republicanos atingem seu objetivo a 15 de novembro de 1889 com a proclamação e instalação da República Federativa no Brasil.

Para concluir, sugerimos algumas questões cujas respostas ultrapassariam em muito os limites definidos para esta pesquisa, mas que servem como indicações para futuras investigações. Primeiro, quem conduziu o processo da transformação do regime de 1889? Evidentemente, para esta resposta teria de examinar a vida política da monarquia nos seus últimos anos, além do papel do Exército e do PR no Rio de Janeiro.

Segundo, os republicanos paulistas tinham como meta a República Federativa, e a maioria do Exército era adepta da doutrina positivista que defendia um governo ditatorial. De que forma pode haver acordo entre dois princípios opostos? Terceiro, José Maria dos Santos afirma que havia contacto entre Quintino Bocayuva e o Partido Republicano de São Paulo. (5) / Que tipo de acordo houve entre Rio de Janeiro e São Paulo? O fato de haver mudanças na atitude do PRP, no sentido de querer atingir a república/ por qualquer meio, estaria já demonstrando algum entendimento com o movimento do Rio de Janeiro? A pergunta se impõe porque no início do ano de 1888, os republicanos encararam a questão militar como ameaça de uma revolução mas, em 1889, passaram a defender essa instituição. (6)

Se este nosso trabalho permitiu demonstrar o surgimento e organização do Partido Republicano Paulista como parte integrante das mudanças/ que se operaram no Brasil, na segunda metade do século XIX, as respostas/ a essas questões poderiam explicar a consolidação do poder do PRP durante a República Velha. São questões que nos preocupam para um futuro trabalho.

N O T A S

- (1) - Cf. Eisenberg, Peter L.; "As Mentalidades dos Fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878", em José Roberto Amaral Lapa, Modos de / Produção e Realidade Brasileira; (Petrópolis: Vozes, 1980) pp. 167-194.
- (2) - Cf. Conrad; pp. 319 a 328.
- (3) - Quanto ã esta interpretação concordamos com Maria Stella Bresciani e Iraci Galvão.
- (4) - Cf. Assembléia Provincial; Campos Salles, 27 de fevereiro de 1882, pp. 263 a 269.
Parece-nos que capital não era problema, visto que a própria província faz seus investimentos em estradas de ferro e imigração. A defesa e o privilegiamento dado pelos republicanos ã iniciativa / privada nos fazem crer que a privatização de setores da economia / permitiria a ampliação de investimentos. O problema, no nosso entender, era então o de garantir a reprodução desse capital.
- (5) - Cf. Santos; Bernardino de Campos..., pp. 61 a 69.
Também: Casalecchi; pp. 86 a 96.
- (6) - Martinho Prado Jr.; Os Deputados Republicanos..., pp. 489 a 530.
Assembléia Provincial; Campos Salles, 15 de janeiro de 1889, pp. 6 a 13.

A N E X O

RELAÇÃO DE REPRESENTANTES NO CONGRESSO REPUBLICANO PROVINCIAL
REALIZADO DE 19 A 3 DE JULHO DE 1873: *

01. - Capital, Antonio Augusto da Fonseca, agricultor no município de Campinas.
02. - Santos, João Fernandes da Silva, negociante na capital.
03. - Jundiahy, dr. Raphael de Aguiar Paes de Barros, agricultor em Jundiaí.
04. - Bethlem de Jundiahy, Francisco Glicerio de Cerqueira Leite, advogado em Campinas.
05. - Campinas, dr. Francisco Quirino dos Santos, advogado em Campinas.
06. - Limeira, dr. José de Barros Duarte, advogado em Campinas.
07. - Rio Claro, dr. José Alves de Cerqueira Cezar, advogado, residente em Rio Claro.
08. - Mogy-Mirim, dr. Antonio F. de Paula Souza, engenheiro civil, residente na capital.
09. - Penha de Mogy-Mirim, dr. João Tobias de Aguiar e Castro, agricultor residente em Itú.
10. - São João da Boa-Vista, dr. Antonio Francisco de Araujo Cintra, advogado em Mogy-Mirim.
11. - Pirassununga, dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, advogado em Campinas.
12. - Patrocínio das Araras, dr. Martinho Prado Jr., agricultor no mesmo município.
13. - Piracicaba, dr. Manoel de Moraes Barros, agricultor no mesmo município.
14. - Porto-Feliz, dr. Americo Braziliense de Almeida Mello, advogado / na capital.
15. - Itú, dr. Francisco Emigdio da Fonseca Pacheco, agricultor no mesmo município.
16. - Indaiatuba, João Tibiriçã Piratininga, agricultor no mesmo município.
17. - Sorocaba, dr. Ubaldino do Amaral, advogado na mesma cidade.

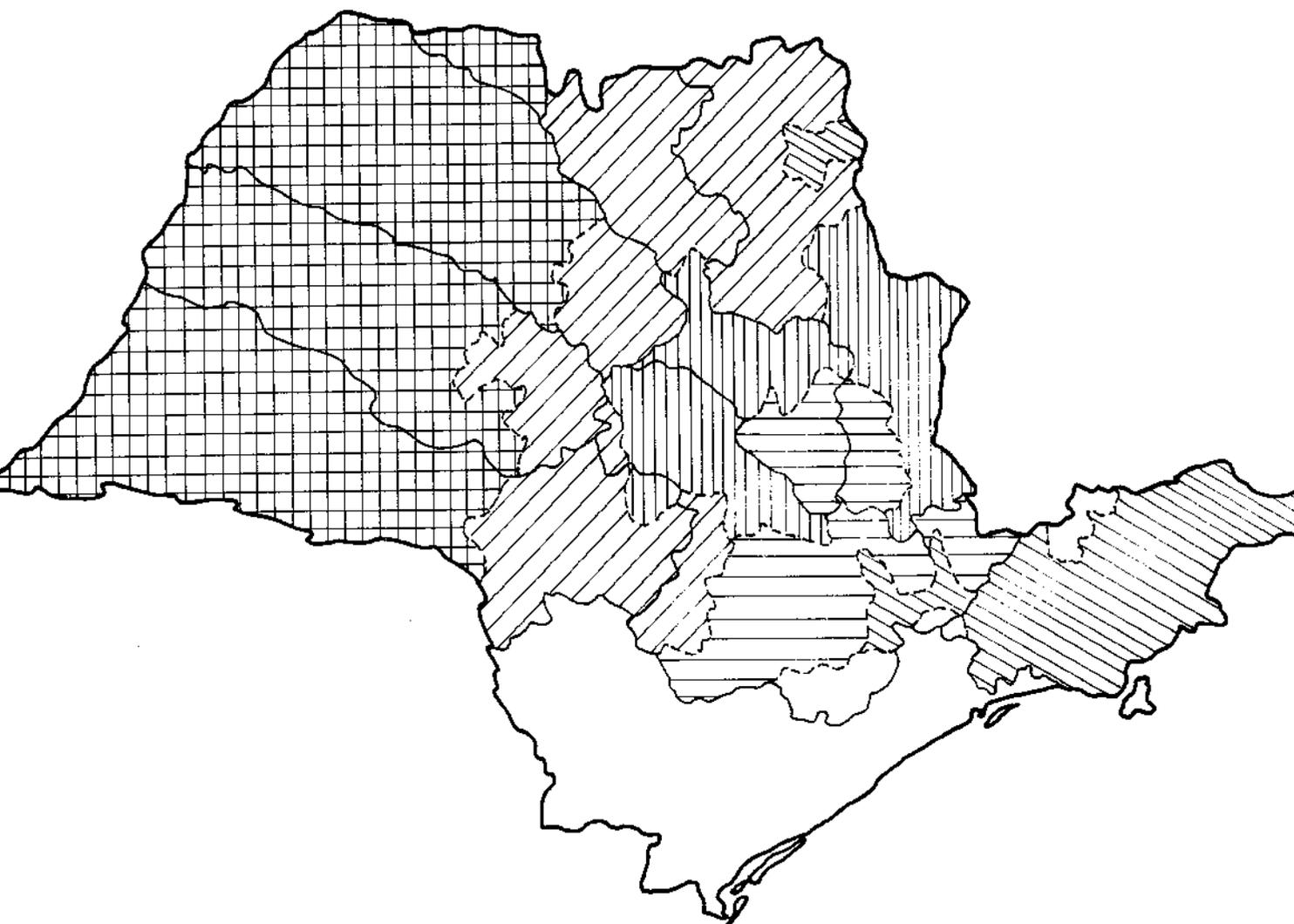
18. - Itapetininga, Américo de Campos, residente na capital.
19. - Botucatu, Joaquim Roberto de Azevedo Marques, proprietário do Correio Paulistano, residente na capital.
20. - Jahú, dr. Jorge de Miranda, advogado em Campinas.
21. - Brotas, major Diogo Antonio de Barros, capitalista e proprietário na capital.
22. - Bragança, dr. Antonio Joaquim Leme, advogado na mesma cidade.
23. - Amparo, dr. Bernardino de Campos, advogado na mesma cidade.
24. - Serra-Negra, dr. Antonio de Araujo Ferreira Jacobina, agricultor/ em Campinas.
25. - Atibaia, dr. Olympio da Paixão, advogado na mesma cidade.
26. - Cotia, Tristão da Silveira Campos, agricultor no Amparo.
27. - São José dos Campos, Luiz Gama, advogado na capital.
28. - Parybuna, dr. João Manuel de Lima e Silva, advogado no Rio Claro.
29. - Taubaté, Joaquim Taques Alvim, residente na capital.

* Fonte: Américo Brasiliense; pp. 115 a 117.

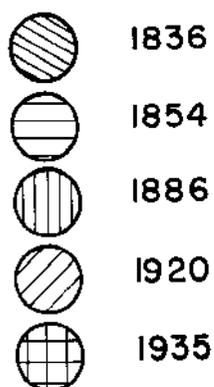
CIDADES COM REPRESENTAÇÃO REPUBLICANA



O ROTEIRO DO CAFÉ



LEGENDA



B I B L I O G R A F I A

- ALMEIDA CAMARGO, Aureo (de); "Imprensa Amparense (Jornais, Revistas, Almanques, Poliantêias) - de 1871 a nossos dias", em Revista de História, (São Paulo), Ano: XIX, Volume: XXXVI, (1968), pp. 475 a 532.
- BARROS, Roque Spercer M. (de); "Vida Religiosa", em História Geral da Civilização Brasileira, (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971), Tomo II, 4º volume, pp. 317 a 337.
- BASBAUM, Leoncio; História Sincera da República de 1889 a 1930, (São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1968), 3a. edição, 3 volumes.
- BEIGUELMAN, Paula; Formação Política do Brasil, (São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976), 2a. edição.
- _____ ; A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro, (São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978), 2a. edição.
- _____ ; "O Encaminhamento Político do Problema da Escravidão no Império", em História Geral da Civilização Brasileira, (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967) tomo II, 3º volume, pp. 189 a 219.
- BELLO, José Maria; História da República - 1889-1954 Síntese de Sessenta e cinco anos de Vida Brasileira, (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964), Biblioteca do Espírito Moderno; 5a. edição.
- BOEHRER, George C.A.; Da Monarquia a República - História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889), (Rio de Janeiro: MEC, 1954).
- BRESCIANI, M.S. Martins; Liberalismo: Ideologia e Controle Social, (São Paulo), tese doutorado, 1976.
- BRESCIANI, M. Stella e ARAÚJO, Heloisa A.; "Campos Sales: a prática política de um propagandista republicano através da "Gazeta de Campinas" (1873-1883", em Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo - ANPUH, (São Paulo), 1974, pp. 75 a 95.
- CANO, Wilson; Raizes da Concentração Industrial em São Paulo, (São Paulo: Difel, 1977).
- CARDOSO, Fernando Henrique; "Dos Governos Militares a Prudente e Campos Salles", em História Geral da Civilização Brasileira, (São Paulo: Difel, 1975), Tomo II, Volume 1º, pp. 15-50.

CARONE, Edgar; A República Velha - Evolução Política, (São Paulo: Difel, 1971).

CARVALHO, José Murilo (de); A Construção da Ordem - A Elite Política Imperial, (Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1980).

CARVALHO, Joaquim Barradas (de); "Por uma Nova História do Pensamento", em Suplemento Literário de O Estado de São Paulo, 30-09-1973, p. 6.

CASALECCHI, José Enio; A Proclamação da República, (São Paulo: Editora Brasiliense, 1982), 2a. edição.

CASTRO, Antonio Barros (de); 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira, (Rio de Janeiro: Editora Forense, 1971).

CASTRO CARREIRA, Liberato (de); História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil, (Rio de Janeiro: Senado Federal - Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980).

CHACON, Vamireh; História dos Partidos Brasileiros - Discurso e praxis dos seus programas, (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981).

CONRAD, Robert; Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978).

COSTA, Emilia Viotti (da); Da Senzala à Colonia, (São Paulo: Difel, 1966).

_____ ; Da Monarquia à República - Momentos Decisivos, (São Paulo: Editora Grijalbo, 1977).

_____ ; "O escravo na grande lavoura", em História Geral da Civilização Brasileira, (São Paulo: Difel, 1967), Tomo II, 3ª Volume, pp. 135-188.

_____ ; "O Movimento Republicano em Itú. Os fazendeiros do Oeste Paulista e os Prôdomos do Movimento Republicano", em Revista da História, (São Paulo, 1954), pp. 379-405.

CRUZ COSTA, João; Pequena História da República, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968).

_____ ; Contribuição à História das Idéias no Brasil, (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1956).

- DEBES, Célio; O Partido Republicano na Propaganda, Tese, (São Paulo, / 1975).
- DELFIM, Antonio (Neto); O problema do café no Brasil, Tese, (São Paulo, 1966).
- DUBY, Georges; "História Social e Ideologias das Sociedades", em História: Novos Problemas, (Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976).
- EISENBERG, Peter L.; "As Mentalidades dos Fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878"; em José Roberto do Amaral Lapa, Modos de Produção e Realidade Brasileira, (Petrópolis: Vozes, 1980), pp. 167-194.
- _____ ; "O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX - Sugestões para uma pesquisa", em Anais do Museu Paulista, (São Paulo - 1977/1978), Tomo XXVIII, pp. 153-173.
- FAORO, Raimundo; Os Donos do Poder, (Porto Alegre: Editora Globo, 1976), 2a. edição, 2 volumes.
- FAUSTOS, Boris; "Expansão do Café e política cafeeira", em História Geral/da Civilização Brasileira, (São Paulo: Difel, 1975), Tomo II, 1ª Volume, pp. 195-248.
- _____ ; "Pequenos Ensaios de História da República (1889-1945)" . CEBRAP (São Paulo), caderno 10.
- FRANCO, M.S. de Carvalho; Homens Livres na Ordem Escravocrata, (São Paulo: Editora Ática, 1974).
- FURTADO, Celso; Formação Econômica do Brasil, (São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971), 11a. edição.
- GEBARA, Ademir; Campinas - 1869/1875: Republicanismo Imprensa e Sociedade, (São Paulo - 1975), tese.
- GORENDER, Jacob; O Escravismo Colonial, (São Paulo: Editora Ática, 1978).
- GRAHAM, Richard; "A Reforma Eleitoral há 100 anos, como agora", Mensário do Arquivo Nacional, (Rio de Janeiro), Ano: XIII, (1982), pp. 11-16.
- GRAMACI, Antonio; Maquiavel, a Política e o Estado Moderno (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976).

- HOLANDA, S. Buarque (de); História Geral da Civilização Brasileira, (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972), Tomo II, 5ª Volume.
- IANNI, Octavio; Raças e Classes Sociais no Brasil, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972), 2a. edição.
- IANNI, Octavio; "O Progresso Econômico e o Trabalhador Livre", em História Geral da Civilização Brasileira, (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967), Tomo II, 3ª Volume, pp. 297-319.
- IGLÉSIAS, Francisco; Política Econômica do Governo Provincial Primeiro (1835-1889), (Rio de Janeiro: MEC - Instituto Nacional do Livro, 1958).
- _____ ; "Situação da História Econômica no Brasil", em Anais da História, (Assis), Ano I, (1970), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis.
- LUZ, Nícia Villela; "O Papel das Classes Médias Brasileiras no Movimento Republicano", em Revista de História, (São Paulo), ano XV, Volume : / XXVIII, (1964), pp. 13-27.
- MACPHERSON, C.B.; La Realidad Democratica - Liberalismo, Socialismo, Tecer Mundo, (Barcelona: Editorial Fontanella, 1968).
- MAX, Karl; A Ideologia Alemã, (Lisboa: Editorial Presença - Livraria Martins Fontes, 1974).
- MATOS, Odilon Nogueira (de); Café e Ferrovias, (São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1974).
- MELO FRANCO, Afonso Arinos (de); História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil, (São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980), 3a. edição.
- MELLO, J. M. Cardoso (de); O Capitalismo Tardio, (Campinas - 1975) , Tese/ doutorado.
- MESZÁROS, Istvan (Org.); Aspectos de la história ej la conciencia de classe, (México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1973).
- MOTT, Luiz R.B.; "A Revolução dos Negros do Haiti e o Brasil", em Mensário do Arquivo Nacional, (Rio de Janeiro) ano XIII, (1982), pp. 3-10.
- PESSOA, Reynaldo C.; "O primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1870", em Revista de História, (São Paulo), Ano: XXI, Volume XLI, / (1970), pp. 401-437.

- _____ ; "O Congresso do Partido Republicano Paulista de 1873/ e seu significado", em Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo - ANPUH, (São Paulo), 1974, pp. 65-74.
- _____ ; A Idéia Republicana no Brasil através dos Documentos, (São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1973).
- PETRONE, Teresa S.; "Imigração Assalariada", em História Geral da Civilização Brasileira, (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967), Tomo II, 39 volume, pp. 274-296.
- PRADO, Caio (Jr.); A Política do Brasil e Outros Estudos, (São Paulo: Editora Brasiliense, 1953).
- SALLES, Iraci Galvão; Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada (O Partido Republicano Paulista e a Política de M.S. de Obra - 1870-1889), (São Paulo - 1980), Tese.
- SANTOS, José Maria (dos); Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista, (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960).
- _____ ; Os Republicanos Paulistas e a Abolição, (São Paulo: Livraria Martins, 1942).
- SCHAFF, ADAM; História e Verdade; (Lisboa: Editorial Estampa, 1974).
- SCHWARTZMAN, Simon; São Paulo e o Estado Nacional, (São Paulo: Difel, 1975).
- SILVA, Raul Andrade (e); "Os Republicanos de 1870 e as Realidades Nacionais", em Revista de História, (São Paulo), Ano: XXI, volume XLI, (1970), pp. 439-447.
- SILVA, Sergio; Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, (São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976).
- SOBOUL, Albert; "Descrição e Medida em História Social", em Revista de História, (São Paulo), Ano: XIX, Volume XXXVII, (1968), pp. 175-188.
- SODRÉ, Nelson Werneck; Panorama do Segundo Reinado, (São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939).
- SOUZA, M. do Carmo Campello (de); "O processo político partidário na primeira república", em Brasil em Perspectiva, (São Paulo: Difel, 1971), p.p. 162-226.

VILAR, Pierre; Crescimento e Desenvolvimento, (Barcelona: Ariel, 1964).

VITA, Luiz Washington; Alberto Sales, Ideólogo da República, (São Paulo: / Cia. Editora Nacional, 1965).

WITTER, José Sebastião; A Primeira Tentativa de Organização Partidária na República - O Partido Republicano Federal - 1893/1897, (São Paulo - / 1971), tese doutorado.

- LIVROS DA ÉPOCA -

Alberto Salles; Catecismo Republicano, (São Paulo: Leroy King Bookwalter , 1885).

Américo Brasiliense; Os Programas dos Partidos e o 2º Império, (São Paulo, 1878).

Thomaz Jefferson (F. Rangel Pestana); O Partido Republicano na Província / de São Paulo, (Rio de Janeiro: Typ. do Globo - 1877).

Campos Salles; Da Propaganda a Presidência, (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902).

- O U T R O S -

Organizações e Programas Ministeriais - Regime Parlamentar no Império, / (Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Arquivo/ Nacional, 1962), 2a. edição.

Falas do Trono - Desde o ano de 1823 até o ano de 1889, (São Paulo: Instituto Nacional do Livro - Ministério da Educação e Cultura, 1977).